

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
SOCIOESPACIAL**

JOSEANE MOUZINHO MENDONÇA

**AS (RE)PRODUÇÕES MIDIÁTICAS SOBRE A “DESINTRUSÃO” DA TERRA
INDÍGENA AWÁ GUAJÁ**

São Luís (MA)
2016

JOSEANE MOUZINHO MENDONÇA

**AS (RE)PRODUÇÕES MIDIÁTICAS SOBRE A “DESINTRUSÃO” DA TERRA
INDÍGENA AWÁ GUAJÁ**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento.

Orientadora: Marivânia Leonor Souza Furtado

São Luís (MA)
2016

JOSEANE MOUZINHO MENDONÇA

**AS (RE)PRODUÇÕES MIDIÁTICAS SOBRE A DESINTRUSÃO DA TERRA
INDÍGENA AWÁ GUAJÁ**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marivânia Leonor Souza Furtado (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Helciane de Fátima Abreu Araújo

Prof.^o Dr.^o Protázio César dos Santos

São Luís, _____ de _____ de _____

RESULTADO: _____

*A todos que contribuíram com a
realização deste trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos:

A Deus, minha fortaleza, em quem sempre busco refúgio nos momentos de desânimo.

A meus pais, Rita Maria e José Mendonça, e minha irmã, Rosanne, que sempre me incentivaram a prosseguir nos estudos, mesmo em meio a dificuldades.

A meus colegas de curso, com quem tive o prazer de compartilhar medos, apreensões, expectativas e experiências: Luciane, Silvino, Emanuele, Julian, Leoilma, João Flávio, Alcimar, Arianne, Rita de Cassia, Manuel e, especialmente, minhas queridas amigas, Elayne e Ana Letícia.

À minha grande amiga e tia postiça, Maria Marta, que sempre se mostrou preocupada com meus momentos de desesperança, e não dispensava um “puxão de orelha” de vez em quando.

À minha orientadora, Marivânia, que precisou ter bastante paciência comigo, e cujo conhecimento e competência foram decisivos na concretização deste trabalho.

A cada professor e professora que ministrou as disciplinas necessárias para o cumprimento do curso: Alex, Antônio José, Carlos Frederico, Franci, Carla, José Sampaio, Zulene, Grete e, mais uma vez, minha orientadora Marivânia.

Aos demais professores de disciplinas eletivas, com quem não tive a oportunidade de acompanhar as aulas, mas sei que contribuem sobremaneira no andamento do curso.

Aos professores Protázio e Helciane, cujas críticas e observações durante o processo de qualificação, foram demasiadamente importantes na finalização deste trabalho.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação, que sempre se mostrou atenciosa aos alunos.

A todos os funcionários que me receberam amigavelmente nos órgãos que disponibilizaram informações para enriquecimento desta pesquisa (FUNAI, IBAMA, FAEMA, etc).

À Universidade Estadual do Maranhão, pela formação acadêmica que adquiri.

O passado não conhece o seu lugar:
está sempre presente.

(Mário de Miranda Quintana)

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de “desintrusão” da Terra Indígena Awá Guajá, sob o olhar da imprensa. Entender como a mídia (re)produz a questão indígena nos permite perceber o confronto de percepções existentes entre o olhar midiático e a realidade destes povos, bem como identificar alguns conceitos e paradigmas que foram fixados no imaginário social e resistem às mudanças históricas. Os Awá Guajá que são indígenas nômades, cujo número é relativamente pequeno, ainda resistem ao processo de dizimação que perdurou por séculos, primeiramente devido à ação das frentes de expansão, e depois pela presença de madeireiros em seu território. Com isso, alguns personagens acabam também se inserindo no ambiente de conflito, como é o caso de pequenos produtores, que se sentiram motivados a tomar posse de terras indígenas, devido à ausência de fiscalização na região. A maneira como a mídia se reporta à questão indígena acaba, certamente, influenciando na forma como a sociedade enxerga estes povos atualmente. Assim, este estudo busca não somente desenvolver uma base teórica para o reconhecimento da situação atual destes indígenas, cujo passado histórico ainda se reflete no andamento de processos judiciais demorados para a concretização de seus direitos, como também analisá-los sob a perspectiva midiática, a partir dos discursos elaborados, fazendo-se valer de elementos implícitos e não ditos que, ainda assim, produzem sentidos. Para essa construção, alguns autores foram fundamentais no processo de análise, como Roberto Cardoso de Oliveira, para se analisar a relação entre indígena e sociedade brasileira, Benedict Anderson e Perry Anderson, na teorização da formação dos estados nacionais, bem como Elizabeth M. B. Coelho, entre outros, no reconhecimento das condições de vida dos Awá Guajá. Além disso, analisa-se o conteúdo, principalmente de jornais impressos, televisuais e matérias digitais, a fim de identificar quais tipos de influências exercem sobre a interpretação do sujeito que receberá a mensagem. Entendemos, com isso, que os conteúdos midiáticos podem influenciar a construção do imaginário social, reforçando a perpetuação de concepções produzidas historicamente.

PALAVRAS – CHAVE: Terra indígena. Desintrusão. Awá-Guajá. Olhar midiático.

ABSTRACT

This work analyzes the process of non-intrusion of Indigenous Awá Guajá, sobbing the look press. Understanding how the media (re)produces indigenous issues allows us to realize the existing between perceptions of confrontation gaze media and reality of these people, as well as identify some concepts and paradigms that were fixed in the social imaginary, and resist the historical changes. The Guajá Awa are nomadic Indians, whose number is relatively small, still resist the decimation process that has lasted for centuries, primarily due to the action of the expansion fronts, and then the presence of loggers in their territory. With this, some characters also end up entering the conflict environment, as is the case of small producers, who felt motivated to take ownership of indigenous lands, due to the lack of enforcement in the region. The way the media reports to indigenous issues just certainly influencing the way society sees these people today. Thus, this study aims not only to develop a theoretical basis for the recognition of the current situation of indigenous people, whose historic past is still reflected in the progress of lengthy court proceedings for the realization of their rights, but also analyze them in the media perspective, from prepared speeches, making avail of implicit elements and not said that yet produce meanings. For this construction, some authors were instrumental in the analysis process, as Roberto Cardoso de Oliveira, to analyze the relationship between indigenous and Brazilian society, Benedict Anderson and Perry Anderson, in theorizing the formation of national states, as well as Elizabeth MB Rabbit, among others, in recognition of the living conditions of the Awá Guajá. In addition, it analyzes the content, especially newspapers, televisual and digital materials, to identify what kinds of influences have on the interpretation of the subject that will receive the message. We understand, therefore, that the media content can influence the construction of the social imaginary, strengthening the perpetuation of ideas historically produced.

KEY - WORDS: Indigenous Land. Remove invaders. Awa-Guajá. Looking media.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Localização da Terra Indígena Awá-Guajá.....	22
Figura 2 –	Mapa Br 222.....	56
Figura 3 –	Destaque em primeira página de matéria referente à “desintrusão” da TI Awá Guajá.....	77
Figura 4 –	Imagens que retratam cotidiano indígena, exibidas pelo Programa Fantástico.....	84

LISTA DE SIGLAS

FUNAI	Fundação Nacional do Índio
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SPI	Sistema de Proteção aos Índios
SPILTN	Sistema de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
TI	Terra Indígena

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A FORMAÇÃO DOS “ESTADOS NACIONAIS” E A QUESTÃO INTERÉTNICA.....	22
2.1	Uma reflexão acerca da questão indígena no Brasil.....	28
2.2	O revés da Questão Indígena.....	42
2.3	Sobre os meios de comunicação de massa.....	49
3	MÍDIA E SOCIEDADE: A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE INDÍGENAS.....	56
3.1	A opinião pública e o imaginário social sobre a questão indígena.....	62
3.2	A “desintrusão” na visão dos agricultores.....	78
3.3	A “fala” dos Awá nas mídias.....	83
4	A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO AWÁ-GUAJÁ: OLHAR POLÍTICO x REPRESENTAÇÕES MUDIÁTICO-SOCIAIS.....	88
4.1	Análise do discurso midiático sobre a “desintrusão” da terra indígena Awá Guajá: estratégias teóricas de captação de dados e confronto de percepções	99
4.2	O problema esquecido pelas mídias durante o processo de “desintrusão” da Terra Indígena Awá Guajá: a ação de intrusos pelo corte de madeira	108
4.3	A “questão indígena” presente.....	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
	REFERÊNCIAS.....	124

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa dedica-se a elaboração de uma análise sobre o olhar que a mídia exerce em relação a indígenas, especialmente os indígenas Awá Guajá, que constituem o agente norteador do desenvolvimento deste trabalho.

A facilidade que existe atualmente em se obter acesso à informação devido o avanço irrefreável da tecnologia, bem como a convergência que a mídia assumiu diante das novidades tecnológicas que invadem seu campo de atuação, nos fazem pensar sobre os efeitos que ela tem causado na construção do imaginário social. Isto porque, como observaremos mais adiante, o imaginário social é formado a partir de representações que o ser humano produz no ato de apreensão da realidade. Tais representações são produtos de seu olhar perceptivo sobre o meio que o circunda, juntamente com informações que lhes são transmitidas pela sociedade na qual está inserido, cujas marcas são características de sua historicidade.

Seguindo esta linha de pensamento, observo nesta pesquisa a disputa territorial envolvendo indígenas e não indígenas Awá Guajá. Estes últimos encontravam-se inseridos no perímetro territorial demarcado para uso exclusivo da etnia citada, que depois de um longo período de processo judicial foi desocupado em janeiro de 2014. O povo indígena Awá Guajá possui atualmente um número pequeno de integrantes que permanecem sob a proteção da FUNAI. São indígenas nômades, que baseiam sua reprodução de vida em práticas como a caça, pesca e coleta de frutos. Mas devido à invasão do território que habitam, a área verde foi consideravelmente reduzida, diminuindo por isso a disponibilidade de recursos vegetais e animais para o sustento deste povo, obrigando alguns destes indígenas a renunciarem a prática nômade de vida.

Pode-se dizer que estas referências são inquietantes, na medida em que observamos que a disputa territorial entre indígenas e sociedade brasileira é antiga. Levando em consideração que esta pesquisa se baseia no método de pesquisa materialista histórico, deve-se atentar a um dos principais pressupostos seguidos por essa linha de pensamento, qual seja, a ideia de que o mundo está continuamente em processo de formação de contextos complexos. Ou seja, existem mudanças contínuas, que se fazem no pensamento do ser humano e no mundo onde este se insere. Isto significa que as representações que os seres humanos

possuem em pensamento são elaboradas a partir de situações reais que eles vivenciam continuamente, constituindo-se basicamente em reflexos do mundo exterior. Assim, esta concepção valoriza não apenas a realidade em si e seu movimento, mas também a maneira como esse movimento se dá, ou seja, o processo de mudanças no qual se configura. Motivo porque considera o indivíduo como um agente histórico. Partindo deste enfoque metodológico, a presente pesquisa busca apreender os condicionantes históricos, para se chegar à compreensão de sua realidade produzida a partir das contradições próprias do movimento histórico e das condições materiais de existência humana.

Daí a importância do levantamento histórico que foi realizado na primeira parte deste estudo. A intenção nesta análise da situação indígena brasileira é justamente pensar esta relação conflituosa, não apenas sob uma perspectiva, mas tentar compreendê-la em sua amplitude de acontecimentos. Assim, parto primeiramente de uma análise que leva em consideração a formação dos Estados Nacionais, para somente depois entender a situação dos povos indígenas face à sociedade brasileira.

Acontece que é necessário lembrar o período colonial do Brasil para entender a situação atual indígena em um contexto de pluralidade étnica, bastante ignorado durante o processo de formação do estado nacional brasileiro e, ainda hoje esquecido. Os indivíduos que constituem as diferentes nações indígenas são simplesmente rotulados de “índios” e a disputa territorial travada entre eles e alguns segmentos específicos da sociedade brasileira está além das questões de ordem agrária, uma vez que povos diferentes entram em conflito por um território, cujo usufruto será diferente, de acordo com suas práticas e reproduções de vida.

Alguns conceitos são tratados nesta fase do estudo sob um panorama relativamente específico, tal como a historicidade e atual realidade dos povos indígenas brasileiros e, particularmente, dos Awá Guajá, exige que seja. Assim, procura-se entender a palavra “território” sob a mesma perspectiva adotada por Haesbaert (2004), para quem “território” abrange não apenas o significado material como também simbólico. Isto porque, “ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’”. (HAESBAERT, 2004, p. 235).

Partindo dessa compreensão, nesta análise a palavra “território” assume uma composição que indica basicamente a extensão de terra necessária para a reprodução de hábitos, estilo de vidas e construção de significados. Afinal,

Não se pode tratar de forma engessada e linear o conceito de território, como se todos eles fossem um, com características semelhantes e únicas. Isso porque, (...), esse conceito apreende os diversos aspectos que constitui a indissociável relação sociedade/natureza. (FURTADO, 2012, p. 27).

Da mesma forma, a palavra “nação” se esquia aqui de seu caráter político de submissão a um poder centralizado, que se configura na figura do Estado, para designar um grupo de indivíduos que compartilham uma vida coletiva, pertencendo ao mesmo grupo étnico. Por isso, entende-se que durante o período colonial muitas nações indígenas foram dizimadas, visto que se trata de povos que se mantêm unidos pela mesma origem étnica, compartilham a mesma língua e constituem uma comunidade cujo passado histórico é comum.

Por “nação”, refiro-me a um grupo humano consciente de formar uma comunidade e de partilhar uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e um projeto comuns e a exigência de se governar.

Por “nacionalismo”, refiro-me ao sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida e têm vontade de decidir sobre seu destino político comum. (GUBERNAU, 1997, p. 56).

Também procuro demonstrar, durante o processo de análise histórica, que a colonização do Brasil deve ser considerada como a base para o entendimento de todo este complexo sistema que desencadeou na limitação do território indígena e sua reclusão em espaços pequenos de terras que, ainda assim, são ocupados por alguns segmentos da sociedade brasileira. Toda a dinâmica política, econômica e social que envolve a questão indígena é apoiada no início da história brasileira, o que nos leva a sentir seus resquícios, mesmo depois de mais de 500 anos.

É importante, contudo, ressaltar que também houve mudanças nas relações interétnicas, motivo porque algumas teorias que abordam a situação de contato são mencionadas na presente análise. Alguns autores, como é o caso de Cardoso de Oliveira (2003) e Oliveira Filho (1999), são essenciais na compreensão desta complexa interação, que por ser conflituosa, acabou subjugando os indígenas, em especial os Awá Guajá, aos ditames da sociedade dominante.

Esse “escavamento” histórico nos dá um respaldo para compreender as mudanças jurídicas em relação ao indígena no decorrer do processo de formação social do Brasil. Ainda no capítulo 1 deste estudo são observadas diversas leis que surgiram no intuito de contornar o problema gerado pela ocupação do território indígena, e que no decorrer do tempo foi ficando cada vez mais intenso. Hoje a denominada “questão indígena” nada mais é do que a falta de uma solução viável que coloque fim à situação de desvantagem que o contato interétnico proporcionou a estes povos.

Observadas as implicações históricas na situação atual em que vivem os indígenas Awá Guajá, a segunda parte deste estudo dedica-se a uma análise do olhar midiático sobre um processo de retirada de pequenos produtores da terra considerada indígena pela demarcação de 1992. Formalmente, a operação foi denominada de “desintrusão”, referindo-se à presença de não índios no território. Concretizou-se com a retirada de famílias que praticavam a agricultura como profissão e também como forma de subsistência. Além disso, a operação também visava o impedimento da entrada de extratores de madeiras na região. Ademais, a não especificação de quem realmente seriam os intrusos no território em questão, acabou intensificando a insatisfação dos pequenos produtores instalados no local, que retratados pela mídia, sentiam-se humilhados pela designação a eles imposta. Sabe-se, contudo, que sua inserção no território começou a ocorrer desde a década de 1980, devido a pouca vigilância por parte dos poderes públicos, bem como o descaso pela preservação do local.

Quanto a isto, os indígenas acabaram sofrendo com a entrada de pessoas que não compartilhavam com eles a mesma forma de vida, tendo que esperar até o ano de 2005 para que a terra fosse homologada, e, mais que isto, até o ano de 2014 para que o território fosse “definitivamente” considerado seu. Foi período suficiente para que o nível de desmatamento aumentasse e o número de indígenas diminuísse consideravelmente.

Em vista disso, percebe-se que algumas reportagens foram realizadas em torno desta temática. Da mesma forma, algumas matérias foram publicadas em jornais impressos que, apesar de constituírem meios tradicionais de acesso a informações, veremos que continuam fazendo parte do cotidiano de muita gente.

Busca-se, a partir da análise que a mídia realizou do acontecimento em questão, interpretar não apenas a forma como a matéria se enquadrou no jornal,

mas principalmente que efeitos ela pode causar na construção do pensamento social. Não se trata de colocá-la na posição de única responsável pela formação deste pensamento. Sabe-se que outros elementos estão inseridos neste processo, mas busca-se analisar, neste estudo, este elemento em particular, principalmente porque os jornais como meios de comunicação acompanharam as transformações sociais ocorridas em anos passados que culminaram no avanço tecnológico, bem como nas alterações das formas de organização social. Desta forma, acredito ser de fundamental importância não limitar este estudo somente aos meios tradicionais, porém ampliá-lo aos meios digitais de comunicação, principais representantes do processo de convergência midiática, que proporcionam rapidez e facilidade de acesso à informação.

É interessante ressaltar, contudo, que o presente estudo não é exclusivo neste campo de análise. Desde os anos 60, como se pode observar na terceira parte desta pesquisa, a mídia têm se enquadrado como objeto de estudo de vários teóricos, e sua influência na construção do imaginário social tem sido ressaltada em estudos relacionados a Teorias da Comunicação Social, como bem nos aponta Wolf (2003). Na verdade, seu estudo acabou interagindo com outros campos de conhecimento, não se prendendo apenas às teorias relacionadas ao processo comunicativo. Isto porque as preocupações que se desenvolveram sobre sua possível interferência na vida social acabou invadindo áreas que se dedicavam ao estudo também das interações do indivíduo com a sociedade, como Psicologia Social, a Sociologia, a História Social, a Antropologia, entre outros campos de conhecimentos.

Pode-se dizer, assim, que sintetizo neste trabalho a análise referente a três anos de estudo sobre a problemática que envolve o presente objeto. Este foi pensado ainda no ano de 2013, quando a mídia começou a concentrar suas atenções em interesses indígenas e preservação do meio ambiente, devido à grande atenção que estava se dando às questões relacionadas à sustentabilidade. A partir de então, concentrei minha atenção no fato de que, a despeito das mudanças relativas à maneira de se pensar o indígena na sociedade brasileira atual, determinados termos e certas ideias ainda persistem em existir e encontram-se impregnados no pensamento social. É o caso, por exemplo, da desconsideração de que a terra pode ser utilizada de formas diferentes de acordo com a sociedade que dela faz uso. Ou mesmo a conceituação do indígena como “índio”, ou seja, a

desconsideração de que existem etnias diferentes que compõem toda a população indígena, entre outras representações que foram criadas socialmente sob uma perspectiva de visão ocidental do mundo. São exemplos de que grande parte dessa visão ainda está presente nos meios de comunicação de massa que, desconhecendo princípios antropológicos de análise, acabam por incentivar pensamentos que foram construídos quando o indígena ainda era submetido aos parâmetros ditados pelo mundo ocidental.

Assim, aproveitando-se da frequência com que os indígenas Awá Guajá se tornariam o eixo das atenções midiáticas, achei interessante enquadrá-los no estudo da presente pesquisa, que a partir de então, voltaria seus interesses particularmente a este grupo indígena, ressaltando a maneira como a mídia os reproduziu e divulgou essa imagem ao público alvo. Mais que isto: procurei seguramente entender a importância que a imprensa atribuía a esta comunidade a partir de uma atividade que envolveria conflitos de interesses e percepção de relações interétnicas.

Por isso, é interessante ressaltar que a presente análise dedica-se exclusivamente à questão indígena aos olhos da imprensa e, portanto, tão aconselhável como a recuperação histórica feita da situação indígena no Brasil, é perceber que os equívocos de análise que normalmente são cometidos pela mídia ao noticiar situações atuais, na verdade são resquícios de acontecimentos passados.

Desta forma, esta pesquisa adota algumas estratégias metodológicas para melhor entendimento da problemática que a envolve.

Longe de desenvolver uma preocupação com dados numéricos, este estudo analisa o fenômeno em questão na tentativa de entender a relação estabelecida entre ele com o meio social onde se insere. Eis a principal característica de uma pesquisa qualitativa, “o pesquisador vai a campo buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.” (GODOY, 1995, p. 21).

Dessa forma, busquei apoio, entre outros métodos, na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental, cujas contribuições foram fundamentais no enriquecimento da temática produzida. Logo,

Como comumente pensamos que o trabalho de pesquisa sempre envolve o contato direto do pesquisador com o grupo de pessoas que será estudado, esquecemos que os documentos constituem uma rica fonte de dados. O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental. (GODOY, 1995, p. 21).

Primeiramente, na tentativa de se demonstrar o debate histórico como fundamental para compreender o conflito territorial dos indígenas Awá Guajá procurei construir o primeiro capítulo com bases em referências teóricas substantivas, para não se correr o risco de tomar qualquer julgamento incoerente ao objeto de estudo e sucumbir em algo bastante criticado no segundo capítulo, isto é, a caracterização parcial e, por vezes, inconveniente do fenômeno em questão.

Pode-se dizer, portanto, que a fase inicial deste trabalho constitui-se em uma pré-análise na tentativa de se obter uma visão generalizada sobre o assunto a ser decodificado. Compõe-se basicamente em um momento de organização dos dados e ideias a serem sondadas, onde foi possível se construir um esquema de trabalho que, no decorrer do processo, sofreu muitas alterações. Ademais, o reconhecimento do trabalho realizado pela FUNAI também garantiu um respaldo teórico essencial na caracterização da comunidade indígena que tomaria posse de suas terras após o processo de “desintrusão”.

Partindo dessa noção, o segundo capítulo foi elaborado sob a perspectiva de que a mídia constitui o veículo mais comum empregado na obtenção de informações e que, a despeito de várias transformações sociais ocorridas ao longo da história, continua resistindo às mudanças políticas, econômicas e sociais. Embora tenha sofrido algumas alterações provocadas pelo desenvolvimento tecnológico, continua sendo a principal fonte de informação social.

Com base nesse pensamento, no segundo capítulo, adotei como análise documental textos jornalísticos de natureza variada: impressos, televisivos e digitais. Cada um demandando análise específica, de acordo com sua modalidade, a fim de perceber como a mídia reproduziu a dinâmica do conflito territorial no ato do processo de “desintrusão” da Terra Indígena Awá Guajá. Vale ressaltar que a escolha documental não foi feita de forma aleatória. Foram escolhidos os jornais de circulação maior dentro do estado do Maranhão, bem como blogs que possuem uma visualização bem aceitável pela sociedade maranhense. É certo que o público alvo de tais blogs é bastante variado. Mas considerou-se importante a facilidade de

acesso a eles por conta da popularização da internet como veículo de informação de massa. Além disso, as matérias televisuais escolhidas foram reproduzidas por jornais em canal aberto, o que facilita a aquisição do público às informações.

Com isso, tentei seguir o esquema traçado comprovando algumas hipóteses lançadas a partir da pré-análise e descartando outras. Nesse momento, não só a leitura e análise dos dados coletados foram úteis, mas também de toda a pesquisa bibliográfica que deu um embasamento teórico e, portanto, comprovação científica aos resultados conquistados. Foram utilizados artigos científicos, livros, revistas, etc., que nos conduziram à percepção clara de que, longe de ser um fenômeno isolado, o fato social é uma complexidade bem maior do que pode ser observada de imediato, abrangendo questões políticas, econômicas, culturais, mas principalmente, históricas.

Desta forma, os documentos de natureza escrita e iconográfica receberam especial atenção neste estudo, uma vez que registrados em determinado contexto, além de nos permitir capturar informações referentes ao período em questão, nos fornecem dados sobre a maneira como quem registra o fenômeno se comporta em relação a ele. Daí porque devem ser manipulados com a devida cautela. Alguns documentos, como jornais, por exemplo, nem sempre são utilizados para transmitir informações. Por vezes, escapam ou se aproveitam desta utilidade para transmitir ideologias vinculadas à administração do jornal, comprometendo, por consequência, a veracidade das informações e dificultando o trabalho do pesquisador, caso a intensão deste seja descobrir a “realidade” sobre algo.

Esta fase da análise aborda de forma crítica os dados encontrados, tentando observar as intenções midiáticas empregadas na disponibilização de informações sobre o fenômeno em questão. Para isto, são feitas algumas citações de matérias, que foram transcritas em fragmentos de falas, tanto de entrevistados, como de entrevistadores, e se encontram no decorrer do presente estudo. Isto significa, que a investigação do olhar midiático sobre o processo de “desintrusão” não se encontra apenas no desenvolvimento de uma análise de conteúdo, mas também em uma análise de discurso, julgada aqui como essencial no reconhecimento de elementos que se encontram implícitos no ato de transmissão da informação.

Os dados coletados tanto nas matérias de jornais impressos, como nas reportagens televisivas e nas matérias digitais correspondem às datas referentes

aos primeiros meses do ano 2014, que compreende ao ano de realização da operação militar denominada “Operação de desintrusão da Terra Indígena Awá Guajá”, nome dado devido à intenção de desocupar a terra pertencente aos indígenas com a retirada de produtores agrícolas e fazendeiros do local, bem como o impedimento “definitivo” da entrada de madeireiros na região. Através desse conjunto de documentos é possível se analisar a disputa territorial sob o confronto de ideias entre os jornais e matérias de reportagem em pauta, percebendo-se não só o paradoxo destas informações, como também pontos em comum.

Além disso, não foi descartado, o uso de embasamentos teóricos para se discutir também os tipos de critérios utilizados pelos meios de comunicação de massa relacionados ao ato de informar. Existe, na verdade, uma teia de relações envolvidas que acabam inserindo neste ato vários agentes sociais. Da mesma forma, veremos que o acontecimento que norteou este estudo também acabou inserindo, além da existência dos atores envolvidos na operação de “desintrusão”, como a FUNAI, o Exército, etc., alguns personagens que integram este cenário de forma análoga, como é o caso de políticos e representantes de associações ou federações.

Também foi feito uso, no enriquecimento deste estudo, de algumas entrevistas com caráter informal, mas com clareza de seus objetivos. Isto não significa, contudo, que tenham sido entrevistas desestruturadas, porém apenas que se optou por dispensar uma ordem de questões a serem seguidas, por se acreditar que elas comprometem a disponibilidade do entrevistado em falar, deixar fluir as informações.

Foram realizadas, assim, entrevistas com funcionários da FUNAI (órgão ligado ao processo de “desintrusão”) e com o presidente da FAEMA, (que estava envolvida na atividade de desocupação, porém em defesa dos interesses dos produtores rurais). Ambas foram feitas no ano de 2014, mesmo período em que foi realizado o processo de “desintrusão”. Algumas notas foram registradas e inseridas no decorrer das considerações que compõem esta pesquisa.

Por fim, apresento no terceiro capítulo uma análise do confronto de percepções observadas nas reportagens e matérias de jornais impressos, blogs e matérias jornalísticas exibidas na televisão, bem como o engendramento sutil de outros atores durante a captação de dados pela imprensa. Nesta fase da pesquisa, recorre-se aos mesmos documentos que embasaram o capítulo 2, para se tentar

demonstrar que a mídia tem o poder de estabelecer o que pode ou não ser considerado motivo de preocupação social.

Quanto à análise do discurso utilizada neste estudo, entendo que não é necessária a realização de uma abordagem teórica que especifique um método próprio para esta análise, pois o discurso se encontra impregnado de significados, já transmitidos na forma como é construído. Ele é uma ação social, cuja própria interpretação já nos leva à compreensão não apenas do que é transmitido pelo sujeito que o pratica, mas também da condição social em que se desenvolve. Assim, um simples discurso já se encontra envolvido por conflitos sociais e relações de poder, segundo Bourdieu (1994). Para o autor, existe um sistema de classificação que ameniza a tendência de se enxergar a existência de poder inserida no discurso, como ocorre, por exemplo, com o discurso científico. Neste caso, esconde-se a presença do sujeito sob a “verdade” e “objetividade” científica.

Desta forma, Bourdieu (1994) nos convida a pensar o discurso como sendo o produto das relações de poder. Isto não significa, contudo, que as ideias da classe dominante inserem-se despercebidamente e são apenas reproduzidas. Pelo contrário, as próprias manifestações de resistências desenvolvem-se também por meio de discursos, fato que podemos observar na terceira parte desta pesquisa.

Procura-se entender a partir daí, que embora a mídia não seja a única responsável pela construção de representações sociais, pode carregar parcela de influência na formação de opiniões relacionadas à garantia dos direitos indígenas à posse de suas terras. Embora existam outros elementos que se associem na formação de representações sociais, de certa forma, a maneira como a mídia (re)produziu a “desintrusão” da terra indígena Awá Guajá acabou incentivando a construção de imaginários sociais, produtos de representações, que nada mais são do que a análise do “outro” à partir de visões que, atreladas à própria experiência de vida de quem levanta o julgamento, ignora o fato de que conceitos e significados mudam de acordo com a construção cultural de cada sociedade.

Assim, apesar de este estudo dar uma atenção especial a um grupo em particular, isto é, os indígenas Awá Guajá que estão inseridos na terra indígena que possui o mesmo nome da etnia em questão, tentou-se entendê-los a partir de uma análise geral da situação indígena no Brasil. Isto porque pareceu não estar esclarecida ainda a necessidade de “desintrusão” da terra indígena. Para tanto,

tentou-se disponibilizar uma visão holística do fenômeno estudado, a fim de lhe garantir uma percepção mais completa.

Pode-se perceber, portanto, o caráter desafiador que permeia este estudo. Vários problemas estiveram inseridos na forma de abordagem que se optou por seguir, entre eles a interpretação dos dados adquiridos, que iam desde a decodificação de ideias e linguagens envolvidas até o entendimento de que a maneira de pensar do(a) pesquisador(a) pode afetar sobremaneira os resultados da pesquisa.

Assim, atentando aos devidos cuidados que mereciam ser observados, podemos falar resumidamente que a análise completa deste estudo obedece à seguinte ordem:

Primeiramente, o estabelecimento de uma localização espacial do leitor no contexto em que é abordado o fenômeno, através não somente do reconhecimento físico da área que mobiliza os conflitos citados no estudo – o que é possível por meio de abordagem descritiva do espaço em questão e sua representação na figura de um mapa – mas também seu posicionamento temporal diante da conjuntura analisada.

Em um segundo momento, são disponibilizadas as informações obtidas através da coleta de dados e sua análise é feita mediante o confronto de percepções. Recorre-se ao conhecimento acumulado sobre a questão indígena e à maneira como ele tem sido divulgado através do discurso midiático, entendido aqui como um dos elementos encorajadores de determinadas posturas que repercutem no imaginário social. Para isso, são consideradas as diferenças de compreensão de mundo, percebidas aqui através da visão que o produtor rural possui em relação ao ato de desocupação das terras indígenas, e a maneira como o indígena se expressa, tentando esta última ser capturada pelo olhar midiático.

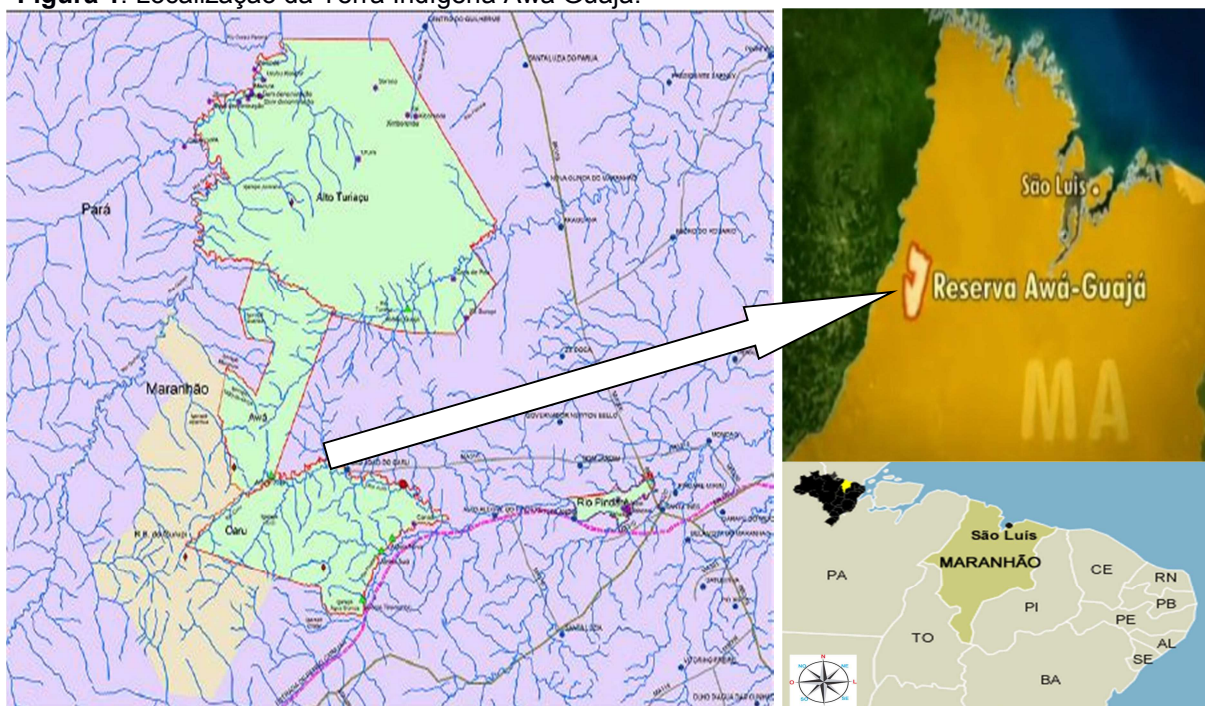
E finalmente, são abordadas algumas práticas adotadas pela imprensa, que acabam sendo desconsideradas pelo público atingido pelas informações disponibilizadas. Nesta fase, também foi lembrado o problema principal da dizimação dos povos indígenas no contexto social da atualidade.

2 A FORMAÇÃO DOS “ESTADOS NACIONAIS” E A QUESTÃO INTERÉTNICA

A atenção deste estudo é dedicada à contenda entre produtores rurais e indígenas aos olhos da imprensa nacional, mais especificamente o caso da “desintrusão” da terra indígena Awá Guajá. A princípio, o que se pretende é fazer uma análise da situação indígena brasileira, recordando-se elementos históricos que são essenciais para o entendimento da situação atual em que se encontra o povo Awá Guajá. Assim, poder-se-á entender o caso particular ocorrido do fenômeno em questão e, finalmente, analisar a posição que a mídia assumiu ao retratá-lo.

Especialmente, a disputa territorial que se especifica no desenvolvimento desta produção, se localiza na região noroeste do Maranhão, em uma área de bioma amazônico, englobando os municípios Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca, como se pode observar nas figuras abaixo. A primeira representando o território em questão, e a segunda referente ao estado Maranhão localizado no nordeste do Brasil.

Figura 1: Localização da Terra Indígena Awá Guajá.



Fonte: Mapas, Google, 2015.

Nesse território habitam os Awá Guajá, população indígena nômade, possivelmente originária do Tocantins (MA), que se deslocou para o Maranhão após

a Cabanagem¹, por volta de 1840. O termo “Awá” significa “homem”, segundo a língua que falam, que é oriunda do tronco linguístico Tupi. Este povo indígena vive em três terras, sendo que em uma delas não se encontram em contato com indígenas de outras etnias, a denominada Terra Indígena Awá. Esta possui 117.000 hectares, segundo dados da FUNAI (2015) e foi homologada no ano de 2005. Pode-se observar pela leitura da figura acima, que o território corresponde a um corredor que liga a Terra indígena Caru e a Terra Indígena Alto Turiaçu.

Dentro desta área existe um posto da FUNAI denominado Posto Indígena Juriti, criado no ano de 1989. Atualmente, nas suas proximidades existem grupos pequenos de indígenas Awá estabelecidos, alguns mais próximos do Posto e outros mais longe. Estes últimos foram contatados mais recentemente, entre 1991 e 1998. Como existem outros grupos dispersos na mata, que não estabelecem contato, não há possibilidade de se definir um número exato de indígenas Awá. Porém, estima-se que corresponde a uma quantidade relativamente pequena, em torno de 100 indivíduos, segundo constatações da FUNAI (2015).

Como os Awá possuem sua reprodução física e simbólica decorrentes das atividades de caça e coleta, a necessidade de área acessível a sua prática requer territórios em busca de alimentos, fato que pode ser facilitado com uma faixa de terra contínua. Acontece, contudo, que o avanço da sociedade nacional² provoca o recuo das comunidades indígenas, delimitando cada vez mais o espaço territorial em que se situam, além de ocasionar degradação excessiva pela ação de madeireiros que interferem constantemente na região.

Muito embora o constante deslocamento dos indígenas para fugir das intrusões em suas terras seja um fenômeno atual, não se pode desvinculá-lo do processo de formação dos estados nacionais, que é fruto da própria dinâmica da colonização, especificada mais adiante. Este processo no Brasil ocorreu um pouco

¹ A Cabanagem foi uma revolta ocorrida em 1845, assim denominada por causa das mobilizações promovidas pelos cabanos, nome dado à população ribeirinha, por causa do tipo de habitação que utilizavam, as cabanas. O líder, Eduardo Angelim, havia travado a batalha com Clemente Malcher, instituído presidente de Belém, devido ao apoio que este possuía da classe dominante. Após vencer as tropas de Malcher, o líder dos cabanos ocupou o poder por apenas dez meses. Mesmo com a saída de Angelim do controle da província do Grão Pará, os cabanos continuavam promovendo revoltas que foram duramente combatidas pelo Império até 1840.

² Considera-se “sociedade nacional” a sociedade organizada em território brasileiro, cujos princípios e estrutura são baseados em visões de mundo ocidentais trazidas pelos portugueses durante o período colonial. Diferenciam-se das diversas sociedades indígenas encontradas no Brasil, cujos estilos de vida e construções de significados variam de acordo com cada etnia. Por isto, estas últimas podem ser denominadas “nações”, e seus integrantes podem ser chamados “povos”, concepção adotada por diversas vezes neste estudo.

tarde, se comparado aos demais países da Europa. Nesta, os Estados Nacionais formaram-se como consequência da quebra do sistema feudal e da consequente formação dos Estados Absolutistas. Foi a partir da queda destes últimos que se formaram os Estados Nacionais, movidos pela busca de uma identidade nacional, o que se reflete na formação do Estado Brasileiro.

É neste sentido que Benedict Anderson (2008), discorre sobre a formação do Estado Nacional como construção de uma comunidade imaginada. Isto é, busca compreender, em sua análise, o Estado Nacional como uma comunidade, uma vez que, a despeito das diferenças dentro do território nacional, os indivíduos igualam-se na medida em que compartilham o pertencimento a este território. “Para bem entendê-los, temos de considerar com cuidado, suas origens históricas, de que maneiras seus significados se transformaram ao longo do tempo, e porque dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda.” (ANDERSON, 2008, p. 30).

O caráter moderno relativo à existência de uma identidade do Estado Nacional já surgiu atrelado a uma relação assimétrica entre povos indígenas e sociedade envolvente, motivo que nos aponta o fato de que os problemas gerados pelo colonialismo ainda são atuais, não podendo, por isso, serem passados despercebidos aos olhos de qualquer estudo social. Segundo Balandier (1993), é o estudo do colonialismo que serve de base para o entendimento de qualquer sociedade atual que um dia passou por esta fase em sua história.

Esta relação assimétrica ocasionada no contato interétnico e que se materializa no avanço das fronteiras de expansão sobre os territórios indígenas foi um dos fatores responsáveis pela alteração dos modos de vida das diversas populações indígenas encontradas no Brasil. Trata-se de uma relação de imposição, já que o processo colonizador sempre gera resistências. As mudanças percebidas, portanto, nas manifestações culturais³ indígenas são resistências desse processo. Ou seja, embora estes povos não tenham recebido de bom grado tais consequências, fizeram uso destas adaptações para conservar-se através da reconstrução de significados.⁴

³ Entende-se aqui por manifestações culturais a maneira como o indígena vivencia o significado que atribui à própria existência.

⁴ Procura-se entender com esta reflexão que o indígena fez uso das novas representações de mundo que lhes eram apresentadas para ressignificá-las, e não eliminá-las como se esperava que acontecesse durante o processo de colonização do Brasil e, posteriormente, durante o processo de

Para Darcy Ribeiro (1970), este processo pode ser denominado “transfiguração étnica”, algo que seria inevitável a partir do momento em que houvesse o contato entre os povos indígenas e sociedade nacional. Dentro do estudo do contato interétnico, Darcy Ribeiro (1970) destaca as variantes relacionadas às frentes de expansão que impacta os povos de diferentes formas e esse impacto gera o que ele chama de transfiguração étnica. Vale lembrar, contudo, que não cabe a teoria de transfiguração étnica de Darcy Ribeiro (1970) para este caso em particular, ou seja, a situação em que se encontram os Awá Guajá. Isto porque estes indígenas não se encontram neste processo, pois segundo a perspectiva de Darcy Ribeiro (1970), eles seriam considerados isolados.

Por outro lado, em “Obstáculos ao estudo do contato interétnico”, de Pacheco de Oliveira (1988), o autor menciona que existem tanto teorias que dificultam este tipo de estudo – como é o caso da Teoria da Aculturação, Teoria da Cultura Resultante e a Teoria da Mudança Social, seguida por Malinowisk – como também teorias que facilitam este estudo – como é o caso da noção de situação de contato proposta por Max Gluckman. Pacheco (1988) elabora, então, uma teoria de “situação histórica de contato”, onde cada povo indígena está em uma situação histórica de contato que compreende laços econômicos, culturais, políticos, com relação à dinâmica socioeconômica da região que ocupa. Isso define mudanças, ou seja, a forma como os indígenas também incorporam os elementos da dominação. Elementos estes que seriam para destruí-los culturalmente, mas que acabam sendo assimilados e ressignificados em sua vivência cotidiana.

Uma teoria que explicita o que os Awá estão vivenciando atualmente em relação aos regionais, aos moradores do entorno de seu território, seria pertinente a compreensão da fricção interétnica⁵ nos seus aspectos econômicos apontados por Cardoso de Oliveira (1988). Estes povos, ainda hoje, são grupos que estão continuamente se deslocando. É certo, contudo, que existem grupos Awá já contatados, que são os que permanecem instalados próximos ao posto da FUNAI, o Posto Juriti. Estes, inclusive, mesmo mantendo hábitos tradicionais de caça e pesca, têm sido incentivados a praticarem agriculturas de subsistência, pois já não possuem uma mobilidade muito grande, se comparados aos indígenas Awá que

povoamento do interior do país.

⁵ “Fricção Interétnica” foi um conceito trabalhado por Roberto Cardoso de Oliveira para se entender a relação entre indígenas e sociedade nacional. O conceito é retomado mais adiante, durante o desenvolvimento deste estudo.

ainda continuam com hábitos nômades.

Estima-se que o hábito de caça e coleta desenvolvido pelos Awá deu-se no próprio processo de transição da sua territorialidade, que aconteceu motivado pelas sucessivas invasões de colonizadores em seu território no Pará, ainda no século XVI. Como precisavam fugir frequentemente das investidas coloniais, acabaram por assumir o caráter de caçadores e coletores. Foram dispersando-se para o leste e, após a Cabanagem, chegaram ao Maranhão. Na verdade, todas estas informações sobre os Awá são feitas com base em escassas referências que se tem a seu respeito desde a primeira metade do século XX, como por exemplo, relatórios de trabalhos de campo feitos por etnólogos. “As informações mais antigas, indiretas e anteriores ao contato foram resumidas pelo etnólogo Curt Nimuendaju num texto publicado, em 1948, no volume 3 do *Handbook of South American Indians*.” (HERNANDO; COELHO, 2013, p. 28). A FUNAI, contudo, só chegou a estabelecer contato com os indígenas Awá em 1972 e já no ano seguinte colocou-se a conhecê-los de fato, através da instalação do Posto Indígena Guajá, na região do Alto Turiaçu, local onde contactou 12 indígenas desta etnia, naquela época.

Vários são os motivos que contribuíram para a diminuição do número de indígenas Awá, como por exemplo, a dizimação de grupos de famílias Awá no processo de colonização e as epidemias trazidas pelo contato. Aliados a estes fatores, também estão o descaso com as demandas indígenas, que inclui a morosidade de regularização de suas terras e, conseqüentemente, a elaboração de alguns projetos que desconsideram a existência indígena. Cardoso de Oliveira (1988) analisa este tipo de fenômeno usando a expressão “Fricção Interétnica”, onde destaca a importância do conceito de “contato interétnico” para o entendimento da relação dos indígenas existentes no Brasil com a sociedade não indígena, relações que são antagônicas e assimétricas, mas que acabam permanecendo, visto as ressignificações elaboradas a partir de mudanças de ordens econômicas, políticas e sociais.

Todas estas situações impostas aos Awá obriga-os a readaptar a maneira como enfrentam o cotidiano, inclusive a forma como se organizam socialmente, que já foi alterada significativamente quando se leva em consideração que vários grupos nômades permanecem agora estabelecidos em um local fixo. A situação foi uma alternativa utilizada pela FUNAI para livrá-los do perigo que a interferência em seu território os coloca e, aliada a esta medida, também se coloca o

processo de demarcação territorial que só foi realizada efetivamente em 1992, embora o território já tivesse sido reconhecido desde a década de 1980.

Somente no início de 2014, a justiça federal do Maranhão começou o processo de desocupação da terra indígena Awá, que foi concluído no mês de abril do mesmo ano. Começou com a entrega de notificação para saída das pessoas que ocupavam o local, que correspondia a mais ou menos 427 famílias, segundo informações da FUNAI (2015). Estas permaneceriam por 40 dias, onde os produtores rurais que se enquadravam no Plano Nacional de Reforma Agrária seriam reassentados, na região correspondente ao assentamento de Parnarama e Coroatá.

Neste intervalo de tempo, foram realizadas algumas reuniões para se decidir que tipo de apoio seria dado aos produtores rurais aptos a serem deslocados para um novo local, sob responsabilidade do INCRA. Desde o mês de janeiro de 2014 havia sido instalado em São João do Caru e no povoado Vitória da Conquista, postos de atendimento a fim de regularizar a situação destas pessoas. Todos os bens dos produtores rurais que haviam residência no local, foram retirados, com a colaboração de caminhões da FUNAI e as residências foram destruídas. O prazo para desocupação terminou no dia 09 de março de 2014, e a entrega simbólica do território aos indígenas ocorreu no mês de abril do mesmo ano, com o recebimento do “auto de desintrusão” pelos indígenas que ficam instalados próximos ao posto Juriti. Embora o território já esteja bastante danificado, a perspectiva é que a medida seja favorável à reprodução social dos indígenas Awá, retornando-lhes o direito original de posse do seu território.

Veremos que este fenômeno foi abordado de várias formas pela imprensa oficial, mais especificamente jornais escritos e televisivos, que noticiaram o processo de desocupação da Terra Indígena Awá Guajá, alguns focando na situação enfrentada pelo agricultor rural que teria que se retirar do local onde já havia fixado moradia há algum tempo; outros ressaltando a necessidade territorial indígena; e alguns tentando demonstrar-se omissos em relação ao assunto, mostrando-se apenas como mediador entre a situação e o público que tomaria conhecimento do ocorrido.

Para melhor entendimento, a seguir é feita uma análise do contexto indígena no Brasil desde o período colonial até meados do século XX, fase que é bastante importante na compreensão da situação atual dos povos indígenas, pois

como disse Oliveira Filho (1999): “o pesquisador precisa resgatar a plena historicidade dos sujeitos históricos, descrever como eles estão imersos e como se constituem em cada ambiente líquido (as épocas e os ecúmenos).” (OLIVEIRA, 1999, p. 33). É realizada também uma breve abordagem das diversas tentativas de adequar o indígena ao modelo de organização política, econômica e social implantado no Brasil. Logo depois, são abordados os principais elementos que despertaram o surgimento da ideia de que a posição indígena no âmbito nacional constitui um problema a ser resolvido pelo sistema administrativo do país. Fato este que recebeu a designação de “Questão Indígena”.

2.1 Uma reflexão acerca da questão indígena no Brasil

Não há como falar da questão indígena brasileira, sem recorrer a informações que se tem produzidas do período colonial. Isto porque atualmente, embora existam políticas que são trabalhadas para assegurar a diversidade cultural indígena⁶, convém ressaltar que a própria origem de tais políticas deu-se em um contexto de conflitos, onde a proteção do direito de reprodução sociocultural dos povos indígenas não foi prioridade das autoridades brasileiras, ainda que tenha sido colocada como destaque em diversas leis. A maioria delas tentava “disciplinar” o uso da terra indígena, negando o reconhecimento de que os povos aqui encontrados já detinham posses de terras, antes mesmo de o território brasileiro ser considerado “descoberto”.

O primeiro ato do governo português quando ainda se tentava concretizar o processo de colonização foi acabar com as “barreiras” que impediam o povoamento territorial do país. A principal delas, era a presença das nações indígenas que habitavam as terras. Ora, ignorando-se a diversidade cultural existente entre os povos aqui encontrados, subjugá-los à condição de não “civilizados” devido seus hábitos não reconhecidos pela cultura portuguesa acabava sendo utilizada como “justificativa” à violência física e simbólica que os indígenas

⁶ Um bom exemplo disso é o Artigo 231 da Constituição Federal de 1988: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” (BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 2008).

sofreram no período colonial e cujos reflexos ainda repercutem atualmente. Na verdade, sempre ocorreu ao Estado manipular as terras indígenas de forma a implementá-las ao usufruto da metrópole no período colonial, iniciando esta ação com a tentativa de apropriação territorial pelos portugueses com base no povoamento, cujas iniciativas foram a divisão territorial em capitanias hereditárias, sesmarias, além de aldeamentos missionários que tentavam conduzir os povos indígenas ao uso da prática cultural portuguesa, ou seja, aos aldeamentos.

A primeira forma sistemática de política indigenista, segundo Coelho (2002) foi o *Directório* de Pombal⁷, na época conhecido por Diretório do Índio, elaborado em 1755, onde se procurava inserir a sociedade indígena à sociedade brasileira através da retirada do controle que a Igreja exercia nas missões religiosas implantadas no Brasil. Isso não excluía o fato de que a cristianização dos povos indígenas seria “útil” à sua adaptação à sociedade brasileira, porém tal ação seria executada pelas dioceses e diretores das vilas. Desta forma, sem o controle da Igreja, era fácil a ação do Diretório na prática de violências físicas e escravização ao indígena.

Sob o regime do Directório, as áreas que até então eram reconhecidas como “aldeamentos indígenas” tornaram-se vilas. Os povos indígenas, que já haviam sofrido os processos de descimentos para as missões, viram-se novamente esbulhados das terras que ocupavam e ficaram submetidos a um diretor branco, pois acreditava-se que os índios não dispunham da aptidão necessária para dirigirem-se a si mesmos. Esse ato descaracterizou o que ainda podia ser considerado como uma terra dos índios. Pombal pretendia legitimar a ocupação do território brasileiro, pondo fim à desagregação interna e favorecendo a unidade política e cultural da Colônia. (COELHO, 2002, p. 64).

Inicialmente, o Diretório do Índio se limitava a ser aplicado somente no Estado do Grão Pará e Maranhão, porém foi estendido para todo o Brasil a partir de 17 de agosto de 1758. Ele continha 95 artigos que visavam inserir o indígena na sociedade neobrasileira, a fim de assegurar a defesa territorial, além de torná-los, discretamente, mãos de obra ativas em benefício dos colonizadores. Teoricamente, o Diretório do Índio se dispunha a defendê-los contra o trabalho escravo e de outros

⁷ No período em que foi elaborado o Diretório de Pombal, mais conhecido como Diretório do Índio, em 1755, o rei de Portugal era Dom José I, e Marquês de Pombal o seu ministro. Segundo a lei, a Igreja não seria mais responsável pela educação indígena. Por outro lado, não seria também permitido o uso de outro idioma, a não ser a língua portuguesa. Algumas práticas indígenas, inclusive, deveriam ser abolidas, como a falta de costume de usar vestimentas e o uso de sobrenomes de outras origens, que não fosse portuguesa.

tipos de rejeição advindas da sociedade portuguesa, porém na prática buscava-se desarticular a intervenção da Igreja em defesa aos indígenas, facilitando assim os planos da Coroa. Além disso, esta lei também foi responsável pela homogeneização linguística em todo o território brasileiro, uma vez que determinava a obrigatoriedade da língua portuguesa a todos, através das escolas elaboradas para instrução dos indígenas. Até então, utilizavam-se línguas advindas do tupi-guarani, com modificações que as tornaram conhecidas como sendo a língua geral.

No século XVIII, no entanto, além das populações indígenas, vários outros segmentos sociais não utilizavam o português para se comunicar, mas sim a língua geral, falada por moradores de várias regiões da Colônia. Esta situação levou a Coroa a buscar meios de impor o português nos seus domínios americanos. Além dos idiomas indígenas, nesta época também vigoravam línguas africanas, amplamente usadas pelos escravos e seus descendentes. Apesar de não terem sido tão intensamente utilizadas como as línguas gerais indígenas e, tampouco, objeto de uma política específica de extinção neste período, as línguas africanas também significavam entraves ao projeto de exclusividade português. (GARCIA, 2007, p. 26).

Segundo Garcia (2007), a implantação da língua portuguesa consistia em um método para a sujeição do indígena, desfazendo-o de seus costumes, o que o enfraqueceria e facilitaria sua inserção ao “mundo civilizado” português. É certo que esta medida também poderia ser eficaz na garantia do território brasileiro, já que a Espanha mostrava-se interessada em disputá-lo. Isto despertava a ideia de que tornar os indígenas cidadãos submissos à Coroa portuguesa poderia garantir um aumento populacional considerável que facilitaria a defesa territorial, uma vez que o Tratado de Madri⁸ colocava o critério “língua” como um dos elementos definidores de fronteira territorial.

Apesar de tudo, ainda que o uso da língua portuguesa tenha se disseminado por todo o território brasileiro, isto não significou a extinção das línguas faladas por vários povos indígenas. No estado do Maranhão, por exemplo, em meio às modificações surgidas, atualmente ainda permanecem dois troncos linguísticos como símbolos de reafirmação identitária: Tupi (que corresponde à língua falada pelos povos Guajajara, Awá-Guajá, Urubu-Kaapor) e Macrojê (que é falada pelos povos Canela Apaniekrá e Ramkokamekrá, Gavião, Krikati e Timbira). Garcia (2007)

⁸ O Tratado de Madri foi um acordo firmado entre D. Fernando VI, rei da Espanha, e D. João V, rei de Portugal, em 13 de janeiro de 1750. O acordo substituiu o Tratado de Tordesilhas e definia os limites entre as colônias sul-americanas. Um dos critérios para a definição destes limites era a língua utilizada no território em questão.

cita o reconhecimento do Diretório do Índio ao diagnosticar a língua como estritamente relacionada à cultura e identidade.

Assim, se de um lado o texto do *Diretório* foi perspicaz ao diagnosticar a relação da língua com os costumes dos índios, de outro, talvez não o tenha sido ao propor a sua erradicação por meio da escola e da proibição dos idiomas “nativos”. Os grupos étnicos não existem no isolamento, sendo a sua formação originada a partir do contato com outros grupos. Nesse sentido, os sinais de diferenciação são percebidos e hierarquizados durante as relações interétnicas. (...) A sua alocação na Aldeia e a conseqüente obrigatoriedade do uso do português devem ter potencializado as particularidades, ao mesmo tempo em que a língua foi sendo percebida como um elemento diferenciador. (GARCIA, 2007, p. 37).

É importante destacar que o Diretório do Índio permitia, inclusive, a inserção de pessoas da sociedade brasileira em territórios indígenas, sob o pretexto de torná-los populosos, sem prejudicar ou invadir os direitos dos primeiros habitantes do local, conforme se fazia acreditar através de leis formalmente estabelecidas, como é o caso do Diretório citado, ainda que na prática não se cumprisse o que estava escrito.

Mas essa lei não durou muito tempo e foi extinta em 12 de maio de 1798, por meio da Carta-Régia da rainha D. Maria I, mãe de D. João VI. A partir de então se considerava o indígena cidadão brasileiro desde o nascimento, sendo por isso submisso às regras implantadas na colônia portuguesa, como qualquer outro cidadão comum.

Ora, levando em consideração que no início da colonização, a população de origem europeia era bastante reduzida e desconhecadora do território a ser conquistado, a presença indígena representava resistência a ser vencida no processo de ocupação territorial e consolidação das práticas produtivas.

Apesar das tentativas iniciais de colonização portuguesa e das incursões francesas (1612-1616) e holandesas (1642), a população de origem européia no Maranhão não chegava a 1400 pessoas no início do século XVIII. Essa população incluía cerca de 200 famílias de açorianos que em 1621 se instalaram nas margens do rio Itapecuru, onde formaram as primeiras fazendas, introduzindo gado bovino e animais de carga no estado. No período de 1750 a 1850, a ocupação do território maranhense pelo elemento branco ocorre por duas frentes principais, sendo uma delas associada à pecuária e a outra à agricultura. (PORRO; MESQUITA; SANTOS, 2004, p. 22).

Uma possível solução ao “problema” português, portanto, seria o

desenvolvimento de uma prática produtiva que impulsionasse o povoamento no estado e funcionasse como um atrativo para migrações, o que acabaria resultando na inibição da atuação indígena nas regiões. Esta prática acabou dando origem ao que se conheceu por “frentes de expansão” que, segundo Velho (2013), foi responsável pela dizimação de muitos povos indígenas.

As frentes de expansão do Maranhão, por exemplo, estiveram inicialmente ligadas a dois processos de produção econômica: um deles vinculado a pecuária e o outro a atividade agrícola. A frente pastoril, que começou seu avanço pela região sul do estado acabou contribuindo para o desenvolvimento do comércio nessa região, principalmente aquele que estava vinculado à atividade pecuária, como é o caso da venda de carne e couro. A maioria das cidades que surgiram obedeciam ao movimento da frente pastoril que conduzia os gados vindos principalmente da Bahia, por vaqueiros, em busca de pastagem no sul do Maranhão. Por outro lado, a frente de expansão litorânea expandia-se a partir da região norte do estado, basicamente oriundas das terras que se localizavam próximas ao litoral, já que estava vinculada a prática da agricultura. Segundo Velho (2013), nesta época adotava-se o sistema de *plantations*, que consistia na produção agrícola para grandes mercados, uma prática incentivada pela Companhia Geral do Comércio e Grão Pará.

O fato é que o movimento de expansão territorial brasileiro permanecia em continuidade e suscitava uma espécie de guerra, onde o indígena era visto como uma “barreira” ao processo de povoamento e, por isso, acabava sendo subjugado, principalmente como resultado da entrada das frentes de expansão territorial e, em muitos casos, por ação dos bandeirantes⁹. É raro, contudo, o material que se possui a respeito do tratamento que se dava ao indígena antes do século XIX, já que, ainda por este período, no Brasil não havia a utilização da imprensa escrita como fonte de informação. A informação que se pode obter deste período é fornecida por materiais mais recentes, como analisa Cabral (1992) sobre o assunto, onde discorre sobre o processo de ocupação do interior do Maranhão que se deu basicamente pelo avanço da pecuária, e analisa a violência como eram tratados os povos no início do século XIX.

⁹ Os bandeirantes foram homens encarregados, pelo Estado ou particulares, a se empenharem no desbravamento do território brasileiro. Quando agiam a mando de particulares, suas expedições denominavam-se “bandeiras”; quando a mando do Estado, denominavam-se “entradas”.

A expansão da pecuária pelo alto sertão maranhense foi um movimento caracterizado pela violência. As verdes campinas cobiçadas pelos criadores eram o habitat de numerosas tribos indígenas que opuseram toda a resistência possível à conquista e ocupação. Felizmente podemos contar com o rico material informativo, compreendendo, sobretudo, os relatos de Francisco de Paula, sobre o confronto entre brancos e índios, no início do século XIX.

Já com relação ao século anterior, a documentação é mais escassa. Por meio dessas fontes, pode-se avaliar quão sangrentos e conflituosos foram os contatos entre os dois grupos – criadores e índios, com interesses e modos de vida tão diferentes e antagônicos. As agressões ininterruptas e inevitáveis permearam todo o processo de espoliação dos índios e a conseqüente proliferação das fazendas. A violência praticada de ambos os lados foi a tônica da luta empreendida pelo colono para quebrar a resistência do habitante autóctone. Uma após outra, todas as tribos foram sendo obrigadas a se submeter à vontade e aos desígnios do invasor que queria a posse e o controle da terra. As tribos que mais resistiram à colonização foram dizimadas. Da mesma forma eliminadas as que se mostraram mais acessíveis à confraternização. (CABRAL, 1992, p. 119 – 120).

Segundo Velho (2013), ainda nos dias atuais existem frentes de expansão que, se antes estavam atreladas por alguns fatores, como é o caso dos atrativos econômicos, atualmente ocorrem devido a inexistência deles. Outro fator que influenciou esse deslocamento populacional foi o crescimento urbano, em consequência do aumento demográfico, pois motivava as cidades brasileiras a expandirem-se e se fixarem em áreas ocupadas até então por indígenas.

É certo, contudo, que o século XIX mudou um pouco a preocupação referente à situação indígena, pois a atenção voltou-se para quesito “terra” e não mais “mão-de-obra” como estava sendo feito até o século anterior. Isto não significa que a mão-de-obra indígena tenha sido superada. Pelo contrário, ainda se fazia largo uso desta prática durante este período, porém passou-se a considerar as inserções territoriais o principal fator motivador desta ação.

Nas regiões de povoamento antigo, trata-se mesquinamente de se apoderar das terras dos aldeamentos. Nas frentes de expansão ou nas rotas fluviais a serem estabelecidas, faz-se largo uso, quando se o consegue, do trabalho indígena, mas são sem dúvida a conquista territorial e a segurança dos caminhos e dos colonos os motores do processo. A mão de obra indígena só é ainda fundamental como uma alternativa local e transitória diante de novas oportunidades. É o caso da extração da borracha natural da Amazônia ocidental enquanto não se estabeleceu a imigração de trabalhadores nordestinos. (CUNHA, 2012, p. 56-57).

Na verdade, embora tenha se alterado um pouco o objeto de discussão, os meios para atingir a “solução” dada ao “problema” ainda era a eliminação do

indígena ou a sua adaptação ao modelo de vida trazido pelos portugueses ao Brasil. Ainda mais quando já não se fazia questão do uso de sua mão-de-obra e, se o elemento “terra” estava sendo o cerne do problema, era mais proveitoso às autoridades que fosse utilizado em favor da sociedade brasileira. Por este período, pode-se afirmar que a informação de certa forma já estava sendo mais divulgada facilmente, através da permissão do uso da imprensa oficial no país, o que possibilitava também o acesso ao conhecimento quanto ao que mais tarde ficaria conhecido como “questão indígena”.

O Brasil só conheceu a palavra impressa no século XIX, depois da chegada de D. João VI. Um dos motivos principais para o surgimento tardio da imprensa no Brasil, em comparação com as demais colônias europeias, foi a proibição imposta pelo rei de Portugal ao acesso às letras pela sociedade que até então formava a colônia portuguesa, já que temia que qualquer atividade vinculada à expressão pudesse pôr fim ao seu poder hegemônico. Porém é importante lembrar que,

[...] o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria. Ou seja, o periodismo pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais. A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassa amplos setores da sociedade que se tornaria brasileira, não ficava estanque a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa. (MOREL, 2015, p. 25).

Isso não significa, contudo, que o fato não tenha sido registrado por jornais de ampla divulgação no exterior. Segundo Lustosa (2007), a Gazeta Oficial de Londres constitui uma das fontes úteis no conhecimento do tipo de repercussão que o fato desencadeou neste período. Aliás, assim como ainda hoje a vinda da família real para o Brasil é objeto de discursões que tentam identificar estratégias da Coroa, também no período em questão houve diversas discursões que evidenciavam a polêmica do assunto.

O historiador Neil Safier, da Universidade de Colúmbia Britânica, situada em Vancouver, Canadá, observou que a transferência da Corte portuguesa para o Brasil foi bastante comentada nos jornais norte-americanos e que o fato foi discutido com entusiasmo e profunda curiosidade durante o primeiro

trimestre de 1808. (...).

O acontecimento que causara grande impacto em 1808 voltou a ser amplamente revisitado pela historiografia em 2008. Entretanto, a discussão sobre a temática não se restringiu ao meio acadêmico, alastrou-se pela esfera midiática, que, por sua vez, não só reconstituiu o episódio em seus noticiários, como também conferiu espaço aos historiadores. (CARDOZO, 2015, p. 44 e 45).

Assim, somente em 10 de setembro de 1808, surgiu oficialmente a primeira imprensa nacional, a Gazeta do Rio de Janeiro, que, obviamente, estaria responsável pela publicação de assuntos favoráveis ao governo português. Este foi o primeiro jornal impresso, inspirado no modelo da Gazeta de Lisboa. Toda notícia internacional era analisada cautelosamente pela Coroa, de forma que nada que pudesse incitar qualquer indício de “rebeldia” chegasse aos ouvidos da sociedade brasileira.

A imprensa surge tardiamente no Brasil. Há razões internas e externas a explicar a sua ausência na Colônia. A Coroa Portuguesa sempre criou obstáculos ao seu desenvolvimento para impedir que as críticas à dominação metropolitana se propagassem através das folhas impressas. Além disso, os núcleos urbanos eram pouco significativos na sociedade colonial havendo predominância de uma população do campo, analfabeta, constituída na sua maioria por escravos, dispersa em áreas distantes. Estes fatores representaram empecilhos para a consolidação da imprensa. (CAPELATO, 1994, p.38).

Acontece, contudo, que fora do Brasil, ainda no mesmo ano, foi lançado um jornal brasileiro, em Londres, chamado Correio Brasiliense, por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça.

Chamou-o de Correio Brasiliense porque, naquele começo de século XIX, chamava-se brasileiros aos comerciantes que negociavam com o Brasil e brasileiros aos índios. Brasilienses eram os portugueses nascidos ou estabelecidos no Brasil e que se sentiam vinculados ao Brasil como à sua verdadeira pátria. Ao dar a seu jornal o nome de brasiliense, Hipólito demonstrava que queria enviar sua mensagem preferencialmente aos leitores do Brasil. (LUSTOSA, 1955, p. 14).

Hipólito interpretava a vinda da Corte portuguesa para o Brasil como o início de uma fase de libertação, achando por isso que poderia incentivar esta prática através da publicação impressa de suas opiniões e críticas sobre o governo português, e da divulgação de notícias internacionais. Como até então o acesso às letras tinha sido proibido no Brasil, os jornais surgiram com um formato bastante

denso, composto de artigos bem longos, dividido em sessões referentes a assuntos políticos, literaturas, etc. Assim, pode-se dizer que o Correio Brasiliense carregou uma parcela de responsabilidades quanto aos fatores que incentivaram mais tarde a independência do Brasil, uma vez que se constituía de atualizações sobre o que acontecia mundo afora, tendo, por isso, grande a repercussão entre camadas mais esclarecidas da sociedade e incentivando a ação de revolucionários, o que constituía, decerto, uma afronta ao governo português. Entre as ideias que tentava divulgar a sociedade brasileira encontravam-se a visão despótica do absolutismo, a implantação do trabalho livre e a não intervenção do Estado no mercado brasileiro. Porém defendia que o próprio governo tomasse iniciativa dessas mudanças, uma vez inspirado na monarquia constitucional da Inglaterra. Neste período a questão indígena era deixada de lado, não constituindo preocupação prioritária entre os assuntos políticos do Brasil.

Depois que D. João VI veio para o Brasil, o comércio que antes se encontrava fechado acabou sendo aberto aos mercados internacionais e o Brasil, pela primeira vez em sua história, pôde presenciar certo grau de crescimento econômico. Este fator aliado à necessidade de implantação de um corpo administrativo para que cuidasse dos assuntos políticos, econômicos e burocráticos acabou deixando mais complexa a dinâmica social da colônia portuguesa que, a partir de então, passou a ser considerada reino. Por outro lado, a insatisfação popular em Portugal era grande. Desta forma, em 1820, eclodiu uma revolução constitucionalista no Porto, cidade portuguesa, cujo motivo principal era a saída da Corte para o Brasil, que além de ter gerado prejuízo aos cofres portugueses, uma vez que repercutiu na abertura do mercado brasileiro, também deixou o país sem cuidados administrativos. Isto acabou culminando na volta de D. João VI para Portugal em 26 de abril de 1821.

Todo este processo foi noticiado pelo Correio Brasiliense que, neste período já não estava sozinho no campo impresso, agora também composto por jornalistas independentes e liberais que também explanavam suas ideias por escrito, como é o caso de José Bonifácio de Andrada e Silva, poeta brasileiro. O fato, é que o Correio Brasiliense deixou de existir em 1822, no mês de novembro, depois da independência do Brasil, quando Hipólito acreditou ter concretizado seus objetivos. Ainda assim, continuou lutando pelo reconhecimento da independência brasileira no exterior até 1823, ano em que morreu.

Mas o primeiro jornal considerado independente chamava-se “Conciliador do Reino Unido” e foi elaborado pelo mais tarde denominado visconde de Cairu, José da Silva Lisboa. Apesar da publicação de um jornal independente, seu periódico dedicava-se a alertar a sociedade sobre os males que poderiam ser causados pela liberdade de imprensa, talvez incentivado pela sua função durante a estadia de D. João VI no Brasil, ou seja, diretor da censura. Era ele quem selecionava o que devia ser publicado e, através do seu, então, jornal independente defendia que a liberdade de imprensa poderia gerar uma desordem social. Além deste jornal, também surgiram outros dois favoráveis à Corte portuguesa: “O amigo do rei da nação” e “O bem da ordem”.

Somente em setembro de 1821 começou-se a expressar os ideais liberais através da palavra impressa, com o jornal “Revérbero Constitucional Fluminense”. Este defendia os ideais da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade) e a liberdade de imprensa, mas, em contrapartida, não considerava o Brasil pronto para a independência. Apesar disso, deu o passo inicial para que a imprensa pudesse ser vista como um meio de se defender os interesses do Brasil.

Já no final do ano surgiu outro jornal, sob a forma de panfleto, que faria diferença na política brasileira: o “Despertador brasiliense”. Este surgiu no contexto de insatisfação popular com os decretos que a Coroa portuguesa estava impondo no Brasil. Entre eles a volta do monopólio português sobre o comércio brasileiro, além da volta de D. Pedro para a Europa. É interessante na história da imprensa brasileira que este panfleto é atribuído a José da Silva Lisboa. Ou seja, o mesmo indivíduo que antes julgava a liberdade de imprensa como motivadora da desordem social, a utilizou como meio para incitar um motim contra a Corte.

O “Despertador brasiliense” juntamente com “A Malagueta”, outro jornal que surgiu neste contexto histórico, manifestaram-se contra as decisões da Coroa demonstrando insatisfação e mobilizando a população a tomar iniciativa de exigirem a permanência de D. Pedro no Brasil, fato que culminou no que os historiadores denominam de “Dia do Fico” (9 de janeiro de 1822). Isto é, o dia em que D. Pedro resolveu permanecer no Brasil diante da pressão popular e política a que estava exposto.

Depois do ocorrido, os líderes dos jornais que antes haviam se unido em favor da permanência de D. Pedro, separaram-se por discórdia quanto às decisões que haveriam de ser tomadas no Brasil a partir de então. Surgiu o jornal

“Reclamação do Brasil”, liderado por José da Silva Lisboa – antigo diretor da censura, fato que não o favoreceu muito em suas manifestações –, e “Correio do Rio de Janeiro”, redigido por João Soares Lisboa. O principal motivo de crítica pela “Reclamação do Brasil” era a Constituinte Brasileira, algo defendido pelo “Correio do Rio de Janeiro”.

Mas Silva Lisboa não estava sozinho na crítica ao movimento pela Constituinte. Também pensava assim o todo poderoso ministro José Bonifácio, que não aprovava a precipitação com que os mais radicais se lançavam no projeto. É possível que ele também achasse que o mais adequado para o estágio em que se encontrava no Brasil – com um grande contingente de escravos e com uma população indígena considerável ainda por ser integrada – era que D. Pedro, a exemplo do que fizera Luís XVIII, desse a carta constitucional.

De qualquer maneira, o debate estava aberto e as gazetas e panfletos que agora faziam parte do cotidiano dos cariocas se digladiavam em torno das diversas tendências que começavam a emergir. A primeira metade daquele ano de 1822 foi totalmente tomada pela questão da Constituinte. Em 3 de junho D. Pedro e seu conselho de procuradores lavram o decreto que estabelece a data e a forma das eleições. (LUSTOSA, 2003, p. 30).

É interessante perceber que a imprensa surgiu sob a forma de panfletos e jornais, não exclusivamente para noticiar a população brasileira sobre o que acontecia. Porém, também fazia parte dessa liberdade, a exposição de ideais políticos e o uso da imprensa como campo para uma espécie de guerra, onde os personagens não se encaravam pessoalmente e os ataques se faziam por meio de palavras. Nos jornais desta época sempre havia espaço para essas hostilidades.

A ideia de se formular uma Constituição brasileira acabou acirrando os ânimos entre brasileiros e portugueses que, através dos jornais, lançavam provocações tanto quanto as rebatiam. Isto contribuiu fortemente para acelerar o processo de independência do Brasil em 7 de setembro de 1822. A partir de então, a disputa entre os grupos que lideravam os jornais e panfletos seria baseada no poder que caberia ao imperador, o que acabou provocando, depois de muitos atritos, o fechamento do “Revérbero” e do “Correio do Rio de Janeiro”, entre outros. Em contrapartida, outros jornais surgiram como, por exemplo, o “Diário do Governo” (1823) e “Atalaia” (1823), este último de responsabilidade de José da Silva Lisboa, que mesmo estando preso mais tarde, por ofensas à Assembleia Constituinte, continuaria a publicá-lo da cadeia. Outros também surgiram de acordo com os momentos de disputa política dos jornais, como é o caso de “‘Silfo’, ‘O Tamoio’, ‘A Sentinela da Liberdade na Guarita da Praia Grande’ e a ‘Estrela Brasileira’.”

(LUSTOSA, 2003, p. 45).

O debate travado através das páginas dos jornais e dos tantos panfletos publicados no Brasil durante os anos de 1821 a 1823 possibilitou o conhecimento da maneira como pensavam os diversos grupos que atuaram na cena política. Pode-se mesmo dizer que, ao lado da discussão, as situações provocadas por polêmicas jornalísticas influíram na mudança de pensamento e de atitude política, até propiciando alianças esdrúxulas como a que fizeram *O Tamoio* com a *Sentinel*a em Grondona. [...].

A imprensa da Independência tinha as características da imprensa européia do século anterior. Ao contrário do que já se conhecia na Europa, foram raros nesse cenário os jornalistas profissionais. Muitos padres acumulavam a condição de eclesiásticos e de funcionários públicos e jornalistas. [...].

Outro aspecto que chama atenção quando acompanhamos os tantos debates travados pelos jornais da Independência é a plena consciência por parte dos atores da importância histórica do momento, além da que iam adquirindo do papel da imprensa para a fixação de suas imagens junto ao público. Intuitivamente os jornalistas iam se dando conta das imensas possibilidades do jornal para a propaganda política. Possibilidades que o distanciavam cada vez mais do papel educativo inicialmente proposto. (LUSTOSA, 2003, p. 53, 54, 57 e 58).

Observe que o jornal “O Tamoio” carrega como título uma alusão ao povo indígena Tamoio, que segundo Matias (2015) tratava-se de uma provocação ao governo português. Isto porque foram os indígenas tamoios que lutaram contra o povoamento português no Rio de Janeiro, ainda no século XVI.

Segundo Capelato (1994), já na segunda metade do século XIX, alguns jornais republicanos começaram dar seus primeiros passos. “O primeiro foi O Apóstolo (1849) de Minas Gerais. *O Jornal do Commercio*, *Correio Paulistano*, *Diário de Pernambuco* e muitos outros transformaram-se em arautos de uma nova era.” (CAPELATO, 2014, p. 40).

Assim, essa “nova era”, como denominou Capelato (2014), não se limitava a inovações apenas relativas ao campo da imprensa. Através do crescimento do número de jornais no país, foram-se modificando continuamente a visão que se possuía quanto a diversos assuntos políticos que, agora, podiam ser divulgados mais facilmente, entre eles assuntos relacionados à situação indígena no país. Por conta disso, muitas leis foram modificadas e readaptadas à nova realidade brasileira.

No que diz respeito à situação indígena, por exemplo, os indígenas

passaram aos “cuidados” da denominada a Lei de Terras¹⁰ (1850). Até então, desde que o Diretório do Índio havia deixado de existir, não havia nenhuma política indigenista que controlasse a ação das intervenções em regiões habitadas por indígenas. Portanto, eram as províncias do Império que ficavam responsáveis pela instauração de uma política que determinasse tal fim, bem como pela instauração das missões¹¹. Apenas ficou responsável por tal determinação a política que estabelecia a criação das colônias e o Regimento das Missões que já havia sido criado desde 1845, onde se regulamentava as missões de catequese e a responsabilidade provincial pelo estabelecimento dos aldeamentos indígenas.

Art. 1º Haverá em todas as Provincias um Director Geral de Indios, que será de nomeação do Imperador. [...].

Art. 2º Haverá em todas as Aldêas um Director, que será de nomeação do Presidente da Provincia, sobre proposta do Director Geral. [...].

Art. 4º Quando o estado da Aldêa não exhiba um Tesoureiro, um Almojarife receberá todos os objectos que forem destinados para a Aldêa, e os entregará segundo as ordens do Director da mesma, dando anualmente conta ao Director Geral; e o Director da Aldêa receberá os dinheiros que á mesma pertencerem. [...].

Art. 6º Haverá um Missionario nas Aldêas novamente creadas, e nas que se acharem estabelecidas em lugares remotos, ou onde conste que andão Indios errantes. [...].

Art. 10. Nos impedimentos do Director Geral o Presidente da Provincia nomeará quem o substitua; e nos impedimentos do Director da Aldêa, que não serão imprevistos, e de caso repentino, fará a nomeação o Director Geral.

Art. 11. Enquanto servirem, terão a graduação honoraria o Director Geral de Brigadeiro, o Director da Aldêa de Tenente Coronel, e o Thesoureiro de Capitão; e usarão do uniforme, que se acha estabelecido para o Estado Maior do Exercito. (Decreto 426, de 24 de julho de 1845, p. 81).

Assim, o desconhecimento da população indígena em relação ao direito que lhes cabia, que no período colonial e imperial implicava em domínio português, ainda se reflete nos dias atuais, sob a mesma implicação de domínio, porém agora pelo Estado, que a despeito da historicidade construída por cada nação indígena aqui encontrada, ignora, ou posterga procedimentos relacionados ao direito de

¹⁰ Trata-se da lei nº601 de 18 de setembro de 1850, que proibia o “usucapião”, ou seja, a apropriação de terras apenas por posse de terra sem que fosse feita compra e venda, ou mesmo doação pelo Estado.

¹¹ As missões, também chamadas de aldeamentos, no período colonial constituíam a maneira como os jesuítas organizavam os indígenas, a fim de catequizá-los e adaptá-los aos moldes da sociedade ocidental. Ainda no Brasil imperial o sistema missioneiro era utilizado, mas nesta época a responsabilidade da criação das missões ficava com o presidente de cada província, segundo o qual se designava a marcação de terras para serem utilizadas pelos indígenas, principalmente na atividade de cultivo. Isto porque a atuação dos religiosos nas missões havia sido limitada no período pombalino, porém não excluída por completo.

posse de terras que estes povos tentam conquistar. Aliás, a própria atribuição dada aos indígenas de “cidadãos brasileiros”, após a independência, tanto impôs a estes povos a obrigação de respeito à Constituição, como também idealizou a figura do Estado como “protetor”, fato que segundo Coelho (2002), revela o caráter multifacetado do Estado.

Essa identificação dos índios como brasileiros encerra um jogo ambíguo que se expressa nas diversas designações dadas pelo Estado nacional à posse da terra pelos povos indígenas e que implicam diretamente o *reconhecimento/desconhecimento* da alteridade.

O Estado, nesse processo, tem assumido posições que se deslocam do lugar de conquistador dos povos indígenas para o de seu protetor. A dinâmica do processo deixa transparecer que, ao longo da “guerra da conquista” (Lima, 1995) em algumas batalhas o Estado conquistador foi vencido pelo Estado protetor, evidenciando as várias facetas de um Estado que não é monolítico. Por outro lado, os povos indígenas têm reagido às pressões exercidas pelo Estado conquistador, deslocando-se do lugar da sujeição absoluta. (COELHO, 2002, p. 58).

Já em 1854, poder-se-ia obter a designação “terras dos índios”¹² às áreas ocupadas pelos indígenas, caso estas fossem registradas e revalidadas. Acontece, contudo, que o andamento burocrático da legalização ficava a cargo dos funcionários das repartições responsáveis, já que os indígenas estavam sob a responsabilidade do governo. Como havia um tempo determinado para a realização do procedimento, o prazo foi extrapolado sem que a demarcação de quase todas as terras fosse realizada ou concluída, motivo pelo qual as terras foram consideradas “devolutas”, antes consideradas “terras públicas”, porém nunca reconhecidas como “terras dos índios”.

No final do século XIX, passou-se a acreditar que as tentativas de “civilização” indígena apenas atrasavam o processo de aderência destes povos às práticas culturais dos não indígenas. Isto porque se cogitou a possibilidade de que seria inevitável o contato interétnico entre a sociedade brasileira e os indígenas, impulsionando estes últimos adotarem as práticas em sociedade trazidas ao Brasil pelos colonizadores (no século XVI). Agora, contudo, o governo brasileiro desfazia-se da responsabilidade de financiar os serviços de catequização e as demais

¹² O termo “índio” foi utilizado como designação da referência feita à “terra”, formando a expressão “terra dos índios”, porque assim eram chamadas, no período em questão, as áreas habitadas pelos povos indígenas. Sabe-se, contudo, que “índios” foi um termo utilizado após a independência do Brasil em substituição a expressão “nação indígena”, o que exclui a ideia de pluralidade existente entre estes povos resumindo-os a apenas uma categoria, considerada erroneamente como homogênea.

práticas “civilizatórias” para deixá-los a cargo dos estados. Em 1899, por exemplo, no estado do Maranhão, a maneira como deveria ser tratada a terra indígena passou a ser de responsabilidade do órgão que tratava de questões fundiárias, que dividiria as áreas ocupadas pelos indígenas em colônias, cada uma delas com 25 hectares. Segundo Coelho (2002), com as medidas adotadas no decreto estadual “oficializava-se então o 'desconhecimento' da noção de território.” (COELHO, 2002, p. 81).

2.2 O revés da Questão Indígena

Novas atribuições foram dadas aos indígenas no final do século XIX e início do século XX, período em que a sociedade brasileira começa a discutir o caráter nacional após a independência de Portugal, sobretudo quando vigorava o Romantismo. A maioria delas designadas pela literatura brasileira.

A princípio caracterizados “gentios”¹³, a imagem elaborada do indígena apenas reforçava e divulgava na Europa a suposta “superioridade” dos indivíduos europeus sob estes povos, que por serem “incapazes” de seguir os dogmas da igreja católica teriam sido “designados por Deus” para serem escravizados e servirem aos europeus, sendo assim “justo” o uso de sua mão de obra nos empreendimentos coloniais. Eram, portanto, vistos como sujeitos passivos na formação social do Brasil, vindo esta realidade a se transformar bem mais tarde, quando foram considerados peças fundamentais neste processo – como menciona Mércio Gomes (2013) ao analisar a construção do imaginário brasileiro sobre o indígena, que normalmente exageram em suas caracterizações implantadas pela filosofia europeia (indígena “atrasado” ou indígena “puro”) – através da divulgação da imagem do “bom selvagem”¹⁴, que tentou, assim, implantar no imaginário social o

¹³ Um bom exemplo deste pensamento é a carta que Pero Vaz de Caminha escreveu ao rei, caracterizando os indígenas segundo sua visão de mundo, e explicando como ocorria o processo de ocupação territorial, através da divisão de capitânias: “Todas estão já mui povoadas de gente, e nas partes mais importantes guarnecidas de muita e mui grossa artilharia que as defende e as segura dos inimigos assim da parte do mar como da terra. Junto delas havia muitos Índios quando os Portugueses começaram de as povoar: mas porque os mesmos índios se levantavam contra eles e lhes faziam muitas traições os Governadores e Capitães da terra destruíram-nos pouco a pouco, e matarão muitos deles: outros fugirão para o sertão e assim ficou a terra desocupada de gentio ao longo das Povoações.” (Universidade da Amazônia, NEAD, disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>).

¹⁴ Essa visão foi reforçada através da publicação de algumas obras literárias românticas, como O Guarani (José de Alencar), Iracema (José de Alencar); Os Timbiras (Gonçalves Dias), etc.

indígena como herói nacional.

Já no início do século XX, a conjuntura indígena foi mostrada à sociedade brasileira como “questão” por ter sido considerada um “problema” a ser resolvido. Isto porque o objetivo anterior de integrar o indígena à sociedade nacional para que ele deixasse de existir à medida que o contato interétnico fosse sendo estabelecido foi refutada consideravelmente quando vieram à tona movimentos normalmente ligados às disputas territoriais, geradas principalmente pelo avanço da sociedade brasileira em terras ocupadas por indígenas. Avanço este que acabou resultando na concentração de terras em benefício de uma minoria, normalmente fazendeiros¹⁵, o que resultaria também no desenvolvimento de outra questão a ser resolvida pelo poder público, a saber, a questão fundiária. Não se trata apenas, nesse caso, da economia agrária brasileira, mas também de circunstâncias sociais, políticas e culturais que resultam desta forma de utilização da terra.

Segundo Caio Prado Júnior (2000) a importância da questão agrária no Brasil não está limitada apenas a situação econômica, nem a uma parcela da população, mas constitui interesse geral, uma vez que faz parte da condição humana. Na verdade, pode-se dizer que através da terra se trabalha na construção de significados e no fortalecimento de identidades que contribuem na resistência que se desenvolve contra políticas de dominação cultural e opressão de minorias. A situação atual, por exemplo, em que os trabalhadores rurais são deslocados da Terra Indígena Awá é fruto deste processo histórico.

A primeira tentativa de gerir a questão indígena, ou melhor, de efetivar uma política indigenista voltada para a “proteção” dos indígenas deu-se através do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), em 20 de junho de 1910, durante o governo do então presidente Nilo Peçanha, sob a direção de um militar, Cândido Mariano da Silva Rondon. Na verdade, a criação do SPI aconteceu devido ao massacre que ocorria às comunidades indígenas pela expansão de ocupação de terras por parte dos colonos. Estes, na conquista do interior do território nacional, dizimavam populações indígenas ou obrigavam-nas a trabalharem em lavouras.

Mas o fato, é que a medida “protecionista” estava carregada de noções equivocadas, que iam desde a ideia de modificação dos hábitos culturais indígenas,

¹⁵ Quando em 1850, foi proibido o “usucapião”, aquelas pessoas que já ocupavam terras e produziam nela, ficaram reconhecidas como donos destas terras, de forma que a lei acabou privilegiando velhos fazendeiros. Isso conservou a estrutura fundiária do país, baseada na divisão desigual de terras.

como também a intenção de fazer uso do território habitado pela comunidade para se produzir bens econômicos, utilizando, inclusive, a mão-de-obra destes povos para tal fim. Aliás, antes de denominar-se SPI, o sistema era nomeado de SPILTN (Sistema de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais), designação que durou apenas até 1918, mas que deixava mais clara a intenção da política adotada: ao mesmo tempo em que afirmava proteger o direito indígena, defendia a transferência das terras por estes povos habitadas à tutela do poder público.

É possível observar no parágrafo 11, do Art. 2º, do Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, cujo conteúdo é “Da Proteção aos Índios”, que a contradição referente ao parágrafo 4º, onde se menciona respeito à organização das comunidades indígenas, está a intenção de deixar uma “brecha” para que isso não ocorra e, mais adiante, manifesta-se a intenção de impor o modo de vida social do indivíduo hegemônico referenciado na matriz europeia.

Do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais:

Art. 1º: O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, criado no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, tem por fim:

a) prestar assistência aos índios do Brasil, quer vivam aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados;

b) estabelecer em zonas férteis, dotadas de condições de salubridade, de mananciais ou cursos de água e meios fáceis e regulares de comunicação, centros agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionais que satisfaçam as exigências do presente regulamento.

[...]. Art. 2º: A assistência de que trata o art. 1º terá por objeto:

[...]. 4º Fazer respeitar a organização interna das diversas tribos, sua independência, seus hábitos e instituições, não intervindo para alterá-los, senão com brandura e consultando sempre a vontade dos respectivos chefes;

[...]. 11º Envidar esforços por melhorar suas condições materiais de vida, despertando-lhes a atenção para os meios de modificar a construção de suas habitações e ensinando-lhes livremente as artes, ofícios e os gêneros de produção agrícola e industrial para os quais revelarem aptidões. (Lei Decreto 8.0712, de 20 de junho de 1910, p. 4788).

Ora, não somente quanto a este item, mas em todo o decreto pode-se notar a visão equivocada de superioridade que se tinha por parte dos representantes da sociedade nacional em relação aos povos indígenas. Estes eram considerados integrantes de um estado de transição, cujo objetivo era torná-los “civilizados”, a partir da referência “nacional”, o que se encontra explícito no próprio decreto. Para tanto, procurava-se classificar os integrantes das comunidades indígenas em

categorias que funcionavam como indicadores do “nível de civilização”, como bem se observa na lei nº 5.484 de 27 de junho de 1928, onde se utiliza os termos e as expressões “nômades”, “arranchados ou *aldeiados*”, “pertencentes a povoações indígenas”, “pertencentes a centros agrícolas e que vivem promiscuamente como civilizados” para justificar a “tutela” imposta pelo poder público. Por trás dela escondia-se a ideia colonial de domínio do território, como algo pertencente à União que somente diminuiria as restrições quanto ao uso territorial quando os indígenas chegassem à quarta categoria mencionada, uma vez que a terra constitui patrimônio nacional. Ou seja, mesmo com o Sistema de Proteção ao Índio já separado da Localização de Trabalhadores Nacionais, o processo de intervenção nos hábitos sociais indígenas continuava sob o disfarce de “proteção”.

Art. 2º Para os efeitos da presente lei são classificados nas seguintes categorias os índios do Brasil:

1º, índios nomades;

2º, índios arranchados ou aldeiados;

3º, índios pertencentes a povoações indígenas;

4º, índios pertencentes a centros agrícolas ou que vivem promiscuamente com civilizados.

(...).

Art. 4º Aos índios da 4ª categoria os funcionários competentes do Serviço de Proteção aos Índios prestarão a assistência devida, nos termos dos arts. 2º (ns. 5, 6 e 7) e 14 do regulamento que baixou com o decreto n. 9.214, de 15 de dezembro de 1911, requerendo o seu direito perante as justiça e autoridades.

Art. 5º A capacidade, de facto, dos índios sofrerá as restrições prescriptas nesta lei, enquanto não se incorporarem elles á sociedade civilizada.

Art. 6º Os índios de qualquer categoria não inteiramente adaptados ficam sob a tutela do Estado, que a exercerá segundo o gráo de adaptação de cada um, por intermedio dos inspectores do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, sendo facultado aos ditos inspectores requerer ou nomear procurador, para requerer em nome dos mesmos índios, perante as justiças e autoridades, praticando para o referido fim todos os actos permittidos em direito. (Lei Decreto 5484, de 27 de junho de 1928, p. 17125).

Vale recordar que era bastante semelhante ao que ocorria no século XVI, com a ação dos jesuítas, mantendo-se a diferença de que, no período considerado, a função passou a ser exercida pelo Estado, conforme a Constituição de 1934. Assim, o SPI integrou o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (1910 – 1930), Ministério do Trabalho (1930 – 1934), Ministério da Guerra (1934 – 1939) e novamente Ministério da Agricultura (1940).

Foi após sua volta ao Ministério da Agricultura que foi criado o Conselho

Nacional de Proteção aos Índios com o Decreto Lei nº 1.794, de 22 de novembro de 1939, cuja função era o desenvolvimento de estudos sobre questões indígenas. Mas o Conselho, assim como o SPI, não demonstrou eficiência e chegou ao fim em 1967, quando o SPI deu lugar à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), cuja eficiência também era questionada, inclusive por jornais de circulação impressa: “Cabe a esta altura perguntar: estará a Funai cumprindo estas recomendações legais?” (O Estado de São Paulo, 5 de novembro de 1972).

A princípio, a implantação da FUNAI, em 1967, não provocou mudanças quanto à ideia de pacificação indígena através da sua integração à nação majoritária. O Estado continuava a julgá-los incapazes de sobreviverem sozinhos e atribuía ao Poder Público a tarefa de prestar a assistência que acreditava ser necessária a uma “boa” condição de vida. Isto é evidente no Estatuto do Índio, elaborado pela Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Através desta lei ficava definido como se constituiria o processo de regularização fundiária das terras indígenas e como tais áreas seriam protegidas.

Art. 20. Em caráter excepcional e por qualquer dos motivos adiante enumerados, poderá a União intervir, se não houver solução alternativa, em área indígena, determinada a providência por decreto do Presidente da República.

1º A intervenção poderá ser decretada:

- a) para pôr termo à luta entre grupos tribais;
- b) para combater graves surtos epidêmicos, que possam acarretar o extermínio da comunidade indígena, ou qualquer mal que ponha em risco a integridade do silvícola ou do grupo tribal;
- c) por imposição da segurança nacional;
- d) para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional;
- e) para reprimir a turbação ou esbulho em larga escala;
- f) para a exploração de riquezas do subsolo de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento nacional. (Lei Decreto 6.001, de 19 de dezembro de 1973, p.150).

O jornal O Estado de São Paulo, de novembro de 1973, por exemplo, noticiou a tentativa da FUNAI de desenvolver um modelo de prática econômica para os indígenas, demonstrando a visão integracionista ainda presente no pensamento de políticas indigenistas.

A Funai está estudando a criação de um modelo econômico compatível e adaptável à realidade indigenista brasileira, através da troca de “know how” entre os técnicos em planejamento comunitário da Funai, elementos que

lidam diretamente com os índios – “conhecedores das necessidades sócio-culturais da comunidade”. Essa afirmação foi feita ontem, durante o seminário Funai – Missões Religiosas, em Brasília, pelo diretor do Departamento de Patrimônio Indígena da Funai, Sérgio Pery Gomes.

(...).

Com essa nova filosofia de trabalho – afirmou – “pretendemos que o índio, no futuro, se emancipe, sendo necessário para isso que ele tenha habilitação para o exercício de atividade útil na sociedade civil e razoável compreensão dos usos e costumes da sociedade nacional”. “Dentro de um sistema capitalista como o nosso – continuou – haverá necessidade de que o índio entenda, também, o sentido dessa nossa sociedade de consumo, e isso poderá ser feito através de sua participação efetiva nas atividades econômicas projetadas pela Funai, visando ao entendimento dos anseios da comunidade indígena”. (O Estado de São Paulo, 1973, p. 16).

Por outro lado, algumas mudanças permitidas no Estatuto foram fundamentais na abertura de espaço para novos métodos de se trabalhar a questão indígena, cedendo ao indígena legitimidade na defesa de seu território, desde que acompanhada pelos órgãos públicos envolvidos: “Os grupos tribais ou comunidades indígenas são partes legítimas para a defesa dos seus direitos em juízo, cabendo-lhes, no caso, a assistência do Ministério Público Federal ou do órgão de proteção ao índio.” (Lei Decreto 6.001, de 19 de dezembro de 1973, p. 150).

Somente com a Constituição de 1988, a noção de pluralidade étnica recebeu algum respaldo, já que foi aceita como direito constitucional em contraposição à ideia de integração empregada pela política indigenista anterior. Nesse sentido, a questão indígena tem uma mudança de paradigma quanto à sua gestão. Passa de uma política integracionista (como visto no SPI e Estatuto do Índio) para uma perspectiva pluralista. Tal mudança se verifica, ainda que formalmente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Com a promulgação da chamada Constituição Cidadã, em 1988, mudanças no plano formal foram desencadeadas no tratamento das populações negras e indígenas, agora entendidas como integrantes do processo civilizatório da nação brasileira, sendo garantidas a manutenção e proteção de suas práticas culturais. (SILVA; FURTADO, 2010, p. 87).

A partir de então, o Estado abriu espaço para uma forma de política que se expressava pelo reconhecimento da pluralidade cultural e das necessidades específicas de grupos diferenciados, a saber, a denominada política compensatória. Este tipo de ação tem como objetivo prestar assistência de forma a compensar algum prejuízo sofrido por grupos no processo de construção das desigualdades sociais. Segundo Coelho (2006) o problema desse tipo de ação, quando voltada

para os povos indígenas, encontra-se na similaridade entre os termos “compensação” e “afirmação”. Por isso, a autora questiona o reparo de desigualdades quando se leva em consideração o que se deve compensar na situação de desigualdade dos indígenas em relação à sociedade brasileira.

Ao se considerar que os povos indígenas estão subordinados ao Estado brasileiro, mas não constituem parte da sociedade brasileira, fica complicado acionar a categoria compensação, inspirada numa situação de desigualdade. Que parâmetro de comparação se poderia utilizar? Qual seria a referência a tomar?

Quando se analisa a relação das sociedades indígenas com a sociedade brasileira, pode-se perceber a situação minoritária que as caracteriza. A referência que se toma para defini-las como minorias, é o acesso ao poder e às decisões no âmbito do Estado. (COELHO, 2006, p. 96).

A autora afirma que implantar uma política compensatória pode também correr o risco de ser uma nova forma de opressão a estes povos, uma vez que a compensação é feita com base em desigualdades de cidadania, algo que poderia ser atribuído aos grupos imigrantes ou afro-americanos, que faziam parte de outra sociedade e foram inseridos no Brasil. Porém, não aos grupos indígenas, que, na verdade, sempre estiveram em território brasileiro. Mas, em se tratando de grupos minoritários, são as ações afirmativas que expressam as diferenças dos indígenas em relação ao grupo hegemônico que detém o poder. Mas essas diferenças são abafadas pela imposição estatal que cria representações diferenciadas quanto à construção de significados.

Enfim, essa construção pode ser (re)produzida por vários meios, entre eles o que particularmente nos interessa neste estudo, a mídia. Portanto, após esta breve consideração sobre os indígenas Awá e, para seu melhor entendimento, a revisão teórica feita sobre a formação social do Brasil, faremos também uma abordagem sobre a construção de representações sociais sobre indígenas, particularmente do povo indígena já citado, uma vez que ela foi alvo da atenção midiática que tentou transmitir o fato em destaque através de seu discurso. Como considerou Albuquerque Júnior (2011), analisar-se o discurso da informação é perceber a tentativa de passar adiante um saber por meio de uma linguagem que, ao contrário do que se pensa, não corresponde apenas ao conjunto de signos que a compõe, porém a um sistema de valores que envolvem estes signos e que são capazes de orientá-los no ato de comunicação.

Acontece que a mídia possui um domínio particular sobre o ato de informar, já que ele constitui sua principal função. Este fato acaba por colocá-la como objeto em diversos estudos que, levando em consideração sua especialidade, questionam-se não sobre a fonte de informação, ou a maneira de transmissão dela, ou ainda sobre seu público-alvo. Porém, o foco de questionamentos acaba sendo a maneira como a informação é tratada. Esquecem, decerto, que a fonte de informação possui elementos peculiares que podem dificultar ou facilitar seu acesso. Ou que o receptor pode elaborar interpretações diferentes da informação original, de acordo com o efeito produzido sob ele. Ou ainda, que a informação já pode ter sido transmitida sob o efeito da própria interpretação que o transmissor é capaz de produzir. Isto desencadeia, decerto, problemas que não se encontram na mensagem em si, porém em fatores que são extensivos a ela, semelhante ao que Charaudeau (2013) menciona em sua análise sobre os discursos midiáticos, e que é destacado mais adiante, no segundo capítulo.

Todas estas considerações são bastante complexas e seus estudos seriam muito amplos para enquadrá-las nesta análise. Mas é verdade que a ausência destes elementos tornaria este estudo bastante simplista, se não incompleto. Portanto, torna-se essencial uma abordagem sobre os principais elementos inseridos no discurso da informação produzido pela mídia, com especial atenção ao recente caso da “desintrusão” da Terra Indígena Awá-Guajá, que terá relevo no capítulo seguinte.

Mas antes de aprofundar o estudo sobre a maneira como a “desintrusão” foi reproduzida pelo discurso midiático, é interessante esclarecer algumas questões relacionadas à inserção da mídia na vida da população brasileira, bem como a sua acessibilidade a diversos segmentos sociais, através de meios que passaram a ser conhecidos como meios de comunicação de massa.

2.3 Sobre os meios de comunicação de massa

Os meios de comunicação de massa receberam essa denominação por causa de sua principal função: difundir a informação através de um sistema denominado “mídia”, que pode chegar a um grande número de pessoas. Isto só é possível por causa da possibilidade que tais meios possuem de se reproduzir

massivamente, ou seja, em grande quantidade, o que só foi possível após o advento da Revolução Industrial. É claro que isto possibilita o alcance de um número maior de pessoas, sendo por isso a denominação “massa” dada basicamente pela capacidade de se produzir a informação em grande quantidade e com rapidez nessa reprodução. Além disso, outros elementos caracterizam os meios de comunicação de massa, como por exemplo, o distanciamento entre emissor e receptor da mensagem e a consequente dificuldade de existência de interação entre as duas partes, como bem assinala Oliveira (2002). Podem ser considerados como veículos, instrumentos ou ferramentas que se utiliza na propagação de informações.

O mais popular destes meios é a imprensa, que surgiu atrelada à divulgação de informações por meio da palavra escrita. É certo que, atualmente, constitui-se de vários recursos que resultaram da modernização midiática, porém não se descartou o uso de jornais impressos que, na verdade, é um dos meios mais antigos de divulgação de informações.

É interessante perceber que a imprensa surgiu, no Brasil, atrelada a interesses políticos, vindo posteriormente a ser um dos fatores motivadores de mudanças sociais, como foi visto anteriormente. Observe que ela foi utilizada desde o seu surgimento como um item chave para a discursão de circunstâncias sociais, bem como campo de desenvolvimento de hostilidades, fato que nos aponta que sua função nunca se resumiu simplesmente ao ato de informar.

Por esta época, fazia-se uso do jornal impresso de maneira alternativa. Ou seja, movia-se a poucos custos – já que também se utiliza panfletos e folhetos – a palavra escrita, de forma “livre” de um sistema corporativo e hegemônico. Buscava-se assim, uma espécie de “mídia alternativa”, onde se “podia” fazer uso de opiniões contrárias ao sistema dominante. Daí o motivo porque muitas eram perseguidas. Mas, o fato é que as imprensas oficiais e alternativas¹⁶ haviam em comum o ato de que sempre partiam da realidade para influenciar as mudanças sociais. Não por acaso, muitas teorias se preocuparam com a maneira como a mídia poderia contribuir no desenvolvimento social.

Existem várias teorias que se ocuparam em esclarecer a presença da

¹⁶ Considera-se neste estudo “imprensa oficial” a mídia atrelada à indústria cultural. Já a imprensa alternativa normalmente é um tipo de jornalismo que não está associado a nenhum controle hegemônico, ficando na maioria das vezes encarregado de divulgar informações que considera serem omitidas pela imprensa oficial. Muitas vezes são utilizados para a defesa de opiniões e ideologias. Esta pesquisa, entretanto, não se dedicará a análise deste tipo de imprensa, porém à análise de matérias realizadas pela imprensa oficial, como se poderá observar no próximo capítulo.

comunicação na vida em sociedade, levando em consideração os meios de comunicação de massa. Uma delas, denominada Teoria Hipodérmica, vulgarmente conhecida como “Teoria da Bala Mágica”, elaborada nos anos 30 pela Escola Norte Americana, trabalhou na hipótese de que existia uma proporcionalidade direta entre transmissão e recepção de mensagem, ou seja, os receptores tenderiam a serem afetados imediatamente pelas mensagens transmitidas através da mídia.

A posição defendida por este modelo pode sintetizar-se na afirmação segundo a qual «cada elemento do público é pessoal e directamente 'atingido' pela mensagem (Wright, 1975,97). Historicamente, a teoria hipodérmica coincide com o período das duas guerras mundiais e com difusão em larga das comunicações de massa e representou a primeira reacção que este último fenómeno provocou entre estudiosos de proveniência diversa. Os principais elementos que caracterizam o contexto da teoria hipodérmica são, por um lado, a novidade do próprio fenómeno das comunicações de massa e, por outro, a ligação desse fenómeno às trágicas experiências totalitárias daquele período histórico. Encerrada entre estes dois elementos, a teoria hipodérmica é uma abordagem global aos mass media, indiferente à diversidade existente entre os vários meios e que responde sobretudo à interrogação: que efeito têm os mass media numa sociedade de massa? A principal componente da teoria hipodérmica é, de facto, a presença explícita de uma «teoria» da sociedade de massa, enquanto, no aspecto «comunicativo», opera complementarmente uma teoria psicológica da acção. (WOLF, 2003, p. 22).

Para Wolf (2003), essa teoria pode ser estudada mais facilmente quando se tem a compreensão do significado de “sociedade de massa”, uma vez que a teoria basicamente se constrói sob as características presentes nessa sociedade. Ela só foi superada pela teoria de Lasswell, que acreditava que alguns questionamentos referentes ao processo de transmissão da mensagem apontavam para o fato de que a “Teoria da Bala Mágica” era falha ao considerar que existia reciprocidade entre emissor e receptor da mensagem. Assim, questionamentos como “quem”, “o que diz”, “a quem diz”, entre outras perguntas, transmitiria a ideia de que diferentemente da teoria anterior, o receptor não reagiria de maneira passiva diante da mensagem.

O esquema de Lasswell organizou a communication research, que começava a aparecer, em torno de dois dos seus temas centrais e de maior duração - a análise dos efeitos e a análise dos conteúdos - e, ao mesmo tempo, individualizou os outros sectores de desenvolvimento da matéria, sobretudo a control analysis. Se, por um lado, o esquema revela abertamente o período histórico em que nasceu e os interesses cognoscitivos em relação aos quais foi elaborado, surpreende, por outro lado, a sua duração, a sua sobrevivência, por vezes ainda efectiva, como esquema analítico «adequado» a uma pesquisa que se desenvolveu

largamente em oposição à teoria hipodérmica de que é devedor. De facto, se, para a teoria behaviorista, o indivíduo submetido aos estímulos da propaganda podia apenas responder sem oferecer resistência, a posterior evolução da communication research converge na explicitação de que, na influência das comunicações de massa intervêm as resistências que os destinatários opõem de várias formas. Contudo, o esquema lasswelliano da comunicação conseguiu propor-se como paradigma para essas duas tendências de pesquisa opostas³. Mais, isso aconteceu por volta dos finais do período de maior sucesso da teoria hipodérmica, quando já se manifestavam os motivos que deviam conduzir à sua superação. (WOLF, 2003, p. 30).

A partir dos anos 40, os estudos deram espaço ao surgimento da Teoria da Persuasão ou Teoria Empírico Experimental. Segundo essa teoria de orientação sociológica, existe grande possibilidade de se persuadir os receptores da mensagem se forem estimulados alguns fatores de ordem pessoal que cada indivíduo carrega em si. Assim, além do fato de a mensagem ter que se enquadrar em algumas características em comum do público alvo, também deve se entender que ela pode sofrer alguns efeitos por conta da personalidade do receptor.

Já a Teoria Empírica de Campo, também denominada de Teoria dos Efeitos Limitados, foi produzida no mesmo contexto da Teoria da Persuasão, contudo não se reduz apenas a abordagem referente aos meios de comunicação de massa – *mass media*, segundo Wolf (2003). Ela considera que além da influência relacionada à mídia, o público também apresenta efeitos relacionados às influências das relações sociais. Portanto, esta teoria considera que a influência da mídia é limitada no processo de formação de opinião, exercendo apenas uma influência parcial.

Diferentemente dela, a Teoria Funcionalista não se preocupava com efeitos, porém com as funções da mídia. Segundo Wolf (2003), esta teoria se dedicava basicamente ao estudo da contribuição dos meios de comunicação no funcionamento da sociedade.

A partir de 1960 foi dada ênfase a uma nova maneira de se pensar os meios de comunicação de massa, com a Teoria Crítica. Inaugurada pela Escola de Frankfurt, essa teoria possuía uma abordagem materialista e estudava as produções midiáticas, levando em consideração aspectos sociopolíticos e econômicos envolvidos. Para Wolf (2003), esta era uma maneira de se pensar a análise dos meios de comunicação como um todo, diferentemente da tendência de setorização dos estudos. Analisava os meios de comunicação de massa sob a perspectiva de “indústria cultural”.

A partir dessa teoria surgiu a Teoria Culturológica, que discordava da ideia de que a mídia trabalha na imposição de seus padrões, porém defendia que ela apenas utilizava os padrões já desenvolvidos no pensamento social.

Em 1970, a Teoria do Agendamento passou a defender a proposta de que a mídia pode definir o que deve ser pensado ou não pela massa através da ênfase que elabora sobre determinados assuntos. É como se as conversas das massas fossem agendadas pela mídia, que estaria no controle do pensamento social. Contudo, não liga este fenômeno midiático ao ato de persuasão. Wolf (2003) explica que, na verdade, são as pessoas que tendem a considerar importante o que a mídia considera também, bem como colocar tais assuntos em suas pautas de conversas cotidianas. Pode-se dizer que esta linha de pensamento é a que mais se aproxima da ideia desenvolvida no decorrer deste estudo.

Ora, percebe-se que a polêmica sobre a atuação da mídia na vida social não é recente. Há algum tempo a discussão sobre seu potencial de interferir no imaginário social foi levantada e, não por acaso, estas teorias surgiram para tentar explicar seus efeitos ou funcionamento na vida em sociedade. Isto porque as mudanças que têm ocorrido desde o século XX até os dias atuais, apontam que os novos desafios sociais estão estritamente ligados aos novos paradigmas do que hoje denominamos sociedade da informação.

A expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada, nos últimos anos desse século, como substituto para o conceito complexo de “sociedade pós-industrial” e como forma de transmitir o conteúdo específico do “novo paradigma técnico-econômico”. A realidade que os conceitos das ciências sociais procuram expressar refere-se às transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como “fator-chave” não mais os insumos baratos de energia – como na sociedade industrial – mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e telecomunicações. Esta sociedade pós-industrial ou “informacional”, como prefere Castells, está ligada à expansão e reestruturação do capitalismo desde a década de 80 do século que termina. As novas tecnologias e a ênfase na flexibilidade – ideia central das transformações organizacionais – têm permitido realizar com rapidez e eficiência os processos de desregulamentação, privatização e ruptura do modelo de contrato social entre capital e trabalho característicos do capitalismo industrial. (WERTHEIN, 2000, p. 71 e 72).

Castells (2000) denomina de “Sociedade em rede” essa nova estrutura de organização, caracterizada por um mundo interdependente, onde a tecnologia da informação passou a ser a base de desenvolvimento social. Essa interdependência formou uma espécie de rede, que coloca o conhecimento e a informação como

elementos motivadores do seu funcionamento.

Para Thompson (1998), o surgimento da mídia foi essencial para a realização de algo que escapava à possibilidade de interação humana até então conhecida, que se resumia à comunicação face a face, abrindo possibilidade para novos relacionamentos sociais. Assim, segundo o autor, poderiam existir três tipos de interações sociais motivadas pela maneira como a informação chegava ao receptor: a “interação face a face”, a “interação mediada” e a “quase interação mediada”. Esta última seria mediada pelos meios de comunicação de massa, onde a informação e os conteúdos simbólicos teriam predominância. Tais elementos seriam formulados de maneira única a uma grande quantidade de receptores, que não teriam como responder ao emissor. Daí porque foi intitulada de “Quase” Interação Mediada. Porém esta característica não a impediria de ser um tipo de interação. O autor alerta ainda, que os diversos tipos de interação podem se misturar e outros tipos podem surgir devido aos desenvolvimentos tecnológicos surgidos no campo comunicacional.

Pode-se pensar, assim, o desenvolvimento tecnológico como algo análogo às mudanças sociais, sendo difícil discernir quem motivou quem. Talvez não seja conveniente determinar o sobrepujamento de um sobre o outro. Segundo Castells (2000), o funcionamento da rede social baseada na informação e no conhecimento não significa que as transformações tecnológicas foram determinantes das mudanças sociais, uma vez que se pode também pensar que as mudanças sociais contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento da tecnologia da informação. Porém, convém ressaltar que esses novos paradigmas surgiram concomitantemente à emergência de movimentos sociais, cujos valores se espalhavam em interesses de diversos segmentos sociais. Fato que, segundo Castells (2000), fortaleceu a política da identidade, ou seja, seus objetivos não compreendiam interesses ao acesso de instituições do Estado, mas à defesa de ideias que se acreditava serem essenciais na construção de uma sociedade mais democrática.

A maioria destes movimentos da década de 60 não criticava ou manifestava qualquer reação quanto ao desenvolvimento tecnológico, embora tenha causado grande impacto sobre ele, tal como causara na economia. Abriram, certamente, espaço para a utilização da tecnologia de forma descentralizada, uma vez que puseram em evidência grupos sociais que se mantinham subjugados pela

ausência de recursos e informação.

Desta forma, já considerando que a tentativa de explicar a maneira como a informação transmitida pela mídia afeta o público não é uma preocupação recente, o próximo capítulo deste estudo se dedica a analisar de que forma a imprensa oficial, que é um meio midiático bastante comum, se propôs a retratar um acontecimento específico, a desocupação da Terra Indígena Awá Guajá.

3 MÍDIA E SOCIEDADE: A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE INDÍGENAS

Neste capítulo nos dedicaremos à análise da maneira como a mídia atuou na transmissão de informações referentes ao processo de “desintrusão”¹⁷ da Terra Indígena Awá Guajá, que começou a sofrer intervenções a partir da década de 1980, quando o acesso a esta área foi facilitado devido à interferência econômica na região, provocada inicialmente com a construção da BR 222, ainda em 1950. A referida BR liga o estado do Piauí ao Maranhão, após passar pelos estados do Ceará e Pará, conforme se pode observar na figura abaixo.

Figura 2: Mapa Br 222.



Fonte: Diálogos Políticos, 2015. Disponível em: dialogospoliticos.wordpress.com.

Acontece que em 1967, a Vale, mineradora multinacional, deu início a um projeto denominado “Projeto Grande Carajás” (PGC), quando foi descoberto riqueza em minério de ferro na Serra Carajás, no Estado do Pará. O trabalho de exploração do subsolo brasileiro, desenvolvido através do Projeto, cortou a terra dos indígenas Awá Guajá e gerou um impacto extremo na sobrevivência deste povo.

Isto aconteceu porque uma vez construída a estrada para facilitar a

¹⁷ “Desintrusão” foi o nome dado à Operação de retirada das famílias que fixaram moradia na Terra Indígena Awá Guajá, demarcada desde o ano 1992. A Operação também visava o impedimento da entrada de madeireiros na região. O nome é utilizado neste estudo devido seu reconhecimento formal, porém não se trata do compartilhamento da visão de que os produtores rurais que ocupavam o local fossem “intrusos”. Por outro lado, sabe-se que os madeireiros que entravam na região para o recolhimento de matérias não legalizadas, adotavam práticas ilícitas de atividade.

inserção neste local, muitos madeireiros passaram a invadir o território, dada a rica variedade de vegetais na região. Ademais, muitos fazendeiros passaram a tomar posse de terras dentro do território indígena¹⁸, além de pequenos produtores¹⁹, que na ausência de um local mais apropriado para se instalar e observando a facilidade de inserção na região, passaram a fixar moradia dentro da terra indígena, a partir da década de 1980.

Com isso, os indígenas Awá foram sendo oprimidos e dizimados, não apenas pela necessidade de recuar, mas também pelas inúmeras doenças ocasionadas pelo contato interétnico, já que não possuíam imunidade para resistir aos ataques das viroses. Algumas reuniões políticas, inclusive, foram realizadas ainda na década de 1980 para se refletir sobre a questão dos Awá Guajá. Porém, apesar do reconhecimento da situação de risco a que estavam submetidos, e do reconhecimento de que seu território deveria ser protegido, principalmente em consideração ao Artigo 231 da Constituição Federal (1988), nada foi feito além do discurso, para reverter esta situação. Fato que acabou culminando no aumento de pessoas inserindo-se na região em busca de moradia, e que se mantinham através da produção agrícola, pois não foi realizada uma operação imediata para prevenir esse tipo de ação.

Embora tenha sido demarcada em 1992 e homologada em 2005, somente em 2014, foi feita a desocupação do local, quando o desmatamento já havia atingido grande parte da reserva, e muitas famílias já haviam fixado moradia na região. Estas famílias, que na falta de informação e movidas pela necessidade financeira, passaram a ocupar o local, foram retiradas e tiveram que ser instaladas em outra região. Isto foi bastante ressaltado em matérias midiáticas, desenvolvidas pela imprensa oficial, que por vezes, destacando o sofrimento dos pequenos produtores, omitiam-se em relação à presença de madeireiros e fazendeiros que também interferiam no território dos Awá Guajá.

¹⁸ O território foi considerado Terra Indígena em 1992, denominação utilizada nesta pesquisa, para referência ao território em questão.

¹⁹ Nesta análise utilizamos a definição de MAARA e CONTAG (1994) para o que designamos como “pequeno produtor”: “É considerado **pequeno produtor** rural aquele que explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou ocupante atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos: a) utilização do trabalho direto e pessoal do produtor e sua família, sem concurso do emprego permanente, sendo permitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir; b) que não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; c) que 80% de renda familiar do produtor seja originária da exploração agropecuária e/ou extrativa; d) que o produtor resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.” (MAARA/CONTAG, 1994, p. 9-10).

Por isso, destacar a maneira como algumas reportagens foram produzidas pela mídia está estritamente ligado ao objetivo desta pesquisa. Trata-se de identificar o que Charaudeau (2013) chama de “problema de extensão”, isto é, “o modo pelo qual o sujeito informador decide transpor em linguagem (e também iconicamente, caso possa recorrer à imagem) os fatos selecionados (...)”. (CHARADEAU, 2013, p. 38).

Embora a linha de pensamento defendida pelo autor não seja a que resolvemos seguir neste estudo, é interessante reconhecer a observação que ele faz sobre o critério “escolha”, que sempre permeia as matérias de reportagem. O autor citado afirma que “escolhas” implicam rejeições, ou seja, ao escolher algo, o indivíduo automaticamente exclui outra coisa, e não seria diferente com fatos que são selecionados para serem transmitidos a um determinado grupo de pessoas. Ora, é bem verdade que “a escolha põe em evidência certos fatos deixando outros à sombra”. (CHARADEAU, 2013, p. 38). Desta forma, para o autor, a pressa que a mídia possui em informar, acaba eximindo o informador de certas precauções, como por exemplo, que tipo de efeito a informação pode produzir em quem a recebe, dependendo da maneira como esta é produzida.

Questão angustiante raramente colocada pelos profissionais das mídias (exceto para a escolha dos títulos, talvez), raramente tratada nas escolas de jornalismo, sob o pretexto de que a informação tem pressa, que difundi-la com urgência é sempre essencial. Mas talvez, também, por uma razão mais fundamental, que transparece nesta reflexão de um jornalista: “Se parássemos para pensar sobre os efeitos de nossa maneira de escrever não escreveríamos mais nada.”. (CHARADEAU, 2013, p. 38).

Mas analisando a situação deste ângulo, parece um pouco comum reduzir a construção de sentidos à maneira como o informador é obrigado, através de suas exigências profissionais, a se comportar diante da informação. Seria esconder algumas nuances que perfazem o sistema midiático, inocentando-o dos efeitos que ela é capaz de produzir em quem a recebe. Ao contrário, deve-se atentar a cada uma delas, principalmente àquelas que estão estritamente ligadas à potencialidade de interferir no pensamento social, como é o caso, por exemplo, da cultura tecnológica, que são as técnicas empregadas no ato de informar, ou seja, as tecnologias de comunicação e informação.

Dênis de Moraes (2013) considera que as tecnologias “podem contribuir tanto para modificar atitudes, costumes, práticas e mentalidades de indivíduos,

grupos, classes e instituições quanto para acentuar desigualdades e exclusões”, já que são “diferenciados por injunções econômicas e fatores socioculturais” (MORAES, 2013, p. 20). Assim, resume claramente as principais características do sistema midiático em sua abordagem:

Tentarei resumir as principais características do sistema midiático. Primeiramente, evidencia a capacidade de fixar sentidos e ideologias, interferindo na opinião pública e em linhas predominantes do imaginário social. Em segundo lugar, demonstra desembaraço na apropriação de diferentes léxicos, a serviço de suas conveniências particulares. (...). Em terceiro lugar, incute e celebra a vida para o mercado, a supremacia dos apelos consumistas, o individualismo e a competição. (MORAES, 2013, p. 20).

Para o autor, a cultura tecnológica e o mercado trabalham na manutenção de uma simples lógica: conservar a concentração nas mãos dos detentores do poder e expandir a necessidade de consumo. Isto é, “os projetos mercadológicos e as ênfases editoriais podem variar, menos num ponto chave: operam, consensualmente, para produzir a ordem do consumo e conservar hegemonias constituídas.” (MORAES, 2013, p. 21).

Esse sistema exerce interferência crucial na circulação de informações, interpretações e crenças indispensáveis à consolidação de consensos sociais, por mais diversificadas que possam ser as reações e respostas. O grau de influência varia de veículo para veículo, em decorrência de recursos tecnológicos, linguagens, metodologias produtivas, características dos mercados, padrões de interação e perfis de públicos e audiências. (MORAES, 2013, p. 21)

Desta forma, examinaremos a seguir alguns dados midiáticos disponíveis em jornais impressos, revistas, matérias de telejornais, blogs, jornais on-line, etc., que são úteis na demonstração da maneira como a informação tem sido absorvida cada vez mais rápido pela sociedade brasileira. Consideraremos, para isso, que algumas vantagens que permeiam o acesso imediato à informação trazem consigo desvantagens estritamente ligadas ao imediatismo, pois este acaba sendo prejudicial à capacidade de análise de quem transmite a informação, uma vez que toda reflexão demanda tempo, como afirma Ramonet (2013).

Apesar dessa busca pela rapidez não ser um fato novo, pois remonta desde o século XIX, quando a divulgação de informações ainda se dava através da impressão de folhetos e/ou jornais, atualmente tem se demonstrado de uma forma

mais crítica, pois está ligada à “crise” (que na verdade não passa de um processo de mudanças) de muitos meios de comunicação, dando origem, conseqüentemente, à formação de monopólios midiáticos que, por vezes, exercem o poder a serviço de interesses privados.

Ora, se antes se pensava que os meios de comunicação eram essenciais ao desenvolvimento democrático, atualmente o que mais se observa em artigos desenvolvidos por pesquisadores, como Ramonet e Serrano (2013), entre outros, diz respeito à maneira como a mídia dominante trabalha o acesso à informação. Assim, se a informação a ser divulgada prejudica o andamento da empresa, é censurada, independente do benefício que os cidadãos podem ou não receber com o acesso à informação.

É por este motivo que muitos autores, como Lustosa (2003), Ramonet (2013), entre outros, caracterizam a mídia como o quarto poder. Porque, segundo o regime democrático, embora a existência de três poderes seja “suficiente”, de acordo com as leis que regem a forma democrática de organização social, o que se percebe, na prática, são abusos cometidos em proveito da função que cada um (Legislativo, Executivo e Judiciário) deveria assumir. Por isso a mídia, especialmente a imprensa oficial, era enxergada, a princípio, como um meio de expressão da opinião pública. Ou seja, poderia ser usada como uma espécie de “poder” que agia em prol da população, demonstrando seus descontentamentos, sua aquiescência ou não em relação a algo.

Pierre Bourdieu (1983) em “A opinião pública não existe”, contudo, acaba contestando estes postulados que norteavam o que se analisa aqui como sendo o objetivo para o surgimento da mídia. Isto porque, para o autor, além de a opinião não estar ao alcance de todos, também não possui o valor que se atribui a ela de participação democrática. Além disso, quando se pretende fazer a opinião sobre determinado problema, supõe-se que todo indivíduo considere o fato em questão como um problema. E, na verdade, esta atitude já é impositiva em sua prática, porém não democrática. É o que acontece, por exemplo, com as pesquisas de opinião pública, elaboradas com bases em interesses políticos e, portanto, carregadas de valores, que se escondem por trás de porcentagens.

Se considerarmos literalmente o significado da opinião pública, veremos que, de fato, ela não existe. Porém, há a ideia de que ela pode ser representada através de uma porcentagem que indique que a maioria tem voz dentro de um

sistema democrático. E esta representatividade é feita através da informação de massa. Por isso, se diz que a opinião pública pode ser o “quarto poder”, que observado atualmente, não tem satisfeito às expectativas, já que, segundo Serrano (2013), sua submissão à tutela do domínio econômico pode comprometer sua qualidade de “representante da opinião pública”. Assim, o que seria a solução para a prática real da democracia, pode se converter em um meio complementar ao exercício indesejado dos outros três poderes, que criados para organizar a sociedade democraticamente, acabam, por vezes, oprimindo-a e garantindo a manutenção da concentração econômica e política nas mãos de alguns. Estes se encarregam de tomar decisões que afetam a maioria sem que ela tenha o poder de interferir, uma vez que seria o poder midiático o representante desta interferência e atualmente, como afirma os autores citados, não age mais a esse favor.

Essa ideia também se baseia no fato de que o poder midiático, diferentemente dos outros três, não possui nenhuma “ligação formal” de atuação conjunta com os três poderes do regime democrático, permanecendo, assim, impune às mesmas penalidades cabíveis ao Legislativo, Executivo e Judiciário.

Mas quem critica o poder midiático? Em nossas sociedades, ele é o único sem um contrapoder. Portanto, não é democrático. Não estamos questionando a liberdade de expressão, estamos dizendo que os meios de comunicação, em nome dessa liberdade, não aceitam nenhum tipo de crítica. Mas a questão é: não a aceitam em nome da liberdade de expressão ou da liberdade de empresa? O que é que eles defendem? No geral, a liberdade de empresa. Se você criticar a instituição midiática, será imediatamente excluído do jogo democrático. (RAMONET, 2013, p. 66).

Não se trata de excluir a atuação dos meios de comunicação na sociedade, em benefício de uma prática democrática mais viável. Contudo, garantir seu funcionamento de acordo com o objetivo para o qual foi criado. Não sem alguns problemas, o resgate deste propósito tem sido buscado através de algumas personagens no mundo do desenvolvimento tecnológico, que tem proporcionado a expressão de uma opinião pública mais diversificada, como é o caso da internet, por exemplo. Pode-se dizer, inclusive, que ela é um dos motivos porque a mídia tem experimentado mudanças, uma vez que se tornou cada vez mais dinâmica, possibilitando ao cidadão o acesso à informação através de outras fontes, que não seja o jornalismo tradicional.

Outro aspecto inovador da internet é a possibilidade que ela proporciona

ao cidadão de participar com opiniões contrárias, a favor ou complementares, relacionadas a assuntos que lhes foram disponibilizados, motivo pelo qual não se excluiu desta análise referências a matérias divulgadas neste meio de comunicação. É interessante como ele retira o caráter de passividade que era presente no receptor e de atividade no emissor. Ora trocando os papéis sociais, ora fazendo-os atuar de maneira concomitante. Assim, ao mesmo tempo em que a informação jornalística pode ser enriquecida, também pode entrar em “crise” devido à desconfiança do público em geral. Fato este fortalecido pelo desenvolvimento do setor midiático no mundo empresarial, mais atrelado a vínculos econômicos. Isso significa que, na verdade, a mídia encontra-se em meio a uma teia de relações, onde estão presentes agentes envolvidos e meios de comunicação.

Poderia se pensar que o fenômeno da popularização da internet e de sua capacidade de transmitir os fatos, pudesse pôr fim ao monopólio da informação exercido pelos meios de comunicação. Mas não esqueçamos que ainda existe uma parcela considerável da população brasileira que não possui acesso à internet, mesmo que este índice tenha caído bastante nos últimos anos. Por isso, tanto quanto matérias advindas da internet, as de jornais e revistas impressos são essenciais na construção do presente estudo.

3.1 A opinião pública e o imaginário social sobre a questão indígena

Começaremos a análise sobre a opinião pública desenvolvida pela mídia abordando primeiramente as reportagens produzidas sobre os indígenas Awá Guajá em telejornais. Pode-se dizer que é o mais complexo meio midiático utilizado na construção de imaginários sociais, por conta da utilização não apenas da matéria a ser transmitida a quem o assiste, mas também porque utilizam um conjunto de recursos (como por exemplo, imagens, sons e narração feita por um repórter) que aliados a ela são capazes de mostrarem-se mais convincentes em relação ao que produzem.

Um dos aspectos que mais chama atenção no estudo da mídia é o peso do emprego de tais recursos em cima do que se pretende informar. Segundo Capelato (1994), na imprensa, onde interesses políticos se confundem com

interesses econômicos, dependendo do público alvo, pode-se utilizar com mais ou menos frequência tais recursos. No caso do processo de “desintrusão” da Terra Indígena Awá-Guajá, a TV Difusora, por exemplo, emissora administrada pela família Lobão, afiliada ao SBT e responsável pelas reportagens do telejornal “Maranhão Rural” (2014), considera o ocorrido como uma “manobra desesperada” do Governo que acaba prejudicando famílias que fixaram residência no local.

Os índios Awá já sofreram com a ação de madeireiros ilegais e o próprio Governo, através da FUNAI, não os defendeu como deveria. Agora, em uma manobra desesperada, usam este artifício como desculpa para tomarem a terra e retirar as pessoas que produzem sua agricultura de subsistência. Manobra que põe de lado a família brasileira, que mesmo sendo defendido pelo artigo 226 da Constituição Federal de 1988, onde a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. (Maranhão Rural, SBT, 2014).²⁰

Essa referência é feita principalmente porque se leva em consideração as famílias dos pequenos agricultores que tiveram que deixar a área que seria “entregue” aos indígenas Awá e se instalar em outro local, fora da área delimitada como terra indígena. Nesta reportagem o posicionamento assumido por quem transmite o discurso é de que o principal responsável pelo fato que se caracteriza como “manobra desesperada” foi, na verdade, o poder público devido à morosidade do processo que acabou permitindo a entrada de famílias de pequenos agricultores na área. É difícil se observar, contudo, referências, durante a reportagem, aos fazendeiros que também invadiram o espaço em questão, prolongando os limites territoriais de suas fazendas.

O telejornal realizou, assim, duas reportagens de acompanhamento da “desintrusão”. Uma delas mostrando a vulnerabilidade a que estavam sujeitos os indígenas Awá Guajá com a presença dos madeireiros na região, e na outra reportagem demonstraram a situação em que se encontravam as famílias dos produtores rurais que tiveram que deixar o local. Em cada uma delas, os recursos utilizados (imagens, sons, narração, etc.) foram usados para enfatizar o drama de cada uma das situações. Embora a reportagem explicitasse a inaptidão do poder público em solucionar a questão, também foi bastante clara a posição assumida pela matéria em relação ao território indígena, quando o repórter fez referência ao acesso

²⁰ Reportagem sobre a desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá. **Maranhão Rural**. Maranhão: Sbt, 17 de janeiro de 2014. Telejornal sobre ruralidade e assuntos afins.

do território. Além disso, a matéria que seria dedicada à apresentação do território Awá foi finalizada com imagens dos pequenos produtores que deveriam sair do local.

Percebemos uma certa fragilidade nos Awá Guajá. Assim como percebemos também que dentro de sua reserva, onde somente pessoas autorizadas pela FUNAI entram, há plantações de feijão, mandioca e muita madeira cortada com marcas de motor serra. (Maranhão Rural, SBT, 2014).²¹

Observa-se que sendo a administração da emissora pertencente à família Lobão, que está vinculada ao Partido Democrático Brasileiro, considerado um partido de posição centrista, acaba não escondendo sua posição em relação ao acompanhamento feito da “desintrusão”, pois ainda que tenha “tentado” mostrar a necessidade indígena pelo território, inseriu sorrateiramente a condição de vida do pequeno agricultor, na função apelativa de sensibilizar o telespectador. Assim, todas as reportagens elaboradas pelo Maranhão Rural (2014) foram feitas, de maneira complementar uma à outra, até que se chegasse à conclusão de que a decisão judicial de retirar os pequenos agricultores das terras indígenas foi injusta, segundo o telejornal.

A decisão do juiz federal, José Carlos do Vale Madeira, da 5ª Vara da Justiça Federal, garante que estas pessoas teriam terra para onde ir, porém o Incra está sem assentar essas pessoas que estão indo para a casa de parentes e alguns morando até na rua. O Governo não cumpriu com a sua parte, deixando famílias à mercê da própria sorte. Imóveis, como casas e escolas estão sendo destruídos, crianças vão ficar sem estudo. E o que é pior: estradas foram bloqueadas com correntes da FUNAI. E a imprensa está proibida de entrar nos locais, onde a Força Nacional está atuando, o que mostra que outros tipos de irregularidades podem estar acontecendo. Envolvidos na Operação Awá comemoram a retirada de famílias e se sentem orgulhosos em destruir casas, escolas, além de agredir produtores rurais, homens e mulheres. Sua satisfação é notória em achar que estão fazendo o bem para a sociedade. Sociedade que já tem problemas de mais com nosso povo sofrido. (Maranhão Rural, SBT, 2014).²²

Na reportagem, exibida no mês de janeiro de 2014, e já mencionada anteriormente, foi feito um acompanhamento da Operação pelo mesmo telejornal,

²¹ Maranhão Rural visita índios Awá Guajá. **Maranhão Rural**. Maranhão: Sbt, 06 de maio de 2015. Telejornal sobre ruralidade e assuntos afins.

²² Matéria jornalística sobre a desintrusão da Terra Indígena Awá Guajá. **Maranhão Rural**. Maranhão: Sbt, março de 2014. Telejornal sobre ruralidade e assuntos afins.

cujo objetivo parece focado na situação dos agricultores da região, conforme o próprio apresentador fala no início do telejornal:

Apresentador: A nossa equipe foi conferir de perto a operação Awá, que foi dada início nessa semana e conta com o apoio do Exército Brasileiro, Polícia Rodoviária Federal, IBAMA, Polícia Federal e a FUNAI. O que preocupa a Federação da Agricultura e Pecuária do estado, que briga pelo direito dos agricultores da região? Confira agora na reportagem. (Maranhão Rural, SBT, 2014).²⁰

Durante, toda a matéria exibida em janeiro de 2014, o repórter busca a entrevista de várias pessoas envolvidas na atividade de “desintrusão”. Apesar de também ter entrevistado pessoas encarregadas da Operação, como funcionários da FUNAI e do Exército, o repórter enfatiza a situação de pequenos agricultores que vivem em situação de pobreza no local, tentando sensibilizar o telespectador de que as maiores vítimas da medida judicial que determinou a “desintrusão” da área são as famílias que se instalaram no local. Observe que todos eles possuem um vocabulário bastante afetado pela impossibilidade de uma convivência mais assídua com os estudos, fato que o repórter destaca com a menção que faz a uma escola construída dentro da área de preservação, mas que iria ser destruída durante a Operação.

Repórter: Com tanta dificuldade em construir escolas para educar nossas crianças, está aqui mais uma que será destruída. Que deixará órfãos na educação. O que dizer para essas crianças? Estudar? Quando, novamente? (Maranhão Rural, SBT, 2014).²⁰

Demonstra-se, assim, a polêmica da situação, onde pequenos agricultores reivindicavam uma solução do poder público para o problema em questão. Em toda a matéria é enfatizado o caráter trabalhador do pequeno agricultor, que é denominado por ela de “povo sofrido”, bem como a situação de pobreza que enfrentam. Percebe-se claramente que a intenção do discurso é demonstrar ao telespectador a situação enfrentada pelo pequeno agricultor que habitava o local, explicitando a sua necessidade de terra. Dessa maneira faz-se repetitivo o discurso “para onde iremos?” ou “não existe índio por aqui”, mencionado por alguns pequenos produtores entrevistados durante a matéria.

Essa terra já foi passada de pai pra filhos, tá entendendo? Como é que eu vou fazer com minhas filhas? Com minha família? Nós vamos pra onde?

Que nós não temos... Nós não temos como comprar terra em outro lugar, tá vendo? Ali tá o nosso suor. Foi tudo jogado ali dentro, trabalhado...

(...).

Isso aí era mato. A mata era do outro lado do garapé, ali. Não tinha variante. Porque não tinha essa habitação de avariante. Não tinha os índio. Eu não alcancei eles aqui. E hoje tem eles aí na... nessa área, viu? Pois é. Foi colocado. (Maranhão Rural, SBT, 2014 / Depoimento de Produtores Rurais).²⁰

A importância deste tipo de matéria para a presente pesquisa está no fato de que, como mencionou Albuquerque Júnior (2011) em sua análise da relação entre o discurso midiático na reprodução do que seria o Nordeste, a “visão midiática” pode ser torta, mas por outro lado produtiva, uma vez que não tem a ver apenas com a existência de uma verdade ou não em determinada situação, porém com um sistema de forças e relações de poder inerentes ao discurso propagado.

Apesar da característica do discurso midiático que leva ao que o autor chama de “estereotipação” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 30), que produz uma visão simplista do que se pretende falar – uma vez que a repetição se torna evidente na construção e materialização de um imaginário que, na verdade, não aborda a realidade por completo – não é um discurso falso transmitido que produz as diferenças étnicas observadas, porém estas são produtos das próprias relações de poder envolvidas na organização social que conhecemos. Isso não significa, contudo, que o discurso midiático estaria livre das produções de tais imaginários, já que também pode ser utilizado como meio de propagar a legitimação de tais relações, que por sua vez, possuem uma construção histórica que também precisa ser revista em seu estudo e que, por isso, foi abordada no primeiro capítulo desta pesquisa.

Tomamos, agora, como exemplo uma matéria feita no mês de março de 2015 pelo programa Fantástico – exibido pela rede Globo aos domingos, em forma de telejornal – que fez uma reportagem sobre as dificuldades que os indígenas Awá Guajá enfrentam para sobreviver, face as constantes interferências ocorridas em seus territórios. Durante a reportagem, é mencionado como a invasão de madeireiros prejudica a vivência dos indígenas ao destruir os recursos naturais que estes utilizam em sua vida cotidiana. Para isso, utiliza-se de diversas imagens que transmitem a ideia de integração do indígena com a natureza, na tentativa de se transmitir que a escassez desta pode colocar em risco a vida destas comunidades.

Estamos no noroeste do estado do Maranhão; seguimos para uma aldeia da tribo Awá. Pela primeira vez uma equipe de televisão foi autorizada a chegar tão perto de um índio que até alguns dias atrás nunca havia feito contato com a civilização. Ihoro, nome que na língua tupi quer dizer "gavião real", tem cerca de 20 anos.

Uma aparência rude, mas muita doçura no olhar. Roupas ainda causam estranhamento. Ele vivia isolado em um pedaço da Floresta Amazônica, mas acabou encurralado por madeireiros. Há três meses, foi resgatado por um grupo de índios caçadores e levado para uma aldeia.

(...).

As toras são transportadas num caminhão caindo aos pedaços. Não tem placa. O veículo, segundo a equipe de fiscalização, está com o chassi adulterado - foi roubado em algum canto do país. E dentro da cabine, a gente vê uma curiosidade: total improviso. Aquele ali é o tanque de combustível feito totalmente no improviso.

Até plantações de maconha foram encontradas em terras indígenas. A estratégia é destruir tudo, inclusive grandes serrarias. No entorno e dentro das terras Awá, o IBAMA já fechou 173 delas. Esta já havia sido alvo da fiscalização no ano passado. (Fantástico, Globo, 2015).²³

Assim, como no jornal impresso, no telejornal as imagens possuem um peso considerável na construção de determinada situação, elaborando produções da realidade. Aliada a narrativa do apresentador são utilizadas trilhas sonoras que denotam ideia de perigo, ameaça ou tristeza.

Para analisar a maneira como o discurso trabalha com a construção de opiniões relacionadas à questão social e política, em particular à questão indígena ressaltada neste estudo, foram convidadas dez pessoas, que não acompanhavam o processo de “desintrusão” ou desconheciam a causa que envolvia este processo, para assistirem aos documentários citados. Cinco delas assistiram primeiramente ao documentário exibido pelo telejornal “Fantástico”, exibido em janeiro de 2015, que falava da situação dos Awá em face à interferência em seu território, e as outras cinco assistiram primeiramente o documentário exibido em março pelo telejornal “Maranhão Rural”, que abordava a situação das famílias de produtores rurais que se instalaram na Terra Indígena. As cinco pessoas concordaram com o que foi exposto por cada uma das reportagens. Os primeiros alegando que os indígenas, na verdade, foram vítimas de um processo que remonta ao período histórico colonial e que não mereciam serem submetidos à situação em que se encontravam; e os segundos, por sua vez, concordaram com o documentário exibido pelo “Maranhão Rural”, alegando que não há necessidade de se entregar um espaço de terra “relativamente grande”, segundo palavras dos colaboradores (as), a uma quantidade

²³ Madeireiros invadem terras de índios que vivem isolados no Amazônia. **Fantástico**. Brasil: Rede Globo, 15 de março de 2015. Telejornal. Disponível em: www.g1.globo.com. Acesso em: 15 de abril de 2015.

de indígenas que, segundo eles/elas, era “tão pequena”.

Posteriormente foi mostrado, a cada grupo de cinco, o outro documentário que não havia sido mostrado até o momento. Dos cinco sujeitos que haviam assistido o documentário exibido pelo “Fantástico” (2015), três mudaram de opinião. Ou seja, passaram a opinar de forma contrária ao que haviam alegado anteriormente, mencionando que as famílias rurais foram vítimas da situação e que deveriam permanecer no local. Um deles, inclusive, colocando em dúvida a existência de indígenas na região. Talvez motivado pelo próprio discurso dos habitantes do local.

Por outro lado, das cinco pessoas que assistiram primeiramente o documentário do telejornal “Maranhão Rural” (2014), somente uma delas mudou de opinião ao assistir o documentário exibido pelo “Fantástico” (2015). De forma que, esquematicamente, o resultado da consulta²⁴ ficou da seguinte forma:

Telejornal assistido primeiro	Concordam que a terra deve ser entregue aos indígenas	Discordam que a terra deve ser entregue aos indígenas	Mudaram de opinião ao assistir o documentário do outro telejornal
Fantástico	05	0	03
Maranhão Rural	0	05	01

O primeiro resultado obtido (concordância em relação ao primeiro noticiário assistido por cada grupo de cinco) expressa, de certa maneira, aquilo que Capelato (1994) mencionou sobre a intenção camuflada por trás da atitude midiática: provocar consenso no que diz respeito à opinião pública.

A informação é um direito público mas o jornalismo é, geralmente, uma atividade exercida no setor privado. Os empresários-jornalistas atuam na esfera privada, orientados pela lógica do lucro. Enfrentam os concorrentes com todas as armas de que dispõem: notícias, opiniões e atrativos diversos

²⁴ A consulta foi realizada com pessoas na faixa etária entre os 22 e 32 anos; sendo seis mulheres e quatro homens; com renda familiar acima de dois salários mínimos; todos se consideram da cor “parda”. Adotou-se como critério de escolha pessoas com graduação em curso ou já concluída, em áreas técnicas ou tecnológicas e da saúde, que são áreas que não adotam como preocupação de estudo assuntos relacionados a conflitos territoriais ou afins. O objetivo desta consulta foi trabalhar na perspectiva quanto à capacidade da mídia de estimular consenso em relação ao que informa.

para atender a todos os gostos. No entanto, a imprensa tem outra face: é veiculadora de informações, direito público, e nesse papel norteia-se pelo princípio da publicidade, colocando-se como intermediária entre os cidadãos e o governo. (CAPELATO, 1994, p. 18).

Isto acontece por causa do caráter empresarial que a imprensa possui, confundindo o público e o privado na relação que estabelece entre governantes e governados. Isto é: “expressam a opinião pública”, já que teoricamente esta seria sua função, de acordo com o que o público dominante espera desta. Isto normalmente é conseguido através da construção de um consenso em relação à informação que é transmitida e que, na verdade, compreende um direito público.

Ora, embora não se deva, necessariamente, aproveitar a informação que é transmitida como um item “verdadeiro” na construção sobre o que realmente nos interessa como fato, considera-se importante todo este conjunto como riqueza em dados e conhecimentos imprescindíveis a qualquer estudo social. São documentos que denunciam a historicidade, situação política, econômica e social de cada época. Portanto, não se trata de considerar suspeito, ou não, determinado documentário para incluí-lo, ou não, em certa análise. Porém entender a dinâmica social atual a partir do movimento de interesses que permeiam este campo. Afinal: “Mais importante do que a 'realidade dos fatos' é a maneira pela qual os sujeitos da história tomaram consciência deles e os relataram”. (CAPELATO, 1994, p. 22).

Tomemos, agora, como exemplo uma matéria realizada ainda em 2013 pelo Canal Rural, cujo telejornal se intitula “Mercado e Companhia” (2013). Segundo o apresentador, o Exército Brasileiro iria apoiar a FUNAI para “retirar 1200 famílias de produtores pobres do interior do Maranhão, pra dar 300.000 hectares pra 33 índios que nem sabem se existe” (Mercado e Companhia, 2013), segundo palavras do apresentador. Ele afirma, ainda, que os indígenas já possuíam terras suficientes para satisfazer suas demandas.

Apresentador: Rápido intervalo. Daqui a pouquinho nós vamos nos dedicar a entender porque que o exército brasileiro vai apoiar a FUNAI pra tirar 6000 pessoas, 1200 famílias de produtores pobres do interior do Maranhão, pra dar 300 mil hectares pra 33 índios que nem sabem se existe. (...).

Estou aqui lendo todos os levantamentos antropológicos da FUNAI, comunicado daqui, comunicado dali, um rolo! Estou falando, claro, sobre a questão indígena. Porque de todas as questões dos impasses, dos embates que a gente tem sobre essas questões indígenas do Mato Grosso do Sul, do Rio Grande do Sul, do sul da Bahia... O mais maluco, o mais louco, o

mais cruel, o mais indigno que está acontecendo é lá no noroeste do Maranhão.

(...).

Bom, vamos entender o que está acontecendo, vamos colocar o mapa aí (...) É... é, a região noroeste do Maranhão, já existem lá três áreas indígenas, já decretadas: a área indígena Alto Turiaçu, com 530 mil hectares; a reserva do rio Caru, de 172 mil hectares, a Reserva Biológica do Gurupi, com 341 hectares. Somando dá mais de um milhão de hectares só de reserva indígena! Agora eles querem mais 300 mil hectares! Essas áreas que vocês estão vendo aí na tela já foram demarcadas em 1980. Agora eles estão querendo mais 300 mil hectares pra colocar 33 índios de uma etnia chamada Awá Guajá que foram vistos lá em Roraima, lá no Pará, e não aí. E até porque eles têm um documento, os produtores tem um documento, dizendo que da própria FUNAI, expedido no dia 12 de janeiro de 1990, atestando que não foi constatada a presença física de índios, aldeamento indígena nessa área. Agora, o que se tem informação é que nessa área aí (...) na Serra da Desordem foi descoberta bauxita, urânio, caulim, gás natural e petróleo. Olha que coincidência! Só que nesta área tem quatro povoadamentos: São João do Caru, Newton Belo, Zé Doca e Centro Novo do Maranhão. 1200 famílias que vão pra rua! E não tem essa de pagar as benfeitorias, não tem nada! Vai sair. (MERCADO E COMPANHIA, Canal Rural, 2014).²⁵

Por se tratar de um telejornal voltado para o mercado rural e os indivíduos que dele fazem parte, é bem claro que existe uma posição política adotada, que diz respeito à defesa dos assuntos rurais, diferentemente do que acontece quando o público-alvo do telejornal é a população em geral que dispõe de um aparelho televisual para assistir e os interesses que estão por trás ficam camuflados. Enquanto neste caso não há um posicionamento explícito no discurso midiático, no caso do “Mercado e Companhia” não existe qualquer tipo de nuances em torno do que se pretende transmitir. O apresentador expõe claramente que não apoia a decisão judicial de retirada das famílias que ocupam as terras indígenas, questionando também em seu discurso a existência da comunidade indígena neste local. Ignora, certamente, a importância dos laudos antropológicos que foram realizados para que se chegasse à decisão atual de retirada dos posseiros das terras indígenas.

Ora, foi a partir da década de 1970 que “a televisão no Brasil tornou-se um cenário de representação política” (WANDERLEY, 2006, p. 436). Os conteúdos transmitidos dividem-se em assuntos que são adotados por determinados segmentos da sociedade, dependendo do tipo de público-alvo a que se destina, que o utilizam na elaboração e construção de uma cultura política. Assim, são

²⁵ **Mercado e Companhia.** Brasil: Canal Rural, 06 de novembro de 2013. Telejornal sobre ruralidade e assuntos afins.

construídos imaginários sociais que são difundidos e, desta forma, passam a fazer parte do sistema de legitimação do poder. Eis a importância da mídia neste universo de sistemas simbólicos: ela constitui o principal meio de propagação deste imaginário, camuflados, ou não, na transmissão de informações atuais. “No Brasil de hoje, a TV (...), (re)produz representações acerca dos diferentes agentes e instâncias da vida social.” (WANDERLEY, 2006, p. 437).

Prova disto foi que o início do aparelho eletrônico TV na vida social brasileira se deu por iniciativa política, no então período de governo militar, ou seja, a partir de 1964, que desencadeou na criação do Ministério das Comunicações (1967). Por esse período, a TV deixou de ser artigo de posse apenas dos indivíduos pertencentes à classe A, sendo também possível a classe média ter recursos necessários para adquiri-la. Posteriormente, com a produção desta tecnologia sendo realizada no Brasil, o avanço desse poder aquisitivo se propagou também a outros segmentos da sociedade. Assim, ela foi o principal meio utilizado durante a ditadura militar para garantir a legitimação do poder político.

Campanhas como “Uma bandeira em cada sala de aula” e “Brasil: ame-o ou deixe-o” (1969), “Ninguém segura o Brasil” (1970), “É tempo de construir” e “Ontem, hoje e sempre: Brasil” (1971), “Povo desenvolvido é povo limpo” (1972), “O Brasil merece o nosso amor” (1973), “Este é um país que vai pra frente” e “Marcas do que se foi” (1976), “O Brasil é feito por nós” (1977) e “O Brasil que os Brasileiros estão construindo” (1978) utilizaram, de forma competente, a capacidade de produzir significados de televisão para divulgarem os feitos do regime militar. (WANDERLEY, 2006, p. 441)

A TV era o instrumento utilizado durante a ditadura militar para convencer, manipular e implantar imaginários sociais que contribuíssem na construção de representações positivas sobre o sistema político que se tentava implantar. E nada mais conveniente, neste contexto, do que ampliar o acesso a este tipo de meio de comunicação para que se garantisse a eficácia plena do objetivo final. A Rede Globo, aliás, contribuiu bastante para este processo através do Padrão Globo de Qualidade, representado ainda hoje pela música que surgiu na década de 1970 “Um Novo Tempo”, e que ainda hoje é transmitida pelo canal de televisão durante as festividades de final de ano. O Jornal Nacional, por exemplo, que foi criado na tentativa de convencer o telespectador de que este poderia ter acesso a uma informação neutra, de cunho estritamente informacional, utilizava sorrateiramente sua versão de interpretação dos acontecimentos no imaginário social, como é o caso

da utilização de termos que indicasse “ilegalidade” e “baderna” ao noticiar movimentos grevistas.

O fato é que ainda hoje a mídia televisiva não perdeu esta capacidade de utilizar elementos simbólicos no controle da produção de ideais que normalmente integram o sistema dominante de poder. E como afirmam alguns autores, como é o caso de Gómez (2006), o avanço tecnológico não foi suficiente para que a televisão perdesse sua importância no momento atual. Pelo contrário, contribui na composição de um sistema de comunicação ainda mais complexo, uma vez que a televisão também incorpora as mudanças tecnológicas atuais.

Em se tratando de mudanças tecnológicas, a mais recente e não menos popular que a televisão é, certamente, a internet. Também atua como (re)produtora do imaginário social a liberdade que se vive atualmente devido o amplo acesso à diversos segmentos sociais, motivo pelo qual não se excluiu dessa análise matérias disponibilizadas em blogs por jornalistas, profissionais envolvidos com a questão indígena ou pessoas sensibilizadas ao fenômeno. Entenda-se, contudo, que tais documentos não são necessariamente uma informação considerada como verdadeira e que, por isso, foi disponibilizada no conjunto de matérias que formam este estudo. Porém, é necessário entendê-los como estratégias de estudo de expressões que são formadas a partir de um dado acontecimento e assim, materializadas na construção de um imaginário que é compartilhado socialmente.

Contudo, diferentemente do que pensa Gómez (2006), alguns autores, como é o caso de Serrano (2013), acreditam que o surgimento da internet colocou em dúvida a credibilidade de outros tipos de meios de comunicação, uma vez que com o acesso mais rápido às informações e a multiplicidade destas, muitos escândalos jornalísticos relacionados à transmissão de fatos sociais foram descobertos, como é o caso de “Jack Kelley” e “Jayson Blair” (SERRANO, 2013, p. 147), jornalistas do The New York Times e USA Today, respectivamente. Foram considerados plagiadores e inventores de algumas reportagens utilizadas nos jornais.

Além disso, alguns profissionais de diversas áreas apresentam-se à internet como um meio alternativo de suas práticas profissionais, a despeito da predominância de monopólios jornalísticos existentes. De certa forma, o público tem buscado com mais frequência estes tipos de informações, uma vez que a velocidade com que é possível ter acesso a elas prejudica o andamento das notícias presentes

em telejornais, que não possuem tempo suficiente para situar o telespectador no que se pretende transmitir, deixando-o apenas com uma informação superficial sobre o assunto. É interessante como isto também afeta o meio de comunicação tradicional, como jornais impressos e revistas. Embora eles apresentem um conteúdo mais elaborado no que diz respeito à informação, a lentidão com que chegam ao público, acaba por colocá-los como segundo plano na vida dos cidadãos.

Assim, alguns blogs disponibilizados na internet abrem espaço para compartilhar informações e dar possibilidade de acompanhamento sobre diversos fenômenos sociais entre o público. Mas, como o que mais nos interessa aqui são as notícias referentes à “desintrusão” da Terra Indígena Awá Guajá e a maneira como o público interagiu com este tipo de informação, passemos, portanto, a analisá-las.

Há uma considerável diferença referente às informações produzidas em blogs, que dependem basicamente de dois quesitos: quem informa e o que se informa.

O blog do antropólogo Mércio Gomes (2008), por exemplo, além da função informativa, também possui o conteúdo de caráter científico, já que se dedica a escrever temas relacionados à sua área de conhecimento. Seu público leitor normalmente é acadêmico ou pessoas formadas em áreas afins. Em uma de suas publicações disponibiliza um relatório realizado nas Terras indígenas Awá Guajá que foi motivado pela mudança da sede administrativa que estava encarregada de apoiar os indígenas, de Belém (PA) para São Luís (MA). Nesse relatório é realizada uma breve caracterização do grupo indígena em questão bem como um histórico que os situa na referida área e, posteriormente, é feito um alerta para os problemas que os indígenas enfrentam, bem como as decisões que devem ser tomadas de caráter imediato para evitar que a situação piore.

Os índios Awá-Guajá, que vivem no oeste do Maranhão, são um povo de fala tupi que vive tradicionalmente da caça e da coleta. Seu território compreende afluentes das bacias dos rios Gurupi e Pindaré. Suas aldeias atuais e suas áreas de convívio, os “*tekwá*” (semelhante aos *tekohá* dos Guajajara e dos Guarani) se encontram nas terras indígenas Alto Turiaçu, Awá-Guajá, Caru e Araribóia. Porém pode ainda haver alguns grupos fora dessas terras indígenas.

(...).

Por sua vez, os Guajá do P. I. Awá se preocupam com gente fazendo roça numa área que eles aprenderam a entender que também lhes pertence, porque pertence a índios. Em 1995, um grupo Guajá que estava caçando se deparou com um grupo de brancos fazendo um variante a três quilômetros do posto, no seu próprio hakwa. O variante vinha em linha reta

da altura do povoado São João do Caru, no rio Caru, e se dirigia para a altura do povoado Altamira, no rio Pindaré, cortando uma boa parte da T. I. Caru. No momento de tensão em que se depararam com esses brancos, os Guajá conseguiram se impor e eles fugiram. O incidente foi confirmado pelo chefe do posto e comunicado para Santa Inês e Belém.

(...).

A auto-consciência de ser um povo único e a convivência mútua deve ser a meta mais alta da ação indigenista por parte da FUNAI e das forças de apoio aos Guajá. Em termos econômicos, a FUNAI deve trabalhar para que os Guajá do futuro tenham uma economia híbrida que consista na manutenção do costume tradicional da caça e coleta, no uso adquirido da agricultura seletiva e na coleta e venda de produtos florestais. Isso pode ser alcançado se as medidas de curto prazo aqui propostas começarem a ser efetivadas. A começar pela garantia de terras, pela assistência à saúde e por um relacionamento digno, cordial e compreensivo. (GOMES, 2008, Blog do Mércio).²⁶

Por outro lado, o blog do jornalista Varão (2014) tem um caráter bastante subjetivo em suas informações. Em uma de suas publicações referentes aos indígenas Awá, o jornalista tenta convencer o leitor de que a causa indígena é apenas um pretexto utilizado pelo Governo Federal para “proteger” as terras da União. Ao contrário do blog do antropólogo Mércio Gomes (2008), o blog do Varão (2014) não utiliza dados referentes a pesquisas de campo, bibliográficas ou qualquer outro tipo de respaldo teórico que comprove suas afirmações, somente o raciocínio estritamente subjetivo que utiliza.

Se o Governo Federal pegasse um indiozinho curumim (de 3 anos de idade), dos que restam da Nação Awá-Guajá e colocasse no jardim infância - junto com qualquer criança não índio, dando as mesmas condições de escola de qualidade, os dois chegariam na faculdade com o mesmo pé de igualdade.

Mas o governo trata os índios como se fossem incapazes. Faz e fez isso de propósito, desde a colonização. Porque sempre usou a causa indígena para manter o espólio das terras da união. Nessas ditas reservas, estão os diversos tipos de minérios no subsolo. Riquezas que vão do minério de ferro, ouro ao diamante. Sem usar os índios, o governo não teria como justificar tanta terra em seu poder, já que existe a pressão dos movimentos sociais pela reforma agrária.

Os índios são usados e abusados, “protegidos” por uma lei hipócrita da Constituição Federal. “A terra é dos índios”. Na verdade os silvícolas, como são discriminados, não passam de “fiéis depositários” - sem ter os mesmos direitos na Constituição, garantida a todos os brasileiros. Nem votar eles podem. A não ser pescar e caçar em terras devastadas pela ganância da indústria ilegal da extração de madeira. Na visão do governo, a madeira os invasores brancos pode tirar a vontade. O que interessa para a União é o que existe no subsolo.

O caso dos Awá-Guajá é bem emblemático. Qual o interesse que o Governo Federal teria em distribuir cerca de 115 mil hectares de terra para 33 índios? Já que o mesmo governo não dá o mínimo de dignidade para

²⁶ GOMES, Mércio. Blog do Mércio: **índios, antropologia, cultura**. [blog na internet]. Rio de Janeiro: 2008 jun. – [citado em 12 de fevereiro de 2016]. Disponível em: merciogomes.blogspot.com.br.

essas nações? Nem saúde, e muito menos educação e nenhum tipo de assistência. Então por que iria doar tanta terra para tão poucos?! No caso dos Awá-Gaujá, a causa indígena, mais uma vez, serve para proteger seu patrimônio e ainda sair na foto como governo que cuida e preserva suas tradições culturais e o meio ambiente. (VARÃO, 2014, Blog do Varão).²⁷

Em outra publicação se utiliza de uma matéria do jornal O Globo que disponibiliza matéria sobre o processo de “desintrusão”, para adquirir o caráter informativo sobre o assunto.

SÃO PAULO – O governo federal inicia a partir de segunda-feira o processo de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, onde vivem os mais de 400 indígenas do povo Awá, um dos últimos caçadores e coletores do planeta. Em agosto passado, O GLOBO publicou uma série de reportagens da colunista Miriam Leitão, com fotos de Sebastião Salgado, com o título Paraíso Sitiado, sobre os awás-guajás.

Alvo de contante exploração ilegal de madeira, a Terra Indígena Awá já teve 34% de sua área desmatada, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o que equivale a 400 km² de floresta amazônica derrubada ilegalmente. Entre junho e dezembro passados, o Ibama, com apoio do Exército, realizou operações de fiscalização na região da TI Awá, divisa entre Maranhão e Pará, onde estão também a Reserva Biológica Gurupi e as terras indígenas Terra Indígena Alto Turiaçu e Terra Indígena do Alto do Rio Guamá.

A operação, denominada Operação Hiléia Pátria, resultou no fechamento de 27 serrarias no entorno da TI Awá e da Reserva Biológica Gurupi e foram apreendidos cerca de quatro mil metros cúbicos de madeira retirada dessas áreas. As multas aplicadas atingiram R\$ 2,5 milhões até o dia 8 de dezembro passado. (CARVALHO, 2014, Blog do Varão).²⁸

Também foi utilizada em vários blogs, como por exemplo, o Blog do Moura (2014), entre outros, uma matéria bastante interessante escrita por Germano Assad e postada pelo blog do Greenpeace (2014) que utiliza alguns discursos de pessoas envolvidas no processo de “desintrusão”, cujo título de sua publicação “Enxotando os direitos dos Awá Guajá” é uma crítica clara a afirmação da representante da bancada ruralista do Brasil, citada em sua publicação, onde dizia que os pequenos produtores estavam sendo “enxotados” de suas terras” (GREENPEACE, 2014).

Lamentavelmente, a virada de ano não trouxe a tão aguardada sensação de justiça ou perspectivas de paz para os povo do campo e da floresta amazônica. Apesar de iniciado o processo de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, vivemos um momento de forte ataque aos direitos territoriais indígenas.

²⁷ VARÃO, Martin. **Blog do Varão** [blog da internet]. São Luís: 2014 jan. - [citado em 12 de fevereiro de 2016]. Disponível em: blogdovarao.blogspot.com.br.

²⁸ CARVALHO, Cleide. O globo. In: **Blog do Varão** [blog da internet]. São Luís: 24 jan. – [citado em 12 de fevereiro de 2016]. Disponível em: blogdovarao.blogspot.com.br.

A retirada de todos os não-índios da área invadida ilegalmente se deve “apenas e tão somente, ao cumprimento do mandado constitucional do Art. 231 da Constituição que reconhece e garante aos índios ‘direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens’”, de acordo com nota pública assinada por diversas organizações da sociedade civil e divulgada hoje.

(...).

A Terra Indígena em questão foi reconhecida em 1992 e homologada em 2005, e é notadamente uma das mais afetadas pelo roubo de madeira, outros recursos naturais e demais mazelas da região. O direito dos Awá-Guajá às terras que ocupam foi reafirmado por recente decisão da Justiça Federal do Maranhão. Este processo, que já se arrastava por mais de 12 anos, entretanto, tem sido usado como combustível político para inflamar uma situação de tensão entre comunidades tradicionais e posseiros, trabalhadores e pequenos agricultores que se estabeleceram na terra indígena.

A representante maior da bancada ruralista no país e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, tem declarado sua discordância com os direitos constitucionais indígenas, alegando que trabalhadores pobres vêm sendo ‘enxotados’ de suas terras e deixados à própria sorte. (ASSAD, 2014, Greenpeace Brasil).²⁹

Na verdade, os blogs são veículos utilizados para se transmitir informações cujo acesso atualmente não representa um problema, porém a quantidade a que estamos expostos apresenta uma sobrecarga tal, que o indivíduo ao se submeter a recebê-la precisa discernir o fato que realmente procura, dado que o excesso abre espaço a relatos objetivos e subjetivos que, por vezes, se confundem entre os discursos midiáticos.

Isso acaba influenciando na credibilidade da informação, apesar da facilidade e rapidez que a internet disponibiliza ao cidadão que acaba sendo induzido a, de alguma forma, imaginar que as informações que constam em jornais ou revistas são mais confiáveis.

Segundo Capelato (1994) pode ser um equívoco considerar os jornais como fontes confiáveis de informação, assim como também não se deve desconfiar plenamente na informação que se obtém através deles, uma vez que neutralidade e imparcialidade são características incompatíveis com a maneira como este tipo de documento intervém na vida social.

Embora aparentemente se insinue como um mero transmissor de informações, por vezes este tipo de manipulação já começa no próprio termo ou expressão que dá nome ao jornal. O jornal “O Imparcial” (2014), por exemplo, que foi

²⁹ ASSAD, Germano. “Enxotando” os direitos dos Awá Guajá. In: **Greenpeace Brasil**. Brasil: 2014 jan. – [citado em: 16 de janeiro de 2015]. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog>.

um dos que noticiou o caso da “desintrusão” da Terra Indígena Awá Guajá, expôs o conflito sob várias dimensões. Algumas vezes como notícia de destaque na primeira página do jornal, o caso foi acompanhado e transmitido sob a justificativa de várias fontes de informação, demonstrando que o jornal não tomava parte da situação, mantendo-se “imparcial”, tal como o nome que o denomina sugere que ele seja. Assim, foi noticiado o processo de “desintrusão” retratando tanto a iniciativa do governo federal de desocupação da área, como a polêmica situação de reassentamento das famílias que estavam sendo retiradas.

Figura 3: Destaque em primeira página de matéria referente à “desintrusão” da T. I. Awá Guajá



O Imparcial, 30 de janeiro de 2014.

É, contudo, bastante complicado identificar em matérias jornalísticas os limites da objetividade e subjetividade presentes, necessitando, para isso, de um trabalho árduo de exame minucioso não apenas do que se transmite, mas da maneira como se transmite e o sentido que isto desperta no leitor. Mais que isto: precisa-se compreender a intenção de quem transmite o conteúdo (que normalmente não é meramente informativo), o período em que ele é produzido, a maneira como é produzido, e a quem se destinam.

Apesar dos jornais O Imparcial, O Estado do Maranhão, Jornal Pequeno, de uma forma geral, serem bastante segmentados, por apresentarem sessões para diferentes conteúdos, tem se mostrado mais assíduos em notícias do que as revistas impressas pesquisadas, que embora mais “incorporadas”, não apresentaram pautas referentes à operação de “desintrusão” da TI Awá Guajá.

As revistas abrangem informações com mais detalhes, já que normalmente destinam-se a um único tipo de assunto dependendo do seu segmento. Ou seja, se possuem o segmento político, toda a revista se focará nele, abrangendo várias informações referentes a ele, e para isso, além da matéria em

questão, comentários de personagens envolvidos ou especialistas sobre o assunto, entre outros tipos de atrativos. Mas a questão é saber se o assunto é considerado de importância relativa ou não para estar em pauta, ou simplesmente, se estando em pauta atingirá interesses ocultos por trás de cada pauta apresentada.

No caso da “desintrusão” da Terra Indígena Awá Guajá, por exemplo, revistas de circulação comuns e que abordam interesses políticos e sociais, como *Veja*, *Época* e *Isto É*, não dedicaram pautas relacionadas ao assunto em suas versões impressas. Somente jornais pequenos de circulação estadual relataram o ocorrido como é o caso de “*O Imparcial*”, já mencionado anteriormente, “*Jornal Pequeno*” e “*O Estado do Maranhão*”, estando este último a cumprir esta atividade com uma frequência bem maior que os demais. A semelhança entre todos eles é que aparentemente as notícias são transmitidas como se houvesse imparcialidade por parte de quem a transmite e nem uma interferência do transmissor, mas a frequência com que fazem isto pode indicar algo, pois no mesmo mês em que começou a desocupação da região que seria entregue aos indígenas, janeiro de 2014, o *Jornal Pequeno*, por exemplo, dedicou somente 4 reportagens durante todo o mês, para noticiar o ocorrido, enquanto que no jornal *O Estado do Maranhão* foram 14 matérias no mesmo período.

3.2 A “desintrusão” na visão dos agricultores

Para alguns agricultores instalados na região que corresponde ao território indígena Awá, existem uma rede de interesses políticos e econômicos por trás do processo de retirada das famílias do referido território.

Segundo o então presidente da FAEMA³⁰, José H. C. de Sousa, pouco antes do início do processo de “desintrusão”, o território, que foi homologado em 2005, não possuía a quantidade de famílias que foram mencionadas pelos veículos de informação, pois as informações transmitidas pelos jornais acabam deteriorando alguns dados. É o caso, por exemplo, da TV Mirante, mencionada por ele, que acabava comprometendo a veracidade das informações por possuir envolvimento

³⁰ A entrevista foi realizada em janeiro de 2014 com o presidente da Federação de Agricultura do Estado do Maranhão.

com questões políticas. “Você viu a reportagem da TV Difusora? Ela, sim, demonstrou com exatidão como vivem as famílias que se encontram neste território”, afirmou o presidente da FAEMA.

Essa afirmação tomava como base a reportagem que se dedicou a retratar a situação do produtor rural, feita em janeiro de 2014, onde podemos perceber o envolvimento da Federação em defesa dos pequenos produtores. Há, inclusive, em registros na imprensa oficial, várias posições por parte dos profissionais da Federação, onde confirmam seu apoio e orientação aos pequenos produtores instalados na região. Em uma delas, afirmando inclusive que orientava estes indivíduos a não se retirarem da região, caso não houvesse certeza de reassentamento, como pode ser notado em matéria divulgada pelo jornal O Estado do Maranhão (2014).

De acordo com a Federação de Agricultura e Pecuária do Maranhão (Faema), o Governo Federal decidiu considerar os pequenos produtores e trabalhadores rurais como ocupantes de má-fé, sem direito a qualquer indenização. A orientação da Faema é de que as famílias só deixem suas terras depois de um local definido pelo Incra para reassentamento. (O Estado do Maranhão, 08 de janeiro de 2014).

Na entrevista concedida ao presente estudo, o presidente parecia bem cético em relação ao cumprimento de medidas judiciais referentes aos cuidados que se haviam previsto às famílias de pequenos produtores que deveriam se retirar do local. Segundo o presidente da Federação, a promessa de que estas famílias contariam com a ajuda do Governo Federal por meio de programas sociais foi feita sem que houvesse um plano de assentamento que previsse antecipadamente o deslocamento das famílias para uma nova residência. Ainda de acordo com ele, a assistência prevista que estava sendo divulgada pelos meios midiáticos, dizia respeito ao apoio previdenciário das famílias cadastradas, ou seja, ao reassentamento em outros locais, fora do território indígena (que, segundo o representante, podia equivaler ao número que estava sendo divulgado pela mídia, um número menor do que a quantidade “real” de pequenos produtores), bem como a doação de sementes. Com o prazo dado pela justiça de 40 dias para se retirarem do local, “as sementes que estão previstas para a doação não possuem utilidade quando não se tem onde plantá-las e a preocupação é um teto para morar”, afirmou o presidente.

Os próprios agricultores possuíam uma visão bastante semelhante ao discurso da Federação, como pode ser observado na matéria jornalística:

Essa operação aí é coisa do governo. A gente não pode combater contra o governo, né? Até porque a nossa luta é mesmo contra o governo, né? Que nós precisa da terra e a terra é o governo que manda. E então ele faz o ele quer. Ele manda a operação da maneira que ele quer. Agora, eu acho que ele... Que ele... Que ele tá tratando nós como um bandido, como vândalos, né? Ou pior. Porque o Rio de Janeiro, nas grande cidade aí, nós vemos os vândalos quebrando as obra pública e eles não fazem nada lá. E nós que tamo lá na nossa área de trabalho, eles fazem uma operação aí pra intimidar a gente, ou pra humilhar mais do que o que nós somos humilhados. Apenas que nós somos trabalhadores rurais e necessitamos de terra para trabalhar, e isso é que nós queremos deles. E nós de lá pelo menos eu, só vou sair do último. Eu não vou sair do primeiro, não. (Relato de um pequeno agricultor, em entrevista ao telejornal Maranhão Rural, 2014).²⁰

Apesar de haver informação na própria matéria exibida pelo telejornal sobre os planos governamentais para amparar as famílias que seriam retiradas, o interesse maior por parte da intenção jornalística era ressaltar a falta de informação destas famílias. Demonstrar ao público que elas estavam deixando a região sem nenhuma perspectiva de sobrevivência. O que acaba contradizendo o depoimento de um dos entrevistados na própria matéria que guardava esta intenção, o representante da Presidência da República:

O grande... O que a gente sempre alerta, nesse processos, é que é importante, depois dessa notificação, as famílias procurarem o INCRA pra se cadastrar. Em outros processos as pessoas foram orientadas a não procurarem o INCRA, e depois que venceu o prazo o oficial de justiça vai lá dizer que as pessoas tem que sair. Como não cadastrou, o INCRA não pode avaliar a situação deles. Então, isso a gente vai reforçar várias vezes, a gente pede quando vocês conversarem, orientar as famílias. A gente vai organizar a reunião com o sindicato dos trabalhadores rurais pra discutir, passar as orientações, pra eles também ajudarem nesse processo de cadastramento das famílias. E até também de avaliação das famílias. (Representante da Presidência da República, em entrevista ao telejornal Maranhão Rural, 2014).²⁰

Segundo o presidente da FAEMA foram feitas algumas reuniões na tentativa de buscar uma solução política para o problema. Os representantes da Federação colocaram em questão a falta de local para as famílias se realojarem, mas afirmaram, neste período, receber como resposta da FUNAI a negação da responsabilidade quanto ao assunto.

É importante ressaltar, contudo, que o INCRA estava presente na Operação para dinamizar o processo de reassentamento das famílias. Caberia a ele realizar o cadastramento dos indivíduos que haviam sido notificados, para reassentá-los em novo alojamento. Assim, a contribuição de diversos órgãos facilitaria a dinamização do processo, estando cada um na execução de sua função.

Mas, para o presidente da FAEMA, o problema seria agravado pelas comissões formadas para a discussão do Plano de Desintrusão, já que eram formadas por representantes políticos e governamentais, bem como representantes dos principais órgãos de defesa indígena, não contando, segundo o presidente, com a presença de representantes de agricultores. Afirmação, aliás, contrária à fala vista anteriormente do representante da Presidência da República, mencionada acima, onde consta a informação de que se reuniria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para discutir a situação. Por isso, durante este período, a tentativa que os profissionais da FAEMA buscaram, por diversas vezes, foi prolongar o prazo, pois se acreditava que ainda que o governo entregasse algum pedaço de terra para as pessoas, certamente não o entregaria com condições mínimas de sobrevivência: água potável, luz elétrica e residência. Isto porque 40 dias seria, segundo eles, tempo insuficiente para o processo de licitação, compra de terras e construção de casas.

Pelas matérias jornalísticas analisadas neste estudo, é observável que nenhum dos pequenos produtores possuía discurso divergente do representado pela FAEMA. Discordavam da necessidade indígena de território para sobrevivência e até mesmo questionaram a existência dessa etnia na região.

Eu cheguei aqui foi em 99. Eu tenho 48 anos. Mas eu nunca vi um índio aqui. Eles não tão preocupado com índio, não. Eles tão preocupado é com outro tipo de gente, aí. E ontem eu vi a matéria do ministro. Não sei que... qual o nome dele. Que diz que aqui o povo do Caju, na Awá-Guajá – que aqui eu não conheço essa Awá-Guajá, não sei nem onde é que fica – que só trabalha com maconha, e madeireiro, e trabalho escravo. Eu queria que ele viesse pra ele mostrar. E nós mostrar pra ele e pra Globo que nós trabalha aqui é de lavoura. Lavoura que a gente tá falando, lavoura é arroz, milho, mandioca, e outro tipo de... Feijão, maxixo, tudo é lavoura nossa. Agora, maconha aqui pode até ter, porque em São Paulo que não podia ter, que a polícia... Em São Luís tem! Mas nós aqui não sabe plantar ela, não. E eu acho uma injustiça. Esse povo aqui, se... Nem andar na rua, não sabe. Os homem tava assombrado com a polícia que tava ali no... No São João do Caru. Tão tudo com medo. E eu queria que a Globo viesse. Pra nós mostrar a verdade pra ela. Porque ela não tá mostrando a verdade. Tá mostrando o lado mentiroso. (Pequeno produtor, em entrevista ao Maranhão Rural, 2014).²⁰

Os jornais impressos revelam este mesmo tipo de olhar. Embora sejam carregados de informações técnicas quanto ao processo de “desintrusão”, que divulgam os planos de reassentamento entre outros elementos, fazem uso da função apelativa, divulgando, por exemplo, o número de filhos que cada pequeno produtor possui, antes de mencionar o depoimento de cada entrevistado. Pois, “a linguagem (...) não é simples veículo de mensagens, e sim modo de ação política entre sujeitos que disputam poderes, como uma arma capaz de construir ou destruir o outro.” (DOMINGOS, 2006, p. 150).

O agricultor Domingos de Oliveira, pai de sete filhos, residente no povoado Caju, numa área de cinco hectares, diz que sempre trabalhou na roça, produzindo mandioca, melancia e arroz, e não tem para onde ir. Já a dona de casa Antônia Silva Rocha, mãe de cinco filhos, garante que mora no povoado Cabeça Fria desde 1988 e não aceita ser humilhada. Quem também lamenta a ameaça de ter que deixar o local onde mora é a senhora Deuzian Alves Oliveira, também do povoado Caju e mãe de quatro filhos. “Tenho um pequeno sítio, de onde sustento meus filhos, e daqui só saio morta”, garantiu. (O Estado do Maranhão, 08 de janeiro de 2014).

Pode-se perceber, portanto, através da pesquisa realizada que o discurso predominante entre os pequenos agricultores sobre o processo de “desintrusão” da Terra Indígena Awá Guajá consistia na ideia de que o Governo realizava a Operação para proteger interesses políticos. Acreditavam que sua presença no local era vista como uma ameaça em áreas de projetos econômicos, realizados entre parceria do Governo Federal e instituições internacionais. Observe que o pequeno produtor, cujo depoimento foi mencionado anteriormente, acreditava que o Governo Federal estava manipulando os indígenas. Assim, com base no valor que depositam na “terra” como instrumento de sobrevivência, todos se mobilizaram em movimento de resistência contra a “desintrusão”.

Atualmente, os profissionais da FUNAI garantem que o processo de “desintrusão” da TI Awá Guajá, além de promover a preservação da terra indígena Awá, contém o avanço da exploração ilegal de madeiras na região. Não acreditam que exista outro meio de se garantir a preservação cultural e ambiental dos indígenas e da natureza. Para eles, todas as famílias cadastradas tiveram acesso aos programas assistenciais de acordo com as necessidades observadas.

A FAEMA, por sua vez, durante o período da Operação, foi colocada como representante da causa do pequeno produtor. Para o presidente da Federação

a maioria dos movimentos sociais gerados por indígenas de uma forma geral – como, por exemplo, o fechamento de estradas, a retenção de pessoas em aldeias – ocorria porque a “FUNAI” deixava a desejar quanto aos direitos indígenas, e as reivindicações colocadas em pauta por eles normalmente voltam-se aos critérios saúde, educação, entre outros. Com base nesse discurso, o presidente afirmou, durante entrevista a esta pesquisa, em 2014, que em momentos atuais, o isolamento indígena que a FUNAI promoveu com a “desintrusão” não condizia com a realidade e nem com as necessidades destes povos. Quanto à situação da retirada de madeiras na região, afirmou que a maioria ocorria com o consentimento de indígenas que vivem no local, o que demonstrava, segundo seu argumento, a necessidade indígena de seguir o sistema mercadológico.

3.3 A “fala” dos Awá nas mídias

As matérias jornalísticas, pesquisadas neste estudo, que se dedicaram a demonstrar a maneira de falar e de se expressar do indígena Awá, resumiram-se a jornais exibidos pela televisão. Aliadas aos recursos midiáticos usualmente utilizados, como imagem, som, entre outros, tentaram transmitir a maneira de pensar do indígena e seu olhar, não sem enquadrá-la nos interesses envolvidos pela matéria. Ou seja, intencionava-se fazer o telespectador interpretar essa vivência de acordo com a posição que o jornal assumia em relação à situação dos Awá Guajá.

No jornal exibido pelo Fantástico (2015), por exemplo, aliados a sons que representavam medo e perigo, a jornalista tomou como exemplo um indígena que se refugiou em uma aldeia Awá que já havia abandonado o hábito nômade de vida. Segundo a narrativa, o indígena teria fugido da ação de madeireiros em área de preservação amazônica.

Durante a matéria, a própria jornalista se refere ao indígena na terceira pessoa, ao se comunicar com ele: “Ihoró teve medo?”²³, transmitindo assim a informação de que o indígena mencionado ainda não domina a língua portuguesa de maneira fluente, o que é confirmado pela própria resposta do indígena à pergunta feita: “Tem medo, medo. Ihoró tem medo”²³. Apesar de a matéria ter sido realizada em torno do indígena Ihoró, que falou apenas estas duas frases durante toda a reportagem, os outros recursos empregados pela matéria tentavam repassar a necessidade do

indígena pelo território de onde foi expulso, através da linguagem visual e auditiva. Foram exploradas, inclusive, diversas imagens que demonstram o cotidiano indígena e sua relação com a natureza.

O uso de imagens no processo comunicativo possibilita um entendimento imediato por parte do receptor, por vezes, dispensando palavras. Daí porque os jornais televisuais são bastante atrativos e eficientes no que diz respeito ao despertar de sentimentos no telespectador. A imagem representa uma forma de linguagem que pode ser compreendida por várias sociedades e interpretada sob vários paradigmas. Na matéria do Fantástico (2015), por exemplo, as imagens utilizadas nos permitem perceber o que, possivelmente, não seria notado em uma narração feita pela jornalista, ou mesmo em uma explicação dada pelo indígena, “facilitando” a comunicação entre este último e o público que recebe a informação.

Figura 4: Imagens que retratam cotidiano indígena, exibidas pelo Programa Fantástico.



Fonte: Programa Fantástico/Globo. Disponível, em forma de vídeo, em: www.g1.globo.com.

A linguagem não verbal é, portanto, uma forma de potencializar a comunicação humana, além de transmitir uma ideia ao público para que este relacione o conhecimento adquirido ao que já permeia em seu imaginário (PUGLIESE, 2010). Também pode facilitar a associação entre o que foi transmitido por linguagem verbal, funcionando, assim, como uma prova da “veracidade” das informações transmitidas.

Acontece que essas “verdades”, como já foi mencionado no capítulo 1,

compreendem signos que estão vinculados a valores, que normalmente se expressam na maneira como a imagem foi capturada, podendo, por isso, a mídia fazer uso dela de acordo com a reprodução que pretende transmitir. É algo semelhante ao que Albuquerque Júnior (2011) menciona ao analisar as diversas pinturas que retratam o nordeste brasileiro.

Eles fazem ver aquilo que a visibilidade comum torna invisível, em vez de serem representação de uma identidade, são invenção por meio da fratura, da quebra, de uma nova identidade, de uma nova forma de ver.

[...]. Os quadros são cintilações, iluminações, linhas de luz, cores, formas, que constroem um dado espaço pictórico para a região, que lhe atribui formas “verdadeiras e definitivas”; formas que lhe dão corpo e falam de sua alma. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 165 e 166).

O mesmo é válido para imagens transmitidas por fotografias, ou mesmo vídeos. No caso das matérias da imprensa oficial estudadas, os jornalistas, algumas vezes, apelaram a este tipo de linguagem não verbal para representar a “fala” dos indígenas Awá, uma vez que nem sempre se consegue estabelecer transmissão de significados quando se faz uso da linguagem verbal. Pode-se dizer que existe o risco, neste caso, de conduzir o telespectador à (re)produção elaborada pelo transmissor da mensagem. Na matéria do Maranhão Rural (2014), por exemplo, a linguagem verbal, por diversas vezes, não cumpriu seu objetivo, ou seja, apresentou dificuldades para estabelecer a comunicação entre o jornalista e o indígena entrevistado.

Repórter: Já veio alguém visitar vocês de helicóptero? Tuuum [*Faz sinal giratório com a mão*]. Que voa e isso para lá na aldeia? Veio alguém visitar aí?

Indígena Kauuí: Não.

Repórter: Nunca veio? Helicóptero... Uma aeronave... Não?

Indígena Kauuí: Ah, veio! Veio.

Repórter: Já veio?

Indígena Kauuí: Veio. É.

Repórter: Sempre vem? Não.

Indígena Kauuí: É.

Repórter: Pousa lá. Tsss....

Indígena Kauuí: Huhum. Desce.

Repórter: Naquela... Pousa lá no campinho de vocês.

Indígena Kauuí: É. Desce.

Repórter: Esse pessoal que vai lá visitar vocês, sempre trata bem vocês?

Indígena Kauuí [*depois de silêncio*]: Não conheço não.

Repórter: Não? [*Sorrir*].

Alguém da equipe jornalística: Ele não tá entendendo. (Entrevista com indígena Awá, Maranhão Rural, 2014).²¹

Observe que, algumas vezes, o indígena muda as respostas para a mesma pergunta.

Repórter: Cês plantam aí?
Indígena Kauuí: Não... (...).
Repórter: E aquelas plantações de mandiocas ali? Não são de vocês, não?
Indígena Kauuí: É nossa.
Repórter: É?
Indígena Kauuí: É.
Repórter: Cês pegam ela lá? Colhem?
Indígena Kauuí: Colher, planta, corta de facão... Planta. (...).
 [...].
Repórter: Vocês caçam, é... Coletam frutas, mas também plantam, né?
Indígena Kauuí: Não.
Repórter: Não?
Indígena Kauuí: Não.
Repórter: Só macaxeira, lá?
Indígena Kauuí: É.
Repórter: Tá certo.
Indígena Kauuí: Eu planto caju também.
Repórter: Caju? Manga?
Indígena Kauuí: É. (Entrevista com indígena Awá, Maranhão Rural, 2014).²¹

Desta forma, normalmente nesse tipo de material são utilizadas imagens que “facilitam” o entendimento que o público deve possuir sobre os indígenas, visto que em algumas reportagens poderia haver interpretações diferentes em relação às entrevistas realizadas a estes personagens.

Durante a entrevista, o repórter do Maranhão Rural (2014) tenta demonstrar ao público que os indígenas também realizam plantações dentro de seus territórios, bem como demonstrar que a situação de contato modificou a realidade destes povos. Ao perguntar pela forma como se vestem os Awá, o repórter tenta através deles, confirmar a informação dada pelos agricultores na reportagem exibida em março de 2014, e também a visão que os representantes da FAEMA possuem em relação aos indígenas. Isto é, a forma como estão “adaptados” à sociedade brasileira que, segundo o pensamento destes segmentos, não condiz com a necessidade de delimitação territorial.

Repórter: Vocês todos já se vestem lá na aldeia?
Indígena Kauuí: Tem.
Repórter: Todo mundo fica vestido?
Indígena Kauuí: Todo mundo fica vestido.
Repórter: Vocês não ficam... Não fica mais ninguém sem roupa lá?
Indígena Kauuí: Não.
Repórter: Tem alguma tribo de vocês que fica sem roupa?

Indígena Kauuí: Não.
Repórter: Lá dos Awá Guajá?
Indígena Kauuí: Huhum.
Repórter: Todos já ficam vestidos?
Indígena Kauuí: É.
 (...).
Repórter [*para indígena Yomar*]: Tá gripado?
Indígena Kauuí: É. Não, todo mundo tá gripado lá.
Repórter: Lá, é?
Indígena Kauuí: É.
Repórter: Cês todos estão gripados?
Indígena Kauuí: É.
Repórter: Já tomou remédio?
Indígena Kauuí: Chegou ontem pra cá.
Repórter: Foi, né?
Indígena Kauuí: É.
Repórter: Ontem que chegou o remédio?
Indígena Kauuí: É.
Repórter: Cês já começaram a tomar os remédios?
Indígena Kauuí: Tomando.
Repórter: É vitamina C?
Indígena Kauuí: É. (Entrevista com indígena Awá, Maranhão Rural, 2014).²¹

De certa forma, a própria reportagem acabou exibindo os problemas enfrentados pelos Awá devido o contato interétnico, como por exemplo, a situação de saúde em que se encontravam todos gripados. Fato provocado pela situação de contato e que, portanto, reforça a necessidade indígena quanto ao cumprimento de seus direitos territoriais.

4 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO AWÁ-GUAJÁ: OLHAR POLÍTICO x REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICO-SOCIAIS

Desde os anos 60, a mídia tem sido alvo de estudos que tentam analisar a representação que olhares midiáticos exercem relativa a grupos sociais, ou seja, a maneira como algumas minorias sociais são enxergadas pela mídia acabou despertando a atenção de estudiosos. Esta preocupação surgiu paralelamente à emergência de movimentos sociais que se preocupavam em reafirmar identidades de grupos socialmente considerados oprimidos pelo poder dominante. A cultura da mídia foi enxergada, por este período, como responsável pela consolidação de modelos sociais, já que divulgava ao público sua própria interpretação do que seria aceitável ou não, de acordo com a maneira que transmitia a mensagem.

Assim, ao construir representações, ela estaria voltada a vários sistemas simbólicos que produzem respostas a questionamentos básicos de identificação, não apenas sobre o que os indivíduos pensam sobre si, mas principalmente que imagem elaboram sobre o “outro” a partir do momento em que a cultura midiática lhe fornece informações sobre tal grupo ou indivíduo. Passou-se a entender, a partir da emergência dos referidos movimentos, que a marginalização de determinados grupos sociais estava estritamente ligada às representações desfavoráveis que eram transmitidas, por vezes, através de meios de comunicação de massa. Logo, seriam produzidos “estereótipos” que repercutiriam no processamento de informações, consolidando-se em interpretações que legitimavam a desigualdade social. É importante, contudo atentar ao fato de que todo “estereótipo” corresponde a uma forma de representação, porém nem toda representação define-se como “estereótipo”.

Na verdade, as representações atuam como formas de pensamentos que são produzidas e compartilhadas socialmente, a fim de facilitar o processo de comunicação entre os agentes sociais. Apesar de ser um elemento de estudo do campo da Psicologia Social, não se descarta seu uso nas demais Ciências Humanas, uma vez que ultrapassa o campo da cognição para se inserir em um contexto estritamente social. Spink (1993), na tentativa de explicar como as “representações” atuam no campo do conhecimento recorre ao dicionário para explicar que as representações constituem formas de apreensões da realidade,

sendo, por isso, envolvidas por pensamentos ideológicos, e, por vezes, pensamentos de cunho prático:

Num primeiro sentido, representação é o “*conteúdo concreto apreendido pelos sentidos, pela imaginação, pela memória ou pelo pensamento*”; é, em síntese, a “*reprodução daquilo que se pensa*” (Ferreira, 1975). Nesta definição, a ênfase situa-se na **natureza do conhecimento**, na possibilidade mesmo do conhecimento e na apreensão da realidade. Esta vertente nos remete aos estudos clássicos sobre ideologia e às brechas irreparáveis introduzidas aí pelo historicismo, pelo relativismo cultural e pela arqueologia foucaultiana, que abrem caminho para o paradigma construtivista.

As representações sociais, sendo definidas como formas de conhecimento prático, inserem-se mais especificamente entre as correntes que estudam o conhecimento do senso comum. Tal privilégio já pressupõe uma ruptura com as vertentes clássicas das teorias do conhecimento, uma vez que estas abordam o conhecimento como saber formalizado, isto é, focalizam o saber que já transpõe o limiar epistemológico, sendo constituídas por conjuntos de enunciados que definem normas de verificação e coerência. Em nítido contraste, as correntes que se debruçam sobre os saberes enquanto saberes, quer formalizados ou não, procuram superar a clivagem entre ciência e senso comum, tratando ambas as manifestações como construções sociais sujeitas às determinações sócio-históricas de épocas específicas. (SPINK, 1993, p. 302).

Isto significa que, embora as representações sejam iniciadas sob a perspectiva natural do ser humano de decifrar a realidade que está diante de si, na verdade este constitui um dos motivadores das dinâmicas sociais, acabando assim com a visão negativa que se faz do “senso comum” e colocando-o no patamar de “conhecimento legítimo e motor das transformações sociais” (SPINK, 1993, p. 302). Acontece que não se pode descartar a ideia de que o senso comum também trabalha na construção da realidade social. Muito menos, que tal realidade encontra-se inserida em um contexto histórico e social, não podendo ser o ser humano independente no seu ato de “representar”. Ou seja, ao mesmo tempo em que influencia as transformações do meio no qual está inserido, também sofre influências do tal meio.

Dois aspectos são particularmente relevantes neste segundo eixo do campo dos estudos das representações sociais. Em primeiro lugar, o posicionamento sobre a relação indivíduo-sociedade, que foge tanto ao determinismo social – onde o homem é produto da sociedade – quanto ao voluntarismo puro, que vê o sujeito como livre agente. Busca um posicionamento mais integrador que, embora situando um homem no processo histórico, abre lugar para as forças criativas da subjetividade. Em segundo lugar, ao abrir espaço para a subjetividade, traz para o centro da discussão a questão do afeto: as representações não são, assim, meras expressões cognitivas; são permeadas, também, pelo afeto. (SPINK, 1993, p. 304).

Por isso, normalmente utiliza-se a expressão “construção social” como designativa de “representação social”, uma vez que se trata basicamente da maneira como o sujeito interpreta a “realidade” à sua volta. Por isso, a autora acima citada afirma que a subjetividade está associada à prática de construção da realidade, já que esta não pode ser acessada pelo indivíduo sem que antes passe pelo campo da interpretação, que, por sua vez, é influenciada pela historicidade e pela subjetividade. Daí porque a representação constitui, embora tenha surgido na Sociologia, um campo de estudo da Psicologia social, caracterizada assim por Spink (1993) como uma “abordagem psicossocial”.

Para Alexandre (2004) o conceito de representação social encontra-se “nas fronteiras entre a sociologia e a psicologia.” Isto porque Durkheim (2001) abordou em seus estudos sobre coletividade a expressão “representação coletiva” que designava a forma de pensar do ser humano como um produto social. Ou seja, a vida social seria o principal influenciador do conhecimento humano. Seria, portanto, a sociedade o elemento formador da individualidade. O autor interpreta o pensamento de Durkheim (2001) da seguinte forma:

Para o sociólogo, a individualidade humana se constitui a partir da sociedade. A “representação coletiva”, segundo Durkheim, não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade, mas são, mais do que isso, um novo conhecimento é formado, que supera a soma dos indivíduos e favorece uma recriação do coletivo. Uma função primordial da “representação coletiva” seria a transmissão da herança coletiva dos antepassados, que acrescentariam às experiências individuais tudo que a sociedade acumulou de sabedoria e ciência ao passar dos anos. (ALEXANDRE, 2004, p. 131).

É interessante observar também o aspecto flexível das representações sociais. Se baseadas no contexto social e histórico onde estão inseridas e, visto que tais contextos são permanentemente dinâmicos, é natural que as representações sociais sejam alteradas de acordo com as dinâmicas sociais. Talvez neste sentido, Moscovici (1978) atenta para o fato de que, na verdade, as representações sociais não são estáticas, havendo uma troca concomitante entre indivíduo e sociedade. Ou seja, o indivíduo não somente cria a sociedade, como também é criado por ela.

Assim, o processo de comunicação humana é facilitado, na medida em que representações são criadas em um contexto social e compartilhadas pelo grupo fazendo com que exista uma “realidade comum” aos indivíduos do grupo social.

Acontece, contudo, que a “realidade” é relativa, mudando de acordo com o contexto histórico e cultural de cada sociedade.

Para Spink (1993), as representações são constituídas tanto de conteúdos relativamente estáveis, como conteúdos mais dinâmicos, sendo aqueles apresentados pelo que se entende como “imaginário social”, já que, para a autora, é um conteúdo cujo alcance histórico é mais longo. O imaginário social nada mais é, segundo esta linha de raciocínio, do que a representação social da realidade ao longo da história da sociedade em questão, ou seja, da sociedade na qual o ser humano encara como sendo sua realidade e, no próprio ato de cognição, passa a construir significados relacionados a ela.

O imaginário social seria, assim, o conjunto cumulativo das produções culturais que circulam numa determinada sociedade sob formas as mais variadas: iconografia, literatura, canções, provérbios, mitos. Estas produções são filtradas pelas representações hegemônicas constitutivas da epistème (Foucault, 1987), ou visão de mundo, de uma determinada época histórica. São, ainda, reinterpretadas pelo grupo, ou, mais especificamente, pelo habitus, entendido, conforme definido por Bourdieu (1983), como disposições adquiridas em função de se pertencer a determinados grupos sociais.

Entretanto, as representações sociais não são meras (re)combinações de conteúdos arcaicos sob pressão das forças do grupo. Elas são também alimentadas pelos produtos da ciência, que circulam publicamente através da mídia e das inúmeras versões populares destes produtos. (SPINK, 1993, p. 305).

Assim como a representação social, o imaginário social também é produzido coletivamente. Segundo Moraes (2002),

A rede imaginária possibilita-nos observar a vitalidade histórica das criações dos sujeitos — isto é, o uso social das representações e das idéias. Os símbolos revelam o que está por trás da organização da sociedade e da própria compreensão da história humana.

(...).

O itinerário simbólico para a construção do imaginário social depende, portanto, do fluxo comunicacional entre o emissor (que irradia uma concepção de mundo integrada a seus objetivos estratégicos) e o receptor (que a decodifica ou não). São pólos inseparáveis do circuito estruturador dos sentidos. (MORAES, 2002, s/p).

Alguns autores, como Baczko (1984), por exemplo, acreditam que o imaginário social pode ser utilizado como um elemento para se conquistar o poder. É o que acontece com a esfera política que, segundo o autor, costuma fazer uso das representações coletivas para obter legitimação em seu ato. Afirmo ainda que isto

ocorre da mesma forma como acontece ao relacionarmos imaginário social com religiosidade humana. Ou seja, ao longo da história humana, por exemplo, utilizou-se o “sagrado” como elemento legitimador de oligarquias sociais no poder, despertando, no imaginário social, justificativas quanto à ordem social estabelecida, bem como as diferenças sociais existentes.

Desta forma, o imaginário social, apesar de ser uma forma de representação, superaria aspectos referentes à apreensão da realidade, sendo constituído, além disso, por conflitos próprios da esfera social do qual faz parte. Assim, a maneira como cada sociedade se identifica em determinado período histórico depende do imaginário que ela criou sobre si durante este tempo.

Campos de conhecimento que se dedicam ao estudo da interação do indivíduo com a sociedade, como a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia Social, foram os principais desenvolvedores de estudos relacionados ao imaginário social, a partir do século XIX. Bastante complexo de se explicar, alguns autores, como Durkheim (2001), por exemplo, teorizavam o imaginário social como um produto da sociedade, ou seja, estaria mais atrelada à “consciência coletiva” que seria útil à organização do meio social. Porém Baczko (1984), não acredita que associar o “social” ao “imaginário” seria suficiente para explicar a complexidade do termo, uma vez que o imaginário social pode ser renovado e apreendido de diversas formas dependendo da sociedade e do momento histórico em que ela se encontra.

Para Baczko (1984), o imaginário social também seria responsável pela criação de uma identidade coletiva. Ou seja, produziria vários campos de referências coletivas que acabariam por estabelecer diferenças capazes de identificar quem faria parte de determinado grupo social e quem seria o “outro”. Daí porque o autor considera que alguns elementos, como conflitos e divisões, fazem parte do imaginário social. Apesar disso, o imaginário social existe para regular a vida em sociedade, sendo por isso inerente a toda e qualquer forma de organização social.

Ainda segundo o autor, seria através da construção do discurso que o imaginário social poderia ser compartilhado e, em vista disso, os meios de comunicação seriam essenciais na concretização deste ato. Eles poderiam facilitar assim, segundo o autor, o processo de legitimação do poder, já que este se apoia no imaginário social para consolidar-se.

Observe que existe certa semelhança entre o que os autores costumam definir como “imaginário social” e o que costumam designar como sendo

“estereótipos”. Estes últimos “atuam como uma forma de impor um sentido de organização ao mundo social” (FREIRE FILHO, HERSCHMANN e PAIVA, p. 3, 2004). Isto significa que, na verdade, os “estereótipos” estariam vinculados à crença sobre uma visão categorizada de determinado grupo social, por exemplo. Ou seja, compreende basicamente a ideia de que um conceito pré-concebido seja verdadeiro.

Para os estudos elaborados a partir da década de 60, sobre a maneira como a mídia representava as minorias até então com vozes abafadas diante do sistema dominante, a possibilidade da existência de “estereótipos” em seu discurso poderia corromper o andamento do processo democrático, uma vez que os “estereótipos”, por criação, já corresponderiam a maneiras de pensar resistentes à flexibilidade. Assim, seriam coibidas as variedades e multiplicidades em detrimento de uma característica genérica. É o que aconteceu, por exemplo, em relação aos indígenas presentes no Brasil no período colonial, como foi mencionado no primeiro capítulo deste estudo. É este tipo de pensamento que trabalha na construção parcial ou equivocada da realidade em relação ao “outro”, estimulando a divisão que compõe a “organização” social e reforçando a ideia de construção de uma “comunidade imaginária”, tal como aconteceu na construção dos Estados Nacionais, também mencionado no primeiro capítulo, onde, segundo Anderson (2008), o sentimento de nacionalismo é reforçado pelo pensamento de pertencimento.

Acontece, contudo, que essa diferenciação não se limita a excluir territorialmente, no caso do grupo indígena estudado, os indivíduos considerados “diferentes”, porém se refaz a cada grupo, onde é rejeitado aquele indivíduo que se acredita não enquadrar os mesmos caracteres ideologicamente considerados como padrões. Não passam, contudo, de construções simbólicas socialmente utilizadas para marginalizar grupos minoritários através da legitimação do poder dominante que tenta impor sua visão de mundo “naturalmente”. Tais concepções e ideias ficam ameaçadas, contudo, quando se faz perceptível o clima de tensão social, na verdade sempre existente, porém camuflados ou perceptíveis de acordo com a maneira como é repassado para a sociedade. Na maioria das vezes, o canal mais utilizado para se definir o que deve ou não ser objeto de preocupação são os meios de comunicação de massa. Normalmente, já carregam uma decisão sobre o que deve ser considerado como ameaça social, e trabalham essa decisão na construção de opiniões públicas.

A opinião corresponde sempre a um juízo formulado a respeito de qualquer facto e a sua dimensão pública surge quando essa opinião é partilhada com um vasto número de indivíduos a tal ponto que, a observação emitida poderia ser de qualquer um deles. Naturalmente que esta definição é demasiado simplista e meramente introdutória, não fosse a complexidade do tema indestrinçável da teia social e do processo comunicativo. (SENA, 2007, p. 270).

Segundo Sena (2007), a opinião pública é o que sustenta a democracia, constituindo uma espécie de força que normalmente é utilizada para justificar atitudes coletivas que se baseiam em uma forma de pensar compartilhada por todos os integrantes do grupo. Quando se iniciaram estudos que tentassem explicar essa força coletiva baseada na opinião pública, a partir do século XVIII, o conceito acabou se desenhando sobre várias perspectivas, muito embora acabasse culminando em um ponto comum. Talvez a dificuldade em se encontrar uma definição comum estivesse no fato de que a expressão “opinião pública” agregasse em si duas palavras que de certa forma, são antagônicas, uma vez que “opinião” remete a algo pessoal e “público” remete a algo compartilhado, posicionando-se “em simultâneo, aos níveis individual e coletivo” (BORGES, 2014, p. 87).

Contudo, a generalidade dos autores concorda que a opinião pública se relaciona a ascensão da classe média, a difusão e desenvolvimento de instituições democráticas, o aumento considerável de taxas de alfabetização e literacia e, obviamente, o lugar cada vez mais destacado dos meios de comunicação. (SENA, 2007, p. 272).

Basicamente, o que se pode observar com a afirmação da autora é que a opinião pública se forma a partir de uma construção educacional, quando houve o acesso aos meios de informações por parte de setores da sociedade que embora constituíssem maioria populacional, encontravam-se à margem de conhecimentos relacionados à organização social. Daí porque os meios de comunicação de massa estão inseridos neste processo “educacional” que trabalha na construção de opiniões públicas.

Não por acaso, a partir do século XX, alguns estudos começaram a se desenvolver em torno de questões relacionadas à atuação da mídia e sua influência na vida das pessoas. Segundo Sena (2007) os estudos contemporâneos que também se interessam por esta problemática, sempre citam a presença dos *media* no processo de formação da opinião pública. Isto porque embora eles trabalhem na seleção de acontecimentos que serão transformados em notícias, não se pode

descuidar do fato de que não é com “neutralidade” que este processo se realiza, uma vez que sofre interferências relacionadas ao seu encaixamento na estrutura física e na concepção ideológica do jornal, por exemplo, caso este seja o meio de comunicação em questão.

O questionar o espaço público e a formação da opinião pública como estandartes de um sistema político aberto e flexível, que introduz informação e canais de comunicação com a mesma facilidade com que antes se instituíam esporas e amarras, permite que nos antecipemos a pensar sobre os acontecimentos públicos, sobre as mensagens veiculadas pelos media e que recebemos diariamente como realidade endógena do próprio processo de mediatização. Muitos desses acontecimentos não existiriam sem a componente afecta ao seu encaixe público. A sua publicitação é que torna o assunto uma entidade identificável no espaço público que conduz à formação de uma opinião igualmente pública. (SENA, 2007, p. 273).

Isto não significa, contudo, que os meios de comunicação de massa estejam agindo desfavoravelmente na sociedade. Pelo contrário, basicamente as transformações ocorridas na organização social a partir do século XIX exigiam que houvesse novas formas de comunicação, dada a complexidade social provocada principalmente pelas revoluções tecnológicas e explosão demográfica.

A história da opinião pública evoluiu a par das diversas técnicas de comunicação. A emancipação de uma opinião pública – à semelhança da comunicação de massa – pressupõe a urbanização massiva, fenómeno que ocorre especialmente ao longo do século XIX, graças à Revolução Industrial, dificultando que as pessoas se comuniquem directamente. As crises político-sociais, o aparecimento do mercado, a dissociação do poder estatal do poder clerical, a própria explosão demográfica nunca vista e a individualização crescente e moderna traduziu em pouco tempo uma transformação na natureza das organizações colectivas. O quadro comunicacional exige agora uma adaptação a este tipo de sociedade, cuja estruturação difere da antiga forma comunitária. (...).

Desse modo, percebe-se que o indivíduo desta sociedade moderna não tem o seu percurso assegurado pela tradição, mas sim pela integração espontânea na diversidade de formas colectivas de agrupamento. Por consequência, a necessidade de intermediários para que haja comunicação efectiva entre os diversos agrupamentos implica que se criem meios cada vez mais sofisticados de “distribuir” informação. (SENA, 2007, p. 274).

Assim, a atuação dos meios de comunicação não apenas facilitou o processo de comunicação, como também abriu acesso à participação popular quanto a assuntos políticos e sociais. Agora, mais informada, a população poderia intervir nos sistemas políticos, caso fizesse valer a opinião pública. Motivo porque algumas concepções consideram a opinião pública como um instrumento de controle

social, principalmente em análises republicanas como bem explica Borges (2014), ao afirmar que “A concepção republicana da opinião como expressão da ‘vontade geral’ (volonté générale) - que ‘não olha a outra coisa que não seja o bem comum’- tem uma dupla função: legislativa e de controlo social.” (BORGES, 2014, p. 90).

Não por acaso, alguns autores, como é o caso de Bourdieu (1983), por exemplo, já citado no segundo capítulo, não acreditavam na existência de uma opinião pública, afirmando que, na verdade, não existe como igualar opiniões levando em consideração que os valores em cada opinião são diferentes, bem como nem todo mundo consegue produzi-la, ou, ainda, que as pesquisas utilizadas para convencimento de que a opinião pública existe se esquecem de que o nível de interesse relacionado a temas diversos são diferentes. Essa ideia também é reforçada por Figueiredo e Cervellini (1995):

Certamente o senso comum associa mais freqüentemente a idéia de opinião pública aos resultados das pesquisas, provavelmente porque essa é sua forma concreta mais óbvia e mais divulgada nos dias de hoje. Mas além do público em geral, muitos analistas preferem compreender a opinião pública como o resultado que se verifica nas pesquisas. Essa identificação traz vários problemas, muito bem expostos em um texto de Bernard Manin, “Le concept d'opinion publique.” (FIGUEIREDO; CERVELLINI, 1995, p. 175).

O fato é que a definição do que possa significar a “opinião pública” não encontrou em torno de seus debates algum consenso teórico que pudesse satisfazer os autores que se dedicavam a estudá-la. Isto porque existem elementos diferenciais que estão no âmbito subjetivo dos indivíduos que se constituem como participantes da formação da opinião pública. Por isso, Figueiredo e Cervellini (1995) acreditam que a melhor maneira de se definir o que possa ser de fato a opinião pública é levando em consideração a pluralidade existente no ato de formação desse tipo de opinião. Isso significa que se deve acreditar na existência, não apenas de uma, mas de vários tipos de opinião pública.

Retomando essas críticas, podemos dizer que parte dos problemas da definição de opinião pública são realmente consequência de sua identificação com as pesquisas: o peso de cada indivíduo, a espontaneidade, a deliberação. Para evitar isso, pretendemos, seguindo a sugestão de Manin, conceber a opinião pública levando em conta a sua pluralidade. Segundo essa idéia, não existe uma, mas várias maneiras de identificar os fenômenos de opinião pública. Faria sentido falar em “opiniões públicas”. Assim, “a” opinião pública se expressa através dos grupos organizados, das manifestações mais ou menos espontâneas, das

pesquisas, das eleições, dos comícios, das discussões em reuniões sociais, dos meios de comunicação etc. Nesse sentido, a opinião pública não designa apenas uma coisa, mas várias. Isso porque a coletividade também não tem uma única forma de se manifestar, mas diversas. (FIGUEIREDO; CERVELINI, 1995, p. 177).

Entretanto, essa opinião não se forma apenas com base na exposição do indivíduo em relação aos meios de comunicação de massa. Não se pode ignorar que outros fatores, seja sociológicos, históricos, sociais, entre outros, também contribuem nesse processo de formação de uma opinião pública. Além disso, as opiniões públicas, desde o início de seus estudos, podem ser observadas como instrumentos que são ligados à ação de representantes, visto que “na Europa do século XIX, a opinião pública era sinónimo de opiniões expressas pelos representantes políticos do eleitorado, pelos jornais e pelos membros ou organizações preeminentes da classe média.” (SENA, 2007, p. 278).

Isso significa que os meios de comunicação de massa não atuariam com exclusividade neste ramo de formação de opiniões. Tão pouco, que seriam os únicos responsáveis pela divulgação e implantação de maneiras de se pensar socialmente ou que se consolidaram em ameaça por divulgar alguns “estereótipos” que são produzidos no ato de elaboração da informação. Pelo contrário, observa-se, atualmente, que os meios de comunicação de massa têm aberto espaço para a desestruturação de ideias que até algum tempo atrás permaneciam incrustadas no pensamento social, através principalmente do que hoje se denomina de “convergência midiática”, que nada mais é do que a tendência de os meios de comunicação utilizar a tecnologia em seu benefício, como acontece, por exemplo, com o uso da internet. Segundo Squirra (2013) “a evolução tecnológica faz com que aparatos digitais materializem conteúdos em telas híbridas, e as convergências midiáticas permitem a produção de mensagens por outros autores, antes consumidores de notícias.” (SQUIRRA, 2013, p. 9).

Com isso, pode-se dizer que, muito embora ainda exista contribuição dos meios de comunicação de massa na implantação de referências a serem tomadas para a formulação de conceitos que acabam se cristalizando na sociedade, essa ideia tem sido questionada devido a maior participação do público na formulação de representações sociais. Há, entretanto, alguns elementos presentes no meio jornalístico, que insistem como estratégias de “convencimento”, como é o

caso da repetição em excesso de determinado assunto, que acaba induzindo a sociedade a caracterizá-lo como relevante em meio aos demais acontecimentos.

Tais estratégias, a despeito das mudanças que se fazem no meio midiático, advindas principalmente da convergência, ainda materializam-se em “estereótipos”. Termo que segundo Freire (2005), começou a ser alvo de estudo pelas Ciências Sociais a partir da década de 1920. Consiste, basicamente, em uma maneira inicial de se representar fenômenos, situações e personagens sociais, a fim de promover uma ordem em meio a dinâmica a que o indivíduo é submetido no meio social. Trata-se, segundo os estudos iniciais produzidos nesta década, de um trabalho cognitivo próprio do ser humano, e que pode ser reforçado e utilizado pelos meios de comunicação de massa, de acordo com as intenções de quem se encontra por trás deste sistema.

Isto não significa, contudo, que “estereotipar” seja uma ação necessária ao indivíduo para firmar-se socialmente, uma vez que caracterizá-la assim é o mesmo que admitir que construções parciais e normalmente inadequadas devam ser aceitas como “normais” no meio social. Ao contrário, exatamente por se apresentarem resistentes a mudanças, barram o andamento do processo democrático, já que não se encontram desvinculadas do campo sócio-político. Assim, tornam-se inflexíveis e são grandes responsáveis por conflitos sociais, gerados principalmente pela tentativa de impor um pensamento na apreensão da realidade que, por vezes, ignora a multiplicidade presente na organização social e naturaliza representações, geralmente impostas pelas formas dominantes de poder.

A mídia, de certa forma, acaba tendo parcela de reponsabilidade pelo despertar de inquietações na sociedade. Alguns sentimentos de medo, apreensões, acomodações, entre outros, são construídos pela maneira como enfatiza ou despreza determinadas informações. Isto não significa, contudo, que tais acontecimentos noticiados deixariam de existir ou ter sua importância social, caso a mídia deixasse de demonstrá-los, porém o alvoroço na sociedade relacionado a determinado fenômeno pode ser, na maioria das vezes, uma consequência da maneira como ela transmite o que deve ser falado. O problema, no entanto, não se encontra no que diz respeito às inquietações da sociedade em relação à informação recebida através do meio de comunicação de massa, mas no fato de que tais meios podem controlar o que deve ou não virar motivo de preocupação social.

4.1 Análise do discurso midiático sobre a “desintrusão” da Terra Indígena Awá Guajá: estratégias teóricas de captação de dados e confronto de percepções

Levando em consideração que o discurso expressa as relações de poder existentes na sociedade, e que por si próprio já constitui a expressão de conflitos sociais, esta parte do estudo adota a ideia que Pierre Bourdieu (1994) desenvolve sobre análise do discurso. Segundo o autor, o próprio discurso está carregado de ideologias que, para ele, são representações de mundo presentes na consciência exterior do indivíduo. Pode-se dizer que, apesar de se pensar o discurso associado às relações de poder, deve-se considerá-lo não apenas como reprodutor delas, mas também como transformador, a partir da manifestação de resistência que também se pode encontrar inserida na produção do discurso. Isso pode ser claramente observado na (re)produção que a mídia fez da “desintrusão” da Terra Indígena Awá Guajá. Mas, primeiramente, vejamos a maneira como a mídia trabalha na (re)produção de dados.

Uma das formas midiáticas de se construir representações sobre o que se dispõe a transmitir é, certamente, a produção de consenso sobre o que se pretende impor como “motivo de preocupação social”. São utilizadas como estratégias metodológicas diversas fontes “esclarecedoras” que, embora úteis em se tratando de situar quem receberá a informação, dependendo da forma como são empregadas podem agir em prol ou contra o cerne das questões levantadas. Além disso, são ignorados aspectos históricos da compreensão social, o que dificulta o esclarecimento de questões que fundamentam todo o contexto atual. Ou seja, não é estabelecido nenhum vínculo entre o passado e o presente que justifiquem as mudanças sociais que se presencia no momento.

Se ignorássemos, porventura, a situação histórica dos principais sujeitos que permeiam o estudo desta pesquisa, seria em vão, por exemplo, a compreensão das reproduções midiáticas, que apresentam sua contribuição na construção de representações originadas a partir de estereótipos. Eles estão, certamente, enraizados em situações passadas de desenvolvimento do olhar relacionado ao “outro”, e que, por ser resistente a mudanças, acaba atravessando anos de dinâmicas sociais. Isto explica porque a despeito de modificações políticas, sociais, etc., alguns conceitos e percepções continuam imutáveis com o passar do tempo,

fato que pode ser observado nitidamente em algumas reportagens jornalísticas. Acreditar, por exemplo, que a terra indígena possui uma área muito extensa para a quantidade de indígenas que habitam nela, como pode ser observado em alguns depoimentos jornalísticos citados no segundo capítulo, é reproduzir o que aconteceu no período colonial, quando os portugueses tomaram posse das terras que eram habitadas por indígenas porque de acordo com suas concepções de vida não eram aproveitadas de forma produtiva, fato já visto no primeiro capítulo.

Pode-se observar, contudo a importância deste tipo de matéria, não no conteúdo informativo que cada uma delas carrega, que na verdade acaba sendo de certo modo superficial e incompleto. Mas são, indubitavelmente, documentos essenciais no estudo de como algumas formas equivocadas de se pensar resistem e continuam atuando fortemente. E mais: são reforçadas e incentivadas por alguns discursos midiáticos.

Além disso, é interessante perceber que a notícia exibida por um jornal impresso, um veículo de transmissão auditivo ou auditivo e visual, ou mesmo através de páginas da web, não esgotam o acontecimento em sua produção. Motivo porque seria exagero deste estudo designar a mídia como o único fator determinante sobre algumas concepções que circulam no meio social. Existe, na verdade, um sistema complexo de transmissão da notícia e seus efeitos sobre o público que, por vezes, acaba atingindo o próprio sistema de comunicação.

Segundo Daltoé (2004),

(...).os meios noticiosos conferem notoriedade pública a determinadas ocorrências, idéias e temáticas, democratizando o acesso às (representações das) mesmas e tornando habitual o seu 'consumo'. Os meios jornalísticos contribuem ainda para que a esses fatos, idéias e temáticas sejam atribuídos determinados sentidos (embora a legitimação última de sentido dependa, como é amplamente sabido, do receptor e das várias mediações sociais). Ainda que possam funcionar também como intermediadores de debates, já que, em alguns casos, permitem a interatividade ao receptor (por exemplo, através das cartas ao leitor - em determinados jornais - e de fóruns de discussão - em alguns portais de notícias), podemos dizer que os meios jornalísticos funcionam, pelo menos em certas circunstâncias, como agentes de vigilância e controle, embora dentro de certos limites. Entendemos, portanto, que os meios jornalísticos são - no mínimo potencialmente - um instrumento vital de troca de informações e de estimulação da cidadania, em que o jornalista assume - ou deveria assumir - um papel essencial, também de mediador. (DALTOÉ, 2004, p.1).

A autora acima mencionada analisa o processo de seleção de acontecimentos para serem transformados em notícias levando em consideração algumas teorias empregadas por jornalistas. Para isso, alguns elementos perfazem este processo de seleção como, por exemplo, a estrutura física em que é organizado o jornal, ou seja, a maneira como as notícias se dispõem no jornal impresso, bem como a estrutura ideológica em que o jornal é organizado, ou seja, a notícia tem que ser elaborada de acordo como a ideologia seguida pelo jornal.

O editor sempre precisa saber o que tem de novo no mundo que caiba (nos dois sentidos) no jornal, que conquiste leitores e não se confronte com os que o mantêm economicamente. A notícia vai além de traduzir o mundo, ela faz, também, circular os acontecimentos, mas acaba, nessa perspectiva, publicizando apenas o real que deseja. (DALTOÉ, 2004, p.2).

O fato é que o processo de transformação de um acontecimento em notícia não está necessariamente atrelado à importância do acontecimento em si. Determinados acontecimentos são julgados mais importantes do que outros pela maneira como chegam ao conhecimento do público. Basicamente lhe é apresentado aquilo que Daltoé (2004) denomina de “menu seletivo”, isto é, o que deve ser objeto de discussão social é apresentado ao público pela mídia. Mais uma vez, trata-se do que Charaudeau (2013), autor já citado anteriormente, menciona sobre o ato de seleção que, na verdade, acaba também sendo um ato de exclusão, pois quando selecionamos algo, automaticamente deixamos em segundo plano, ou até mesmo em esquecimento, outra coisa. Assim, “(...) algumas notícias são tratadas detalhadamente, outras merecem uma supérflua atenção e outras são ignoradas.” (DE GEORGE, 1981, p. 220).

Isso não significa, contudo, que os jornalistas são os únicos responsáveis pela designação do que é importante ou não para ser discutido socialmente. Segundo Daltoé (2004) a importância do acontecimento encontra-se, a princípio, no próprio acontecimento. Ou seja, constituem “a fonte primária de todo trabalho informativo”. (DALTOÉ, 2004, p. 3). A partir daí, a importância que será dada ao acontecimento dependerá daqueles dois elementos já mencionados anteriormente: a relação ideológica com o jornal e a adequação à estrutura física do jornal. Eis, portanto, como um acontecimento se transforma em notícia.

As próprias teorias que tratam de comunicação discutem bastante estes elementos que fazem parte do cotidiano midiático. Termos como *media*, *mass*

media, agenda setting (WOLF, 2003), entre outros são comumente tratados como elementos próprios do conhecimento midiático. Basicamente, antes de chegar ao público, isto é, antes que o acontecimento vire notícia, existe um filtro bem seletivo de ideias. O jornalismo não se trata apenas de um serviço informativo, nem tão pouco de um negócio econômico. Mas existe uma teia de relações, cujo estudo é mais complexo que a presente análise.

Na produção de notícias, temos, por um lado, a cultura profissional; e, por outro, as restrições ligadas à organização do trabalho, sobre as quais são criadas convenções profissionais que definem a notícia e legitimam o processo produtivo, desde a captação do acontecimento, passando pela produção, edição até a apresentação. Resultado: estabelece-se assim um conjunto de critérios de relevância que definem a noticiabilidade de cada acontecimento. Ou seja, a sua capacidade para ser transformado em notícia.

(...).

Em outras palavras, a noticiabilidade está diretamente relacionada com os processos de rotinização e standardização das práticas produtivas. Logo, trata-se de introduzir práticas produtivas estáveis, numa 'matéria-prima' (os fatos que acontecem no mundo), que é por natureza muito variável e difícil de se prever. O conjunto de fatores que determina a noticiabilidade dos acontecimentos assegura a cobertura jornalística diariamente, mas torna difícil o aprofundamento de muitos aspectos importantes dos fatos que viram notícia, que são deixados de lado. (DALTOÉ, 2004, p. 5 e 6).

Além disso, utilizam-se bastante no meio jornalístico a "sensacionalização" dos conteúdos, que são enfatizados como principal elemento para se definir o que pode ser considerado prioridade em uma situação social ou não. Isto é, colocam-se dados numéricos para expressar a necessidade disto ou daquilo, e se esquecem de outros paradigmas que podem também ser influentes na resolução de determinado problema. Um exemplo disto é a matéria realizada pelo jornal "Mercado e Companhia", citado no segundo capítulo, que tenta convencer o telespectador de que existe incoerência entre o tamanho da área definida como Terra Indígena e a quantidade de indígenas que habitam nela. É desconsiderada pelo apresentador do telejornal a maneira como cada sociedade faz uso do território, que na verdade influi em formas diferentes de necessidades. Assim, o apresentador do telejornal acaba exibindo a própria concepção do que significa "necessidade" e se esquece de que esta concepção pode variar de acordo com cada sociedade. Limita a questão apenas ao seu campo de conhecimento.

A renovação da teoria de territorialidade na antropologia tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” (...). O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. (LITTLE, 2002, p. 3 e 4).

Desta forma, são criadas representações que estabelecem concepções baseadas no ato de ignorar especificidades culturais. Espera-se, por parte dos agentes que monitoram os meios de comunicação de massa, que o público receba a informação e reaja a ela de acordo com o que o conjunto de recursos, como imagens, sons, e mesmo os dados utilizados para comprovar os conteúdos que normalmente utiliza-se de uma categoria quantitativa para justificar a qualitativa, pretendem passar. Não se trata de descartar dados numéricos como elemento importante nestes tipos de análises, mas entender que a maioria deles acaba desprezando outros elementos, como é o caso da historicidade do conteúdo abordado, que neste caso é a questão indígena. Assim, cada leitor, cada telespectador, irá reagir e interpretar a informação recebida de acordo com a experiência que possui no meio social em que vive.

Além disso, alguns autores, como foi observado no segundo capítulo, costumam entender a internet como um meio de comunicação capaz de por em declínio a representatividade de jornais no campo informacional. Isto acontece porque ela vai quebrar essa ideia de passividade que o receptor da informação possui, dando a ele a possibilidade de participar ativamente por meio de sua opinião, como forma de expressão. As minorias em questão passam a possuir, através dessas tecnologias interativas, representatividades opostas ao pensamento dominante, muito difundido pela mídia. Esta última, por vezes, tem sido obrigada a se retratar ao público, como bem nos explica Freire (2005):

Aliadas ao crescente uso (tático) das tecnologias interativas da comunicação por parte de grupos étnicos minoritários e comunidades da diáspora, ao surgimento de novos veículos e novas formas de comunicação comunitária (Cottle, 2000), as produções culturais supracitadas podem oferecer contribuição valiosa na luta das minorias pela representação. É preciso estar atento, ainda, para alterações dentro da própria paisagem da chamada grande mídia, constrangida, em muitos casos, a rever discursos e representações sobre o social, sob influxo de mudanças históricas,

protestos de grupo de pressão e identificação de novos nichos mercadológicos (ver, por exemplo, Araújo, 2000). (FREIRE, 2005, p.27).

Mas as reproduções que os meios de comunicação de massa transmitem ainda possuem um papel bastante forte na contribuição do que se designa como legítimo, e na criação de modelos que, por vezes, são utilizados para reconhecimento ou produção de significados. Assim, tais representações e reproduções midiáticas são capazes de influenciar na maneira como o indivíduo que recebe a informação vai avaliar a situação que a ele foi apresentada.

Por isso, se os “estereótipos” tendem a conceituar desfavoravelmente minorias étnicas, elas tendem a permanecer marginalizadas, sem vozes representativas quanto às suas produções de significados. Os “estereótipos” acabam por produzir fronteiras que separam e colocam o “outro” na posição de tudo aquilo que não condiz com práticas socialmente aceitas, ou seja, relaciona-o a tudo aquilo que foge da “normalidade”, segundo os padrões estabelecidos pela reprodução das relações de poder. Afinal, “a sociedade moderna, como toda e qualquer sociedade, além de produzir o indivíduo médio, define também o estranho.” (SILVA; FURTADO, 2010, p. 83).

A mídia possui, portanto, este potencial, isto é, a capacidade de produzir notícias para transformar um fato em preocupação social, de acordo com seus interesses e seus complexos recursos de apelação emotiva. Normalmente, consegue este efeito através da produção de representações e do encorajamento a determinada forma de pensar que, através do exercício de cognição do ser humano, passa imperceptivelmente a ser naturalizado. Assim, poupam-se qualquer contestação à legitimação do domínio social, que penetra no imaginário social impondo consenso quanto à sua visão de mundo. Neste caso, se um grupo social passa a ser visto como ameaça a tais valores, pode ser “neutralizado” através de alguns artifícios criados pela estrutura dominante, muitos deles difundidos pelos meios de comunicação de massa.

DALTOÉ (2004) afirma, em sua análise sobre a transição de acontecimentos para notícias que, na verdade, “o jornalismo sempre foi um negócio.” (DALTOÉ, 2004, p. 7). Ele associa o trabalho de transmitir informações à maneira como “deve” noticiar, empregando no ato de seleção de notícias, que perpassa através da teia de relações, como foi mencionado anteriormente, o filtro dos *media* (responsáveis pela seleção dos acontecimentos que serão transformados

em notícia). Acontece, contudo, que, segundo a autora, essa característica “escondida” de estar apenas exercendo o serviço de noticiar e, por isso, prestar ao público este serviço, tem sido cada vez mais evidente, na medida em que transformações ocorrem no mundo midiático, entre elas o processo de convergência, que possibilita maior dinamicidade ao público que recebe a notícia, dando-lhe a capacidade de também interagir.

Olhando a evolução desse setor, é seguramente sustentável colocar que, atualmente, as múltiplas formas de convergências tecnológicas digitais configuram-se como elementos estruturantes para todas as ações dos jornalistas. Isso porque o comportamento do mercado vem demarcando que, para competir eficazmente na vida profissional (na academia ou fora dela), o conhecimento e o pleno domínio das tecnologias digitais são antecedentes conceituais imprescindíveis, que diferenciam positiva ou negativamente um especialista do outro. (SQUIRRA, 2013, p. 10).

Assim, da mesma forma que os avanços tecnológicos têm operado em maior participação do público, também têm possibilitado a inserção de outros profissionais no processo de divulgação de notícias, motivo porque os jornalistas precisam agora estar familiarizados a tais inovações, visto que não possuem mais exclusividade neste campo.

Tal possibilidade é uma conquista advinda da evolução da tecnologia, que, ao exponenciar sua produção, conquistou outros segmentos sociais, revelando que, com a adesão maciça, a sociedade tornou-se mais bem aparelhada, mais participativa, sedenta por pluralidade analítica e precisão de relatos. E encontra-se muito mais conscientizada – e mobilizada – quanto às realidades interligadas dos incontáveis jogos políticos, econômicos, sociais, culturais, etc. que anos atrás, quando as tecnologias comunicacionais eram unidirecionais e individuais, e não tão profícuas, pervasivas, intraconectadas e ubíquas como nos dias atuais.

Com a contínua convergência de equipamentos e recursos – cada vez menores, mais simples e baratos – que trouxeram facilidades da comunicação móvel e a amigabilidade de operação dos aparelhos e sistemas tecnológicos, houve radical alteração nos modelos de elaboração, difusão e consumo de informação. (SQUIRRA, 2013, p. 11).

Desta forma, com o acesso mais facilitado à informação e também com a possibilidade de escolher a maneira como tal informação pode ser recebida, pode-se dizer que o jornalismo acabou “quase” perdendo a sua capacidade de realizar o “*menu media*” (DALTOÉ, 2004), tendo que se readaptar às atuais condições para que permanecesse em sua posição de selecionar meticulosamente acontecimentos que devem circular no meio social.

Para alguns autores, como Squirra (2013), por exemplo, esse potencial jornalístico deixou de existir e, até mesmo aponta para o “fim dos jornais impressos” (SQUIRRA, 2013, p. 12). Acontece, contudo, que embora o meio jornalístico continue passando por transformações externas e internas, não se observa o fim do interesse público pelos jornais impressos como fontes de informação, pelo menos até o ano 2014, quando foi realizada a última pesquisa pela Secretaria de Comunicação Social sobre o percentual de leitores de jornais impressos. Segundo a pesquisa, quanto à maneira que o público possui de acesso à informação “79% dos leitores o fazem no formato impresso e apenas uma parcela de 10% migrou para o formato digital.” (SECOM, 2014, s/p).

Apesar disso, o jornalismo atual não possui a opção de se eximir do uso das novas tecnologias para aprimorar sua participação no meio midiático. Inclusive, o acesso a outros produtores de notícias, que não estão na área jornalística “interdisciplinarizou” o campo da informação, aproximando vários campos de conhecimento por causa da convergência observada no atual mundo tecnológico. Todavia, a convergência apenas estimulou os meios de comunicação a se adaptarem ao desenvolvimento tecnológico, o que não significa necessariamente o seu fim.

Muito embora Squirra (2013) supunha que o jornalismo impresso pudesse chegar ao fim, sua análise dos efeitos da convergência midiática na vida social é demasiadamente interessante no que diz respeito às proporções que os avanços tecnológicos alcançaram ao invadir a vida das pessoas, proporcionando facilidade e rapidez no acesso à informação:

Assim, uma evidência destaca-se: com a convergência nativa, o jornalismo está vibrante e tornou-se muito mais plural hoje que tempos atrás, pois está incluindo a pluralização das fontes, com pautas transversais, multiplicou opiniões e, assim, está explodindo nas plataformas de exposição de notícias. A alta densidade formativa de tais iniciativas e sua pertinência acadêmica nos impulsionam a conclamar parceiros para viagens científicas nessa direção. (SQUIRRA, 2013, p. 24).

Ora, não existe possibilidade dos meios de comunicação não serem atingidos pelo desenvolvimento tecnológico que alcança todos os setores da vida social. No que diz respeito ao jornalismo, impresso ou não, estas mudanças apenas proporcionaram uma adaptação ao contexto vivenciado atualmente. Isso significa que o jornalismo passou a ser uma espécie de “via de mão dupla”, uma vez que o

público receptor da informação não se limita apenas a recebê-la tal como é transmitida pelos jornais, porém passa a dialogar mais “solidamente”, por vezes com o próprio transmissor da informação, quebrando assim barreiras de distância que antes existiam entre emissor e receptor.

No entanto, a despeito de tais mudanças, observa-se que ainda existe considerável participação do meio midiático no que diz respeito aos assuntos que circulam socialmente e se reproduzem nas conversas dos agentes sociais. Não se excluiu do jornalismo este potencial de contribuição em acontecimentos que acabam transformando-se em motivo de preocupação social. Normalmente configura-se em “conflitos” que ganham a forma de destaque no meio social em detrimento de outros acontecimentos que, embora não sejam irrelevantes, não passaram pelo filtro dos *media*.

Não se trata de excluir a existência de tais acontecimentos, caso a mídia não os designasse como motivo de preocupação social. De fato, eles continuariam a existir. E teriam sua importância, visto que corroboram no processo de dinâmica social. Mas é necessário entender que a maneira como a mídia expõe, bem como a intensidade com que faz isto, pode abrir oportunidades não apenas para a intervenção de alguns agentes sociais em tais conflitos, porém a sua interferência de acordo com anseios que se produziu no imaginário social, desencadeando em determinadas mudanças políticas, sociais, etc.

Desta forma, a questão indígena, em particular dos indígenas Awá Guajá, não pode ser solucionada se o imaginário produzido e difundido pela mídia é de consentimento quanto à desconsideração do que pode ser necessário a estes povos. São ativados imaginários que, embora baseados em fatos, produzem visões parciais, distorcidas, incoerentes com a história desta comunidade que, se ignorada, certamente deixará de existir. Algumas (re)produções midiáticas sobre a “desintrusão” da Terra Indígena Awá Guajá, conforme mostrado no segundo capítulo, por vezes induz ao pensamento de que o ato de “desocupar” a terra, que juridicamente é considerada dos indígenas, está gerando problemas sociais. Na verdade, tais problemas possuem uma profundidade bem maior do que exposto pela mídia, que acabou, de certa forma, ignorando suas bases históricas, e os resumiu apenas à retirada dos pequenos produtores de um local que já pertencia à comunidade indígena Awá Guajá.

4.2 O problema esquecido pelas mídias durante o processo de “desintrusão” da Terra Indígena Awá Guajá: a ação de intrusos pelo corte de madeira

Há, contudo, a necessidade de lembrar o principal motivo que deu início ao processo de “desintrusão”: o desmatamento desenfreado que ocorria no território, bem como o aniquilamento de diversas espécies vegetais e animais, o que, conseqüentemente, acabava prejudicando a vivência indígena na área, uma vez que esta se reproduz através da caça e coleta de frutos.

O fato é que a situação em que se encontravam os pequenos produtores que tomaram posse de terras no local foi tão enfatizada pelo discurso midiático, que quase não se fez referência aos madeireiros em algumas matérias que optaram por atentar exaustivamente ao caso do pequeno produtor. Não sem atribuir a devida importância a este fato, a verdade é que a presença de indivíduos na região que não faziam parte da etnia Awá Guajá, acabava facilitando a entrada de pessoas que, pela prática destas atividades ilícitas, afugentavam os indígenas presentes no local. Periodicamente, equipes do IBAMA, da FUNAI e da Polícia Federal realizavam fiscalizações para inibir essa atividade, mas não eram suficientes para reprimi-las.

A fiscalização de madeiras no Estado do Maranhão em torno das Reservas Biológicas que constituem a Amazônia Legal, entre elas a reserva indígena Awá Guajá, normalmente dão ênfase às rodovias por onde trafegam os caminhões com as toras de madeiras, e às regiões delimitadas que constituem propriamente às áreas de preservação. Mas os responsáveis pelo desmatamento inseriam-se nestas áreas de maneira clandestina.

Na verdade, segundo informações de agentes da FUNAI (2015), que participam ativamente no combate ao desmatamento, algumas madeiras que se alojavam nas regiões são reconhecidas pelos órgãos responsáveis por tal procedimento. Embora os funcionários não quisessem identificar quais madeiras realizavam esse procedimento, a verdade é que eles admitiram ser o fato frequente, ou seja, algumas das próprias madeiras reconhecidas legalmente faziam a extração ilegal.

Uma das dúvidas que mais assolavam os pesquisadores, as instituições que cuidam do meio ambiente, e demais interessados no assunto, é como os caminhões utilizados na extração ilegal de madeiras conseguiam “burlar” as regras e

chegar ao destino das cargas. Se havia constantes processos de fiscalizações e medidas seriamente tratadas na contenção dessas ilegalidades, como as cargas eram transportadas ilegalmente?

Acontece que a forma como elas atuavam para o acobertamento da ilegalidade acabava liberando as toras para a comercialização. Não se sabe detalhadamente que espécie de procedimento era utilizado, já que quando se trata de informações referentes à extração ilegal de madeiras, a instituição é bem generalista. Informa, contudo, com precisão, que há carência de recursos para que se possa fortalecer a fiscalização e que este é o principal motivo pelo qual ainda não haviam conseguido resolver o problema completamente. Pode-se observar, entretanto, que existe bastante cautela ao se falar sobre o assunto, pois algumas vezes resume-se a informações profissionais, cuja liberação pode atrapalhar a investigação dos próprios órgãos ambientais.

Há, contudo, informações segundo as quais os responsáveis pelo lucro do corte ilegal de madeiras, não se alojavam, necessariamente, nas regiões próximas à reserva, já que era proibido o manejo florestal nestes lugares. É o que acontecia com alguns municípios do Pará que estavam envolvidos nesta ilegalidade. Nesse caso, a comercialização era feita no Estado em questão como se fosse do próprio local, pois há uma documentação específica que autoriza a comercialização, e estando estas madeiras junto com aquelas procedidas legalmente, a chance de serem liberadas sem punição é bem maior. É o que se chama de “esquentamento” das madeiras.

Em 2013, pouco antes de ser realizado o processo de “desintrusão” da Terra Indígena Awá Guajá, em Centro Novo do Maranhão havia mais de vinte e duas madeireiras legalizadas junto aos órgãos responsáveis pela concessão de tal empreendimento. Porém, o fato é que não existe ainda nenhuma pesquisa que associe proporcionalidade entre a quantidade de madeireiras e a intensidade de exploração.

A maneira como atuam os responsáveis pela extração ilegal de madeiras em terras indígenas é algo de interesse social, tanto como a situação destes empreendimentos. A informação que se tem é da existência de um número razoável de madeireiras legalizadas nos municípios sob suspeita de influência nesta prática, mas saber qual madeireira atua de forma clandestina (ou não), é algo fora do

conhecimento social, uma vez que tais informações não são compartilhadas pelos órgãos responsáveis pela preservação ambiental.

É certo que há um esquema que possibilitava tanto o transporte das toras, como a sua comercialização. O processo de “esquentamento” facilitava bastante, para os praticantes do ato ilícito, o acobertamento de seus procedimentos. O interessante é que, para isto, era possível a utilização, pelos infratores, das próprias notas fiscais corretamente autorizadas.

Ora, convém ressaltar que as medidas a serem providenciadas na contenção de práticas a atos ilícitos dependem, inicialmente, de uma série de processos administrativos que acabam burocratizando o sistema e, conseqüentemente, adiando atividades necessárias ao procedimento. Tais processos são, decerto, bastante necessários, porém a elaboração do plano de execução e da permissão para sua prática é um procedimento demorado que prejudica, significativamente, a atividade em foco.

Segundo um funcionário da FUNAI (2015), alguns acessos encontrados dentro da reserva indígena foram criados pelos próprios extrativistas. Atualmente, a contenção de tal procedimento é mais facilitada por algumas mudanças que ocorreram nos órgãos de fiscalização destes atos ilícitos.

Antes, eram os próprios funcionários da FUNAI de São Luís (MA) que se encarregavam dessas fiscalizações, mas hoje essa tarefa já foi delegada a pessoal específico e é mais praticada pelos outros órgãos federais. Por isso, anteriormente, a dificuldade era grande, já que era necessário fazer o deslocamento daqui para evitar danos por lá... Nem sempre era possível fazer isso com frequência. (Relato de funcionário em conversa, FUNAI, 2015.).

O fato é que os povos Awá eram os mais prejudicados com a atividade ilegal de corte de madeiras. As árvores eram constantemente retiradas das áreas de preservação independente da prática de fiscalização. Isto acontecia, porque havia sempre um meio de desviar-se dos supervisores e um deles era a escolha de horários estratégicos. As principais rotas, por exemplo, utilizadas pelos madeireiros para transportar as toras retiradas ilegalmente da área habitada pelos indígenas eram as próprias estradas utilizadas normalmente para locomoção de automóveis, sendo as mais utilizadas a que vai até Zé Doca (MA) por São João do Caru (MA), e também a que liga o Maranhão a Paragominas (PA).

O fato de os caminhões conseguirem extrair a madeira em uma quantidade absurda, além de transportarem sem nenhum tipo de registro de abordagem, podia ocorrer porque, na verdade, a maior parte dos trabalhos realizados pelas serrarias ilegais se dava em períodos onde a fiscalização era fraca ou inexistente. Acontece que os períodos noturnos, por exemplo, podiam ser facilmente utilizados para trabalhos em serrarias, porque estas acabavam protegidas pela escuridão, além da certeza de que não haveria qualquer trabalho de agentes florestais.

4.3 A “questão indígena” presente

Em um contexto de dinâmicas sociais deve-se perceber que, na verdade, a “questão indígena” é um problema brasileiro, cuja solução ainda está em andamento. O que hoje denominamos de “direitos indígenas” corresponde a um conjunto de leis, que depois de longo processo de mudanças, tenta corrigir erros “passados”.

A prática das frentes de expansão no período colonial, durante a “conquista” territorial, acabou dizimando milhares de povos, na época caracterizados como “gentios”, “bárbaros”. Hoje, ainda repelidos no pequeno espaço territorial que lhes restou, continuam carregando sobre si o rótulo de “índios”, que juntamente com o termo “tribo”, fazem parte de um conjunto de conceitos ainda comumente utilizados pelos meios midiáticos, durante a divulgação de informações referentes a estes povos. São olhares representativos da classe dominante, que se enraizou no pensamento social como algo natural.

Pode-se perceber que o aprimoramento de diversas leis que tratam das demandas indígenas tem despertado interesse em relação à diminuição populacional significativa de algumas etnias, como é o caso da Awá Guajá, apesar das mudanças observadas quanto à maneira de se pensar o indígena no território nacional. Embora antigas leis tenham surgido para justificar a subjugação indígena à elite dominante, acabaram servindo de alicerce para o desenvolvimento das leis atuais, que garantem o direito territorial dos indígenas em áreas que constituem a Amazônia Legal, e que são protegidas pelo poder público.

Acontece, contudo, que tais leis têm cumprido seu objetivo a passos muito lentos, o que acaba gerando maior complexidade na solução dos impasses e, na maioria das vezes, ocasiona novos problemas sociais. É o caso da Terra Indígena Awá Guajá, reconhecida oficialmente em 1992 e homologada em 2005. Essa terra indígena foi registrada em 2009 na Secretaria do Patrimônio da União (SPU), mas desocupada somente em 2014. Ou seja, um longo período se passou para que fosse cumprida a decisão judicial e se “garantissem” a “vivência tranquila” dos indígenas. Mas não foi tomada nenhuma providência anterior de caráter preventivo em relação aos pequenos produtores que ocupavam a região, bem como não houve impedimento de que novos indivíduos se alojassem no local.

Como se pode observar nas matérias jornalísticas analisadas, o principal problema questionado durante o processo de “desintrusão” era qual seria o destino das famílias que seriam retiradas da região. Motivo porque alguns agricultores acabavam revoltando-se contra os Awá, questionando a necessidade destes indígenas referente ao uso da terra que a eles pertencia. Algumas vezes, eram os Awá que acabavam sendo vistos como os “intrusos” do local, como pode ser observado na entrevista de um agricultor, onde afirma que os indígenas haviam sido colocados na região em questão, como visto no segundo capítulo deste estudo.

Eis porque normalmente a situação de contato é desfavorável aos povos indígenas. Porque da mesma forma que no período colonial, hoje é ignorado a sua presença em territórios onde sempre existiram. Daí o surgimento de conflitos que resultaram na situação atual.

Um bom exemplo do descaso do governo brasileiro referente à política indigenista, ainda em períodos passados, foi um projeto lançado durante o Estado Novo, cujo objetivo era incentivar o povoamento do interior do país e o seu consequente desenvolvimento. O projeto desenvolvido por volta de 1938, recebeu o nome de “Marcha para o Oeste”. A tentativa de dinamizar o processo econômico do Brasil com o incentivo à formação de estradas que permitissem o acesso ao interior, principalmente das regiões norte e centro-oeste, que eram “pouco povoadas”, acabou comprometendo a existência de diversas etnias indígenas.

É certo que a “Marcha para o Oeste” também objetivava a ocupação da Amazônia, a fim de se promover o incentivo à migração e à produção agropecuária, bem como a construção de estradas e o provimento de reforma agrária. De certa forma, o Projeto do governo brasileiro acabou alcançando seus objetivos, pois 40

anos depois haviam sido criadas vilas e cidades em áreas antes “desabitadas” e mais de cinco mil indígenas foram contatados. Muitos deles não resistiram aos conflitos ocasionados pela situação de contato. Ademais, ignorava-se o fato de que as terras caracterizadas como “despovoadas”, na verdade já eram habitadas, não somente por uma, mas inúmeras nações indígenas.

De acordo com Ângela de Castro Gomes (1982:112), a proposta de fundação de um novo Estado, “verdadeiramente nacional e humano”, está nas principais linhas dos discursos políticos após o golpe em 1937. Esta proposta representa para seus defensores, o início de uma nova era na história do país. A constituição de uma ordem política que esteja de acordo com as reais potencialidades, necessidades e aspirações do povo brasileiro significaria um autêntico redescobrimento do Brasil.

[...].

Uma das expressões da Marcha para o Oeste para Figueiredo era o povoamento do interior do país. O autor insistia que o Brasil devia ser povoado, pois povoar o país seria conquistá-lo, justificando que havia muita riqueza abandonada, não explorada, pois não havia agente humano para encontrá-las, assim como a segurança nacional era afetada. Uma das formas de se resolver esse problema era a redivisão dos quadros estaduais. Este plano sugeria a equivalência de área e de potencial político entre os estados, sendo que estas áreas não poderiam ser nem grandes demais, nem pequenas demais, e que as desigualdades iniciais de povoamento, riqueza e progresso fossem atacadas a fundo pelo Estado Nacional, distribuindo recursos e não privilegiando nenhum estado (1984:182-186). Essas eram as diretrizes básicas da reorganização estadual, que acabaria com as desigualdades entre os estados, opondo-se à Primeira República liberal e desagregadora, e assim ajudando a construir a nação brasileira. (SCHWAB, 2009, p. 4, 6 e 7).

Pode-se observar, pelo texto acima a persistência da ideia de “conquista” do território brasileiro pela exploração de riquezas que segundo essa mesma linha de pensamento estariam “abandonadas”. Não se cogitou, portanto, a existência de povos indígenas na apropriação de tais territórios; nem mesmo se considerou que tais povos seriam humanos, como se pode observar pela dedução de que não existiriam “agentes humanos” para explorar as riquezas disponíveis na natureza.

É o reconhecimento da realidade destes povos que possibilita a mudança deste tipo de posicionamento, visto que mesmo com a existência de leis que garantam os direitos territoriais e a determinação de que tais leis sejam cumpridas, na verdade são concretizadas apenas com a ajuda de representantes dessas minorias ou simpatizantes da questão. Ainda assim, a procrastinação dos processos que garantam os benefícios a estes povos é persistente.

Apesar disso, pode-se observar que essas minorias étnicas, ainda que reprimidas, não deixaram de transparecer a importância que tem no processo de formação da sociedade brasileira. Isto porque, atualmente, a quantidade de estudos voltados para o incentivo ao reconhecimento destes povos aumentou significativamente, o que tem dado espaço para a visualização dos conflitos interétnicos.

Tais conflitos também podem ser visualizados através das pautas jornalísticas, como foi abordado no segundo capítulo deste estudo, ainda que não seja em sua amplitude histórica. No entanto, dependendo do que se pretende demonstrar pelo emissor da mensagem, a amplitude do acontecimento antes de virar notícia, ou sua condição histórica, torna-se esquecida diante da proporção que determinado fenômeno pode alcançar quando é selecionado para estar em uma pauta jornalística. Como afirma Sodré (2006), “um pequeno boato pode repercutir como terremoto em regiões do planeta fisicamente distantes” (SODRÉ, 2006, p. 19).

Mais que isto: atualmente, a convergência midiática possibilita não apenas o acesso ao conhecimento de determinados conflitos, como também maior rapidez neste acesso. Esta facilidade pode ser utilizada eficazmente na luta pela visibilidade do indígena e seus direitos no contexto atual.

Coelho (2002) entende este processo como um paradoxo inerente ao processo de globalização. Ela acredita que ao mesmo tempo em que se vive a tendência da universalização de uma visão de mundo, também se instiga o respeito à pluralidade étnica, fato que tem sido usurpado por algumas estratégias empregadas por países latino-americanos, como é o caso do Brasil.

Tais estratégias não têm sido eficientes para calar a voz das minorias. Assistimos hoje a crescente aumento dos conflitos chamados interétnicos. E vivemos o paradoxo do processo de globalização, que parece fortalecer as minorias nacionais. Como afirmou Hall (1998:95), a tendência em direção à homogeneização global tem seu paralelo num poderoso revival da etnia, algumas vezes de variedades mais híbridas ou simbólicas, mas também, frequentemente, das variedades exclusivas ou “essencialistas”.

Esse ressurgimento da etnia põe em evidência outra questão, que é a crescente separação entre o pertencimento ao corpo político e o pertencimento étnico, que elimina grande parte da atração original do programa de assimilação cultural. Esse movimento acontece na contramão dos acontecimentos. Observa-se que os deslocamentos patrocinados pela globalização não estão conduzindo a valores e identidades mais universalistas, cosmopolitas ou internacionais. As etnias não foram dissolvidas na modernidade.

Os estados nacionais latino-americanos, especialmente, não se têm mostrado sensíveis ao multiculturalismo, desenvolvendo políticas que

procuram dissolver as etnias indígenas no interior da sociedade nacional. O Brasil tem sido exemplo fértil de políticos assimilacionistas. No entanto, a questão da diversidade cultural vem tornando-se presente nos fóruns internacionais, estimulando os estados nacionais a reconhecer e respeitar as diversidades étnicas. (COELHO, 2002, p. 303 e 304).

A autora destaca a importância de fóruns internacionais para o reconhecimento dos povos indígenas como partes autônomas e participantes da sociedade nacional. De fato, algumas reuniões realizadas para esse fim, como as realizadas pela OEA (Organização dos Estados Americanos), para traçar o Plano de Ação Indigenista, em 1977, bem como o IX Congresso Indigenista Interamericano, em 1985, e algumas reuniões realizadas pela ONU, contribuíram para o despertar do reconhecimento de direitos relacionados à posse de terras, muito embora possuísem suas discordâncias quanto ao reconhecimento das comunidades indígenas como “nações”, ignorando o fato de que “a terra não é apenas um espaço físico, é também uma construção social e simbólica” (COELHO, 2002, p. 311).

Para Santos (2001), o processo de globalização não tem excluído a existência de conflitos. Pelo contrário, tem se observado a intensificação dos conflitos sociais, em face à expansão do capitalismo e sua dinamicidade. Por isto o autor denomina o atual contexto social como sendo uma fase de “globalização da perversidade”. (SANTOS, 2001, p. 19), que é mascarada por ideologias implantadas no cotidiano das pessoas, que as fazem enxergarem um mundo de “fábulas”:

De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade. E o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.

(...).

A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema. Damos aqui alguns exemplos. Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. (...). Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. (SANTOS, 2001, p. 18 e 19).

O autor acima citado acredita que todas as inovações tecnológicas que têm “facilitado” a vida das pessoas estão, na verdade, gerando uma imensa confusão no mundo, cuja situação pode ser mudada, se “forem postas aos serviços

de outros fundamentos sociais e políticos.” (SANTOS, 2001, p. 20). Para o autor, a situação de “fábula” em que vivemos é sustentada pelos meios de comunicação, que incentivam o consumo e estabelece um padrão de se pensar o mundo.

Ora, para Santos (2001) outra globalização é possível, e certamente o passo inicial para a sua concretização depende do conhecimento de todas as mazelas que a atual globalização está ocasionando na vida das pessoas. Não se pode partir para o início de uma nova fase quando não se enxerga o fim da atual.

Da mesma forma, em se tratando das questões norteadoras que conduziram o desenvolvimento do presente estudo, tais percepções são respeitadas somente a partir do momento em que se reconhece a subjugação que os povos indígenas estão submetidos e adquire-se conhecimento quanto à sua situação. Somente a divulgação dessa conjuntura pode sensibilizar quanto à mudança de postura. Daí a importância dos estudos voltados para o reconhecimento destes povos.

Os escassos estudos referentes à etnia Awá Guajá demonstram a necessidade de garantia dos seus direitos territoriais. Por ser nômade, sua vulnerabilidade aumenta na medida em que seu espaço de terra diminui. A ausência de uma medida definitiva para a proteção de suas terras e a procrastinação de processos judiciais foram elementos contribuintes para o aumento do número de pessoas não indígenas em seu território.

Hoje, embora a Terra Indígena tenha sido desocupada, uma grande parte dela já foi desmatada, o que diminuiu consideravelmente a disponibilidade de recursos naturais para caça e coleta. Não se sabe, ao certo, se o Estado conservará a supervisão da garantia do direito territorial aos Awá Guajá. Para isso, é de fundamental importância o desenvolvimento de pesquisas que esclareçam a maneira como esta etnia reproduz sua prática de vida, bem como análises que contribuam na superação de pensamentos consolidados na sociedade brasileira, cuja orientação, na maioria das vezes, corresponde aos modelos implantados pela sociedade ocidental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mídia pode ser vista, segundo alguns autores, como uma espécie de quarto poder. Isto porque, de certa maneira, ela participa do processo de formação de opinião pública, que se dá, como foi observado nesta pesquisa, por conta de sua atuação e participação no desenvolvimento histórico das sociedades que dela fazem uso. Com o advento tecnológico, e a convergência do sistema midiático para se adaptar às novas formas de processamento das informações, atualmente a mídia, em particular a imprensa, tem encontrado algumas dificuldades em acobertar interesses que estão além do ato de informar.

Na verdade, tal percepção em relação à interação entre mídia e sociedade não é recente. Como foi observado, o surgimento da imprensa no Brasil, por exemplo, já se deu em forma de disputas políticas, onde havia a coexistência de imprensa oficial e imprensa alternativa. Ainda que esta última se disponibilizasse claramente a demonstrar que tipo de opiniões compartilhava em relação a, então, administração brasileira, a inserção da imprensa oficial no ramo político não era descartada. Prova disso, é que o primeiro jornal do Brasil, foi criado justamente para divulgar os feitos da Corte portuguesa.

Ainda hoje podemos perceber que não existe completa neutralidade em relação às informações que são disponibilizadas ao público por parte da imprensa. E não somente em relação a ela, visto que atualmente a população já encontra igualmente outros meios de manter-se atualizada em relação aos acontecimentos sociais, de forma rápida e dinâmica, já que a distância entre emissor e receptor da informação diminuiu consideravelmente por meio da possibilidade que existe, em dias atuais, de se interagir e discutir assuntos que são tidos como assuntos de “relevância social”.

A preocupação, contudo, da interferência que alguns meios de comunicação podem causar no imaginário social não é recente. Desde a década de 1960, quando foram realizados os primeiros estudos relacionados à contribuição que a mídia poderia ter em relação à marginalização de alguns grupos sociais, já se desenvolvia essa teorização sobre a criação de modelos sociais por meio da maneira como a mídia explanava ou fazia referência a estes grupos. Pode-se perceber, com isso, que a presente análise não é exclusiva neste campo opinativo.

A diferença, todavia, deste estudo encontra-se no fato de que se considera relevante a relativização dos fatos. Sabe-se, assim, que a mídia não pode ser a única responsável pelo desenvolvimento de representações sociais, e, conseqüentemente, do imaginário social, visto que alguns elementos sociais e individuais são participantes deste processo. Em todo ato de apreensão da realidade, encontram-se em conjunto as influências sociais e históricas vivenciadas pelo indivíduo, bem como sua própria interpretação de mundo que se encontra no campo subjetivo do saber.

Alguns autores como Durkheim (2001) interpretam o pensamento humano como um produto do meio social onde vive, ou seja, seu conhecimento depende sobremaneira da vida social, de forma que esta seria a responsável pela formação da individualidade do sujeito. De fato, não se pode desconsiderar a influência social na construção do conhecimento, da mesma forma que não se pode ignorar a ideia de que cada ser humano possui uma maneira própria de interpretação da realidade, ainda que esta esteja ligada a influências sociais e históricas. Motivo porque foi considerada também neste estudo a afirmação de Moscovici (1978), segundo a qual existe uma troca mútua entre indivíduo e sociedade no ato de interação.

Mas é bem verdade que há uma espécie de “realidade comum” a indivíduos que participam de determinado grupo social. Percebe-se que ela é dinâmica e flexível, e sofre alterações ao sabor das mudanças sociais, que podem ser temporais e espaciais. Todavia, podemos observar também através do estudo realizado, que existem formas de se pensar que, apesar das mudanças históricas sofridas pelas sociedades, permanecem quase intactas, concretizando-se no que Spink (1993) caracteriza ao que chamamos de “imaginário social”.

A importância que os meios de comunicação de massa podem exercer na vida dos indivíduos, portanto, está relacionada, além de sua função formal de informar, ao fato de que eles podem trabalhar no processo de compartilhamento de imaginários sociais, uma vez que segundo Baczko (1984), isto ocorre através da construção do discurso. O problema de sua participação neste processo estaria vinculado à presença de algumas ideias que, na verdade, nem podemos designar como próprias da construção midiática, porém como resquícios históricos que ainda persistem e, por isso, acabam inserindo-se no seu discurso. É o caso, por exemplo, da “naturalização” de algumas designações que são utilizadas para se fazer

referências aos indígenas, e que compreendem pensamentos próprios do sistema dominante de poder.

Contudo, a característica midiática de se definir o que deve ou não ser motivo de preocupação social, através da seleção de acontecimentos que se transformam em notícias, carrega uma percentagem de responsabilidade quanto à maneira coletiva de se pensar determinado acontecimento. Isto não é suficiente, porém, para o descarte da importância dos meios de comunicação de massa no acesso à informação pelos indivíduos da sociedade, já que atualmente assuntos políticos e sociais são de livre acesso à massa populacional, fazendo-lhe, por vezes, transparecer o que podemos chamar de opinião pública.

Por último, quanto ao sujeito da opinião pública, não acreditamos haver nenhuma limitação, a não ser o aspecto coletivo, ou seja, a opinião pública tem que corresponder à opinião de um grupo de pessoas que tenham algumas características comuns, não importando se pertençam a elite ou a massa, se são informados ou não ou se formam a opinião de maneira racional ou emocional. Nesse contexto, as manifestações de minorias - por mais "minoritárias" que sejam - devem ser consideradas igualmente como uma das formas de manifestação da opinião pública. (FIQUEIREDO; CERVILLINI, 1995, p. 178).

O problema, no entanto, está na maneira como a notícia, por vezes, se resume a uma parcialidade do acontecimento, sendo que este extrapola os limites da vivência atual. O acontecimento chega ao público desvinculado de sua realidade histórica, motivo porque esta pesquisa debruçou-se no esclarecimento da maneira como o indígena, em especial os Awá Guajá, chegou à situação que hoje se presencia: diminuição considerável do seu número populacional, e desconhecimento de sua posse territorial.

Como vimos, o conflito territorial entre indígenas e determinados segmentos da sociedade brasileira não termina com as soluções implantadas pelo poder público, muito embora seja amenizada a situação de destruição de suas terras e, conseqüentemente, o risco de eliminação das etnias que ainda resistem ao longo dos anos. A morosidade de processos que lidam com a questão indígena, especialmente a questão indígena Awá Guajá, acabou gerando outros problemas que contribuíram na subjugação destes povos mediante o avanço das frentes de expansão, que se antes estavam atreladas ao reconhecimento e povoamento do Maranhão, hoje se configuram sob a forma da exploração territorial para fins econômicos por madeireiros, avanço de limites territoriais de fazendas, bem como

instalação de produtores que vivem da produção de mandioca e agricultura de pequeno porte.

A situação foi gerada pela procrastinação do processo judicial que dificultou a concretização do direito territorial indígena e abriu espaço para a participação de diversos setores da sociedade civil. A imprensa, por exemplo, foi bastante participativa no processo que ficou designado como “desintrusão” da Terra Indígena Awá Guajá. Através da maneira como (re)produziu a disputa territorial e o processo de “desintrusão”, certamente foi capaz de interferir em imaginários sociais sobre a referida causa através da construção de seu discurso.

Apesar da situação de desvantagem do indígena no processo de formação social do Brasil, a dinâmica social foi responsável pela mudança na representatividade da política indigenista por instituições, como a FUNAI que, apesar dos defeitos que ainda carrega sobre si, tem atuado mais fortemente em relação a essa política específica, proporcionando a concretização dos processos judiciais, ainda que a passos muito lentos. A proximidade que a estrutura administrativa da FUNAI foi possuindo destas áreas de conflito acabou gerando uma vivência mais significativa que reforçou o compromisso na defesa dos direitos indígenas.

Pode-se afirmar também que levantamentos antropológicos realizados por especialistas da área neste processo podem facilitar o entendimento de alguns conceitos, que foram solidificados na sociedade nacional, sob outra perspectiva, ajudando na percepção do olhar jurídico em relação ao território indígena. Embora muito criticado por alguns jornais, como foi o caso do “Mercado e Companhia”, é este tipo de estudo que trabalha na desconstrução de determinados conceitos que resistem na sociedade brasileira. A ideia, por exemplo, de “nação” desvinculada da figura de um poder centralizado no Estado, porém atrelada ao conhecimento de um grupo de indivíduos que compartilham a mesma historicidade é fundamental no reconhecimento da multiplicidade étnica dos indígenas brasileiros. Daí, então, entendermos a história como fator relevante neste estudo.

Ora, é através do conhecimento histórico da realidade brasileira, principalmente do processo de formação social do Brasil, que podemos entender como os indígenas acabaram se confinando em um pequeno pedaço de terra, cujo desfrute necessita de determinações estatais. São estas as responsáveis por estabelecimento de fronteiras físicas, ainda que anteriormente à sua existência os povos indígenas já formassem uma nação consolidada, de acordo com cada etnia

que aqui existiu e ainda existe. Esse tipo de abordagem histórica também nos permite entender a situação por completo, evitando assim qualquer tipo de opinião parcial e unilateral.

Como pode se perceber durante o contexto histórico realizado no presente estudo, os indígenas foram vítimas de um processo colonizador que acabou pondo fim a inúmeras nações indígenas presentes no Brasil, durante a colonização. Foi um processo de dizimação bem longo que ainda se configura nos dias atuais. Esse fato acaba não chegando ao receptor da informação transmitida pelos meios de comunicação, o que facilita o infiltramento de interesses de outros agentes envolvidos nas teias de relações que envolvem o sistema midiático.

Esse fato, por vezes, é ignorado quando a mídia reproduz situações cotidianas. Isto porque o ato de transmissão da informação, por parte da imprensa principalmente, deve obedecer alguns critérios exigidos pelo meio de comunicação em questão, que vai desde o enquadramento da pesquisa na perspectiva ideológica do jornal, até seu encaixe na estrutura física do jornal. Pode-se dizer que este método contribui eficazmente na manutenção da alienação pública relacionada a conhecimentos que dariam um embasamento mais profundo aos problemas sociais. Ou seja, se a mídia já se encarrega de transmitir ao público a conjuntura política, social e econômica da situação em questão, o indivíduo não se dará ao trabalho de pesquisar profundamente o cerne do problema, desviando assim sua atenção apenas ao que é destacado como o problema em questão. Isso pode ser muito observado nas matérias analisadas dos jornais impressos.

Além disso, é preciso entender que o fato de o jornal apresentar opiniões de pessoas envolvidas na operação estudada, não significa necessariamente que ele esteja de acordo com o processo de “desintrusão”. Pode simplesmente indicar que seja mais proveitoso a ele possuir e disponibilizar tais informações, antes que o público alvo se manifeste a obtê-las.

Outra metodologia de transmissão da informação bastante utilizada pelos meios midiáticos diz respeito à elaboração de um problema a partir de determinada situação para que o público reaja, não exatamente de maneira passiva. Tenta-se criar uma intervenção pública que dinamize ou colabore nas mudanças sociais, através principalmente da repressão ao poder público. É a intensidade como é retratada que determina a situação, em conjunto com todos os recursos utilizados

pelos meios midiáticos, como já foi demonstrado durante o estudo, e isto afetará o indivíduo que recebe a informação.

Durante a Operação Awá Guajá pudemos observar, em algumas matérias, o esforço midiático em reproduzi-la como “desnecessária” e, por vezes, “injusta”. A mídia, neste caso, trabalhou intensamente sobre a condição emocional, em detrimento da racional. Ela tentou provocar aceitação pública a uma condição imediata, que foi criada por algumas matérias, de “desnecessidade” de um território exclusivamente para os indígenas Awá Guajá, a fim de desencadear um sentimento de acomodação e descaso em relação ao risco de sobrevivência que os indígenas sofrem pela invasão de seu território. São estas estratégias empregadas que nos permitem perceber que a mídia conhece mais seu público alvo do que realmente demonstra. É sob esta perspectiva de olhar midiático que a preocupação teórica dos anos 60 se desenvolveu, ou seja, acreditava-se que a mídia poderia ser capaz de divulgar e legitimar as formas hegemônicas de poder, deixando à margem as minorias étnicas que não possuem representação neste campo.

Há quem diga, contudo, que algumas formas midiáticas têm entrado em crise devido o aparecimento de outras. Não se deve ignorar o fato de que algumas mudanças que ocorreram na forma como a mídia se materializa pode ter aberto possibilidade de maior participação do público em relação às informações que ele recebe. É o caso, por exemplo, do advento e popularização da internet, que eliminou consideravelmente o caráter de passividade que havia anteriormente no indivíduo receptor de informações. Mas convém ressaltar que o cenário midiático apenas sofreu modificações, tal como as dinâmicas sociais exigem que aconteça. As modificações nas esferas midiáticas apenas as adaptam a um novo contexto de vivência social, não perdendo por isso sua importância no campo da representatividade.

É o estudo destas representações que nos dá a possibilidade de conhecer o tipo de referência utilizado na sociedade durante o processo de apreensão da realidade. Mais que isso: conhecer apenas as representações influenciadas pela mídia acerca de determinado assunto, seria inútil se não tivéssemos a disposição para conhecê-lo também. Por isso, procurou-se, antes de tudo, tomar conhecimento sobre os principais sujeitos que mobilizaram o desenvolvimento deste estudo, seu passado histórico e sua condição atual. Não se deve desconsiderar a historicidade desta relação conflituosa que, na verdade,

compreende ainda problemas gerados pelo colonialismo há mais de quinhentos anos atrás, que dizimou grupos indígenas durante a prática das frentes de expansão e, ainda hoje, ameaça estes povos com a expansão de fronteiras territoriais e o desmatamento de áreas correspondentes à floresta amazônica. Os indígenas Awá Guajá representam um bom exemplo de grupo indígena que ainda hoje sofre com este acontecimento.

Apesar de constituir uma etnia cujo grupo é relativamente pequeno necessitam de uma faixa de terra contínua para seguir com suas práticas de reprodução física e simbólica realizada por meio da caça e da pesca. Algumas políticas adotadas para assegurar esse direito resultaram de uma tentativa inicial do governo brasileiro para disciplinar o uso destas terras, de forma que atualmente se consolidaram em leis cheias de lacunas, que ainda precisam ser revistas e reformuladas.

Esse foi um dos motivos porque apesar do reconhecimento do direito territorial dos indígenas Awá Guajá ainda na década de 1980, somente em 2005 foi realizada a homologação, para, apenas em 2014, começar o processo de “desintrusão” da área, quando já era necessária uma medida maior que a simples proteção territorial para garantir a preservação da região, visto que muitas famílias de produtores rurais haviam se instalado no local, sem que houvesse atitude do poder público para impedir que isso acontecesse.

REFERÊNCIAS

A terra dos Awá-Guajá. **O Estado do Maranhão**. Maranhão, 14 jan 2014. Opinião, p. 4.

ARAÚJO, Ismael. Incra garante assentamento. **O Imparcial**. Brasil, 25 jan 2014. Urbano, p. 2.

_____. Famílias resistentes. **O Imparcial**. Brasil, 30 jan 2014. Urbano, p. 2.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

ALEXANDRE, Marcos. Representação Social: **uma genealogia do conceito**. In: Comum, Rio de Janeiro. V. 10, nº 23, julho/dezembro, 2004. P. 122 a 138.

ANDERSON, Benedict R. Comunidades imaginadas: **reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução de Dennise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. Tradução de João Roberto Martins Filho. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ANDRADE, Maristela de Paula. Terra de índio: **identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. São Luís: UFMA, 1999.

ARAÚJO, Ismael. Famílias resistentes. **O Imparcial**. Brasil, 30 jan. 2014. Urbano, p. 2.

ASSAD, Germano. “Enxotando” os direitos dos Awá Guajá. In: **Blog do Josué Moura** [blog da internet]. Imperatriz: 2014 jan. - [citado em 12 de fevereiro de 2016]. Disponível em: josuemoura.blogspot.com.br.

_____. “Enxotando” os direitos dos Awá Guajá. In: **Antes que a natureza morra**. [blog da internet]. Florianópolis: 2014 jan. – [citado em 16 de maio de 2015]. Disponível em: antesqueanaturezamorra.blogspot.com.br.

_____. “Enxotando” os direitos dos Awá Guajá. In: **Greenpeace Brasil**. Brasil: 2014 jan. – [citado em: 16 de janeiro de 2015]. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog>

ATHIAS, Renato. A noção de identidade étnica na antropologia brasileira: **de Roquette Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira**. Edivânia Torres (apresentação). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol.1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, p. 296-331.

BALANDIER, George. A noção de situação colonial. In: **Cadernos de Campo**. Nº 3. São Paulo: FFLCH/USP, 1993. P. 107 – 131.

BECKER, Dinizar F. A economia política do (des) envolvimento regional contemporâneo. In: Desenvolvimento regional: **abordagens interdisciplinares**. Edunisc: Santa Cruz do Sul, 2008. P. 37-66.

BORGES, Susana. Opinião pública: história, crítica e desafios na era transnacional. In: **Comunicação e ciências empresariais**. Nº 9, 2014. P. 86 a 103. Disponível em: www.exedrajournal.com. Acesso em: 31 agosto 2016.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. P. 173 a 182.

_____. **O Campo Científico**. In: Ortiz, R. (org.). Bourdieu. São Paulo, Ática, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

BRASIL. Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. **Cria o serviço de proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais e aprova o respectivo regulamento**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, seção 1, 24/06/1910, p. 4788. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 12 junho 2014.

BRASIL. Decreto nº 1.794, de 22 de novembro de 1939. **Cria, no Ministério da Agricultura, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, seção 1, 24/11/1939, p. 27203. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 12 junho 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre o Estatuto do Índio**. Coleção de Leis do Brasil. Volume 7. Brasília, 1973. p. 150. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 12 junho 2014.

BRASIL. Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928. **Regula a situação dos índios nascidos no território nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

Brasília, DF, seção 1, 14/07/1928, p. 17125. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 12 junho 2014.

BRASIL. Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845. Contém o regulamento acerca das missões de catequese, e civilização dos índios. In: **Secretaria de Informação Legislativa**. Brasília: Coleção de Leis do Brasil, p. 81. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br>. Acesso em: 25 novembro 2014.

BRASIL. Decreto nº 601 de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, seção 1, 17/09/1850, p. 307. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 10 dezembro 2014.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do gado: **conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1992.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

CARDOZO, Simone Bezerril Guedes. 1808: **A reatualização do passado na/pela pauta jornalística**. São Luís: EDUEMA, 2015.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Antropologia do Brasil: **mito, historicidade e etnicidade**. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1986.

CARVALHO, Cleide. O globo. In: **Blog do Varão** [blog da internet]. São Luís: 24 jan. – [citado em 12 de fevereiro de 2016]. Disponível em: blogdovarao.blogspot.com.br.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. P. 78 a 87.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: **economia, sociedade e cultura**. In: *A Sociedade em rede*. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Trad. Ângela M. S. Corrêa. 2 edição. São Paulo: Contexto, 2013.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. Ações afirmativas e povos indígenas: o princípio da diversidade em questão. **Revista de Políticas Públicas** (Ufma), v.2, p. 92 a 116, 2006.

_____. Levantamento da situação das áreas indígenas no Maranhão. In: **Relatório de pesquisa**. São Luís: PPPG/Edufma, 1987.

_____. Territórios em confronto: **a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão**. São Paulo: Hucitec, 2002.

COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. Coleção Primeiros Passos. 35ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

COMEÇA a desintrusão de não índios. **O Imparcial**. Brasil, 5 jan 2014. País, p. 4.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil: **história, direitos e cidadania**. 1ª Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DALTOÉ, Andrelise. Do acontecimento à notícia. In: **Encipecom Enciclopédia do Pensamento Comunicacional Latino-Americano**. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2004. Disponível em: encipecom.metodista.br. Acesso em: 29 agosto 2016.

DEGEORGE, W. F. Conceptualization and measurement of audience agenda. In: **Mass Communication Review Yearbook**. Beverly Hills: Sage, 1981.

DESOCUPAÇÃO em reserva de índios será avaliada hoje. **O Estado do Maranhão**. Maranhão, 29 jan 2014. Geral, p. 7.

DOMINGOS, Adenil Alfeu. A arma natural da política: **a palavra**. In: GOULART, Jefferson O. (org.). **Mídia e democracia**. São Paulo: Annablume, 2006.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FIGUEIREDO, Rubens; CERVELLINI, Sílvia. Contribuições para o conceito de opinião pública. In: **Opinião Pública**. Campinas, volume 3, nº 3, dezembro, 1995. P. 171 a 185.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do Trabalho Científico**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

FORÇAS nacionais iniciam operação para desocupar área dos Awá no Maranhão. **O Estado do Maranhão**. Maranhão, 7 jan 2014. Geral, p. 6.

FREIRE FILHO, João. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. In: **Revista Famecos**, nº 28. Porto Alegre, 2005, p. 18 a 29.

FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael; PAIVA, Raquel. Rio de Janeiro:

estereótipos e representações midiáticas. In: **Revista de Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Revista eletrônica E-Compos, 2004. Disponível em: www.compos.org.br/e-compos. Acesso em: 14 março 2016.

Fundação Nacional do Índio – **FUNAI**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br>. Acesso em: 23 julho 2014.

Fundação Nacional do Índio – **FUNAI**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br>. Acesso em: 04 outubro 2015.

FURTADO, Marivânia Leonor Souza. Aquilombamento no Maranhão: **um Rio Grande de (im)possibilidades**. Presidente Prudente: [s.n.], 2012.

G1 Maranhão. Forças nacionais iniciam operação para desocupar área dos Awá. **Jornal Pequeno**. Maranhão, 8 jan 2014. Estado, p. 6.

_____. Iniciada a notificação de ocupantes de terra indígena Awá-Guajá. **Jornal Pequeno**. Maranhão, 16 jan 2014. Estado, p. 6.

GALVÃO, Eduardo Enéas Gustavo. Encontro de Sociedades: **índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GARCIA, Elisa Frühauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa e sua aplicação na América meridional. **Tempo** [online]. 2007, vol. 2, n. 23, p. 23 – 38. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 22 outubro 2013.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, maio/junho 1995, p. 20 a 29.

GOMES, Mércio. Blog do Mércio: **índios, antropologia, cultura**. [blog na internet]. Rio de Janeiro: 2008 jun. – [citado em 12 de fevereiro de 2016]. Disponível em: merciogomes.blogspot.com.br.

GOMES, Mércio. Bom selvagem, mau selvagem. In: **Revista de História.com.br**. Edição online, 1 abril 2013. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br. Acesso em: 22 março 2016.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: **Sociedade midiaticizada**. Dênis de Moraes (Organizador). Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

Governo Dilma através da Funai pretende expulsar milhares de pequenos

produtores de suas terras. **Mercado e Companhia**. Brasil: Canal Rural, 06 de novembro de 2013. Telejornal sobre ruralidade e assuntos afins.

GUIBERNAU, Montserrat. Nacionalismos: **o Estado nacional no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

GUIDDENS, A. Métodos de investigação em Sociologia. In: **Sociologia**. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERNANDO, Almudena e COELHO, Elizabeth Maria Beserra (orgs.). Estudo sobre os Awá: **caçadores-coletores em transição**. São Luís: EDUFMA/IWGIA, 2013.

INICIADA a notificação de ocupantes de terra indígena. **O Estado do Maranhão**. Maranhão, 15 jan 2014. Geral, p. 7.

INICIADA a notificação de ocupantes de área indígena. **O Estado do Maranhão**. Maranhão, 16 jan 2014. Geral, p. 7.

INICIADO o processo para a retirada de não-índios de terras em São João do Caru. **O Estado do Maranhão**. Maranhão, 8 jan 2014. Geral, p. 6.

INCRA cadastrará famílias de posseiros na reserva dos índios Awá-Guajá. **O Estado do Maranhão**. Maranhão, 11 jan 2014. Geral, p. 6.

MAARA/CONTAG. **Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor**. Brasília, 1994 (Relatório da Comissão Técnica MAARA/CONTAG, Portarias MAARA 692, de 30/11/93 e 42, de 24/01/94).

Madeireiros invadem terras de índios que vivem isolados no Amazônia. **Fantástico**. Brasil: Rede Globo, 15 de março de 2015. Telejornal. Disponível em: www.g1.globo.com. Acesso em: 15 abril 2015.

Maranhão Rural visita índios Awá Guajá. **Maranhão Rural**. Maranhão: Sbt, 06 de maio de 2015. Telejornal sobre ruralidade e assuntos afins.

MALCHER, Gama. A Funai e sua atuação. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 10º caderno, 5 de novembro de 1972.

MORAES, Dênis de. **Imaginário social e hegemonia cultural**. Julho, 2002. In: www.acesa.com. Acesso em: 29 agosto 2016.

MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignácio; SERRANO, Pascual. Trad. de Karina Patrício. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Faperj, 2013.

MOCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NEAD. **História da Província de Santa Cruz**. Pará: Universidade da Amazônia, disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 20 junho 2016.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: **por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Série Antropologia, 2002.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. **O rei da mídia**. 2007. Folha online, 25 de novembro de 2007. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 22 junho 2016.

MATIAS M. Molina. História dos jornais do Brasil: **da era colonial à regência (1500-1840)**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

NETO, Coelho; SOUZA, Agripino. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. **GEOgraphia**, v. 15, n. 29, p. 23-52, 2013.

OLIVEIRA, Fabio. Comunicação de massa e ideologia: **a utilização do ordenamento jurídico brasileiro para manutenção do controle de classe**. 258 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 30 de setembro de 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A crise do indigenismo**. Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. Identidade étnica, identificação e manipulação. In: **Sociedade e Cultura**, Goiás, v 6, n 2, p. 117 - 131, jul/dez, 2003.

_____. **O trabalho do Antropólogo**. 2ª edição. Brasília: Paralelo 15/São Paulo: Editora Unesp, 2006.

_____. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. A problemática dos “índios misturados” e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história. In: **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

_____. Obstáculos ao estudo do contato. In: O nosso governo: **os ticuna e o regime tutelar**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/MCT-CNPq, 1988.

PEQUENOS produtores cedem 116 mil hectares a 100 índios. **Jornal Pequeno**. Maranhão, 13 jan 2014. Economia, p. 2.

POLÍTICOS se omitem em questão indígena. **Jornal Pequeno**. Maranhão, 12 jan 2014. Economia, p. 4.

PORRO, Roberto; MESQUITA, Benjamin Alvino de; SANTOS, Itaan de Jesus Pastor. Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia: **Vales dos rios Mearim e Pindaré-Maranhão**. Brasília: UNB, 2004. P. 22 – 95.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. P. 15 a 126.

PUGLIESE, André. Comunicação: **reflexões sobre a mídia e a linguagem**. Alcar/I Encontro de História da Mídia da Região Norte: Tocantins, 2010.

Reportagem sobre a desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá. **Maranhão Rural**. Maranhão: Sbt, 17 de janeiro de 2014. Telejornal sobre ruralidade e assuntos afins.

RESERVA indígena vive clima de tensão para a retirada de posseiros. **O Estado do Maranhão**. Maranhão, 9 jan 2014. Geral, p. 5.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. O povo brasileiro: **a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. O processo civilizatório: **estudos de antropologia da civilização; etapas da evolução socio-cultural**. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. In: **Coleção A obra prima de cada autor**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

SANTOS, Leandro. Ocupantes da terra Awá-Guajá serão notificados para deixar área. **O Estado do Maranhão**. Maranhão, 12 jan 2014. Geral, p. 12.

_____. 120 famílias notificadas para deixarem terra Awá-Guajá estão cadastradas pelo Incra. **O Estado do Maranhão**. Maranhão, 28 jan 2014. Geral, p. 6.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: **do pensamento único à consciência universal**. 6ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SECOM. **Percentual de leitores de jornal impresso permanece estável, aponta pesquisa brasileira de mídia**, 2014. Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 30 agosto 2016.

SENA, Nilza Mouzinho de. Espaço público, opinião e democracia. In: **Estudos em comunicação**. Nº 1, abril, 2007. P. 270 a 304.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; FURTADO, Marivânia Leonor Souza. Respeito à igualdade pela diferença: o contexto das políticas públicas e a questão quilombola no Maranhão. In: **O público e o privado**, nº 16, julho/dezembro, 2010. P. 81 a 98.

SCHWAB, Mariana de Castro. **Nacionalismo, políticas sociais e Marcha para o Oeste nos artigos de Paulo Figueiredo durante o Estado Novo (1937 – 1945)**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

SILVA, Rachel Coutinho Marques da. A urbanidade na cidade contemporânea entre fronteiras e trincheiras. In: SILVA, Rachel Coutinho Marques da. (org.). A cidade pelo avesso: **desafios do urbanismo contemporâneo**. Editora Prourb: Rio de Janeiro, 2006. P. 23 a 40.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: **natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: **Sociedade midiatizada**. Dênis de Moraes (Organizador). Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SPINK, Mary Jane P. **O conceito de representação social na abordagem Psicossocial**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 1993. P. 300 a 308.

SQUIRRA, S. Jornalismo com convergências midiáticas nativas e tecnologias incessantes. In: FERREIRA JÚNIOR, José; DOS SANTOS, Márcio Carneiro. Comunicação, tecnologia e inovação: **estudos interdisciplinares de um campo em expansão**. 1ª edição. Porto Alegre: Buqui, 2013.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Sucursal de Brasília. Funai estuda modelo econômico para o índio. **O Estado de São Paulo**, 7 novembro 1973, p. 16.

TAVOLARO, Sérgio Barreira de Faria. Movimento ambientalista e modernidade: **sociabilidade, risco e moral**. Campinas: [s.n.], 1998.

TENSÃO continua na área da reserva Awá-Guajá no interior do Maranhão. **O Estado do Maranhão**. Maranhão, 10 jan 2014. Geral, p. 7.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: **uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TONNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. (org.). **Comunidade e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973. P. 96-116.

TRABALHO de notificação em reserva indígena já alcançou 40% da área. **O Estado do Maranhão**. Maranhão, 18 jan 2014. Geral, p. 6.

VARÃO, Martin. **Blog do Varão** [blog da internet]. São Luís: 2014 jan. - [citado em 12 de fevereiro de 2016]. Disponível em: blogdovarao.blogspot.com.br.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. 3 ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

VIANA, Sandra. Incra: prazo será cumprido. **O Imparcial**. Brasil, 17 jan 2014. Urbano, p. 2.

_____. Destino indefinido. **O Imparcial**. Brasil, 22 jan 2014. Urbano, p. 2.

WANDERLEY, Sonia. História e TV: produção e difusão do saber – a televisão como cenário de representação política. In: História e imprensa: **representações culturais e práticas de poder**. Lúcia Maria Bastos P. Neves; Marco Morel; Tânia Maria Bessone da C. Ferreira (org.). Rio de Janeiro: Faperj, 2006.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, maio/agosto, 2000, p. 71 a 77.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 8ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

90% dos não-índios ocupantes das Terras Awá já foram notificados. **O Estado do Maranhão**. Maranhão, 26 jan 2014. Geral, p. 7.

427 notificações são entregues na área dos Awá-Guajá no Maranhão. **O Estado do Maranhão**. Maranhão, 30 jan 2014. Geral, p. 7.